



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ÂNGELA ROBERTA LUCAS LEITE

VELHICE(S) E LAZER(ES): a representação do lazer por velhas e velhos
integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São
Luís/MA

SÃO LUÍS - MARANHÃO

2016

ÂNGELA ROBERTA LUCAS LEITE

VELHICE(S) E LAZER(ES): a representação do lazer por velhas e velhos
integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São
Luís/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo

SÃO LUÍS - MARANHÃO

2016

LEITE, Ângela Roberta Lucas

Velhice(s) e lazer(es): a representação do lazer por velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA – Ângela Roberta Lucas Leite. - São Luís, 2016.

176f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Sousa de Araújo.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

1. Políticas Públicas – Velhice – Lazer 2. Programa de Ação Integrada para a Aposentadoria (PAI) – Maranhão I.
Título

CDU 379.83 - 053.9

(812.1)

ÂNGELA ROBERTA LUCAS LEITE

VELHICE(S) E LAZER(ES): a representação do lazer por velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo
Doutora em Políticas Públicas (UFMA)

Profa. Dra. Jacira do Nascimento Serra
Doutora em Políticas Públicas (UFMA)

Profa. Dra. Marli Alcântara Ferreira Moraes
Doutora em Políticas Públicas (UFMA)

*À Deus, a quem sempre confiei minha
vida e que sempre direccionou meu
caminho.*

AGRADECIMENTOS

*“Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só. Mas
sonho que se sonha junto é realidade”.*

(Prelúdio - Raul Seixas)

De fato, seria impossível realizar esse sonho sozinha se tantos outros não tivessem sonhado comigo e me apoiado durante esses dois anos. Desta forma, dedico essas linhas a todas as pessoas que ao longo deste caminho, se fizeram presentes e que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade, em especial, àquelas a quem são justas algumas palavras de reconhecimento e gratidão.

À Professora Dra. Socorro Araújo, pela excelente orientação e pela oportunidade de ser sua orientanda; por dedicar seus momentos, muitas vezes de descanso e de repouso em seu lar, para ajudar uma orientanda a encontrar “seu lugar”. Obrigada por acreditar em meu potencial, em meu sonho e me brindar com seus ensinamentos. Sua orientação possibilitou construir, não apenas esta pesquisa, mas uma pessoa melhor, que levará seu *“modus operandis”* de ensinar e dedicar seu tempo às pessoas sem fazer distinção alguma. Aqui fica a minha eterna gratidão pelo carinho, compreensão e, em especial, a amizade e dedicação a minha pessoa.

À estimada Professora. Dra. Marli Alcântara, profissional e pessoa por quem sinto profunda gratidão e admiração, pela “coorientação” e confiança reiterada em meu trabalho. Obrigada professora, por me ajudar a encontrar “meu lugar”.

À professora Jacira Serra, pela sua valiosa contribuição para enriquecer esta pesquisa. Obrigada professora, por ter aceitado participar desse sonho, acrescentando as “pedras preciosas” de suas pesquisas às minhas “estrelas brilhantes”.

Ao Grupo Geramus, em especial a profa. Dra. Marly Dias, que me recebeu de braços abertos e, com seu olhar repleto de sugestões e críticas construtivas, ajudou-me a atenuar as inseguranças e traçar os caminhos dessa pesquisa.

Aos funcionários e aposentados do PAI, participantes da pesquisa, pela contribuição valiosa em doar parte do seu tempo e enriquecer as entrevistas com seus relatos de vivência de trabalho e lazer. Com a certeza de que fazem parte do sucesso

dessa pesquisa, agradeço por compartilharem suas histórias de vida comigo, em especial a Sra. Arlete Pontes, Sra Regina, Sra. Tereza e Sr. Maneco.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, que compartilharam seus conhecimentos e contribuíram para o meu despertar acadêmico.

À FAPEMA, cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização deste trabalho.

À minha amada mãe Francisca, minha fonte de inspiração e a quem dedico essa pesquisa. Obrigada, pelo exemplo de vida, de caráter e de generosidade e por sempre acreditar na minha capacidade como filha, mulher, mãe, amiga e profissional.

À família que constituí ao lado do meu esposo Gerson e minhas filhas, as ‘pedras preciosas’ da minha vida, Júlia Cristina e Alícia Cristina. Serei sempre grata por compartilharem comigo todos momentos que dediquei para a realização desse sonho. Obrigada pela ajuda e encorajamento constantes que dedicaram e dedicam a mim. Sem eles nada disso teria sentido.

Ao meu sobrinho-filho, Gabriel Bernardes que, por muitas vezes, esteve presente no convívio da minha família.

Aos meus cunhados, cunhadas, sogro e sogra que estiveram ao lado da minha família e que nos acolheram em todos os momentos difíceis pelos quais passamos: Sr. Gerson, D. Cristina, Gesiane e Gisele, Gustavo e Eduardo.

Aos meus amigos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, pelo aprendizado e convivência. Apesar de não aparecerem nomeados, ao lerem este parágrafo se reconhecerão. Obrigada pelo estímulo, pela parceria, pelos ensinamentos. Todos foram importantes e fazem parte dessa construção.

Por fim, apesar do convencionalismo, não poderia deixar de manifestar minha eterna gratidão ao meu Deus, todo poderoso, pela resignação de abençoar meus caminhos e minhas escolhas, por ter me dado forças, coragem e determinação para chegar nesta etapa tão almejada da minha vida e por colocar em meu caminho essas pessoas tão maravilhosas.

A todos, o meu verdadeiro e profundo muito obrigada e a minha eterna gratidão por sonharem comigo!

*“Prefiro ser essa metamorfose ambulante,
do que ter aquela velha opinião formada
sobre tudo...”*

Raul Seixas (Metamorfose Ambulante)

RESUMO

A representação do lazer por velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA. Analiso as representações sociais acerca do lazer na (para) velhice através das percepções que velhas e velhos, participantes de atividades no PAI, acionam sobre lazer ao participar ou não das atividades. A metodologia de pesquisa utilizada foi de abordagem qualitativa, realizada durante o período de março de 2014 a março de 2016, cujo referencial empírico foi o Programa de Ação Integrada para o Aposentado, o PAI, no município de São Luís/MA. Realizei pesquisa bibliográfica acerca das categorias norteadoras velhice e lazer a partir das ferramentas teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu que compreende as categorias como construção social. Dessa forma as categorias lazer(es) e velhice(s) são aqui compreendidas como *regiões*, que podem ser acionadas a partir de diferentes critérios. Na pesquisa documental, visei identificar nas propostas escritas do PAI as representações de lazer e velhice, bem como e identificar as atividades consideradas de lazer desenvolvidas pelo PAI. Foram também utilizadas, como fonte de coleta de dados, a observação direta, as entrevistas semiestruturadas e as conversas informais. As entrevistas abrangeram 14 velhas e velhos, aposentados do serviço público estadual do Maranhão, que frequentavam as atividades de lazer, no mínimo, há 1 (um) ano de forma ininterrupta. Nas entrevistas com velhas e velhos a intenção era de identificar as representações sociais que apresentavam sobre lazer e velhice. Realizei ainda entrevistas com 5 funcionárias (1 supervisora e 4 assistentes sociais) responsáveis pelo planejamento e organização das atividades do PAI, na intenção de compreender as representações que as funcionárias apresentavam sobre lazer e velhice. A partir dos dados coletados foi possível identificar como as atividades desenvolvidas pelo PAI são elaboradas e de que maneira elas estão perpassadas pelas concepções de lazer. Através das entrevistas realizadas foi possível identificar a representação de si por velhas e velhos e a percepção que possuem sobre o lazer. Concluo que as experiências de ser velho, de viver o lazer no PAI e de vivenciar as atividades de lazer na velhice dentro e fora do espaço do PAI, assumem significados diferentes a partir das dimensões tempo, atitude e espaço. Assim, a vivência do lazer não acontece apenas sobre bases objetivas como o tempo e espaço de atividade desenvolvidos no PAI, e por isso, devem ser considerados os aspectos subjetivos como atitude, gostos, preferências e estilos de vida desse grupo social.

Palavras-chave: Velho. Velhice. Lazer. PAI. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The representation of leisure by old women and men integrants of the Program of Integrated Action for Retired People (PAI) in São Luís/MA. I analyze the social representations on leisure (in) for the elderness through the perceptions that old women and old men, participants of activities in the PAI, activate about leisure while participating or not in the activities. The research methodology used was the qualitative approach, conducted during the period of March, 2014 to March, 2016, in which the empirical referential was the Program of Integrated Action for Retired People, the PAI, in the municipality of São Luís. I performed a bibliographical research on the guiding categories oldness and leisure from Pierre Bourdieu's theoretical-methodological tools that understand the categories as social construction. Thus, categories leisure (s) and oldness (es) are understood as *regions*, that may be activated from different criteria; and also documentary research aiming to identify in the PAI's written proposals the representations of leisure and oldness; and identify the activities that are considered leisure that were developed by the PAI. The participant's observation, semi-structured interviews and informal conversations were also used as data collection source. The interviews covered 14 old women and men, retired from Maranhão's Public State Service, that attended the recreational activities at least for one year in continuous way. Through the interviews with old women and men the intention was to identify the social representations that are presented about leisure and oldness; I conducted, also, interviews with five contributors (one supervisor and four social workers) who were responsible for planning and organization of the PAI activities, to an intention to understand the representation the contributors present about leisure and oldness. From the data collected on the interview, it was possible to detect how the activities developed by the PAI are elaborated and that all of them are fraught by the conceptions of leisure. Through the performed interviews it was possible to identify old women and men's representation of themselves and their perception of leisure. I conclude that the experiences of being old, of living leisure at the PAI and of experiencing the leisure activities in old age inside and outside PAI space take on meanings from dimensions of time, behavior and space. Thereby, experience of leisure doesn't just happen on purposeful bases such as time and activity space developed in PAI, and therefore, subjective aspects like behavior, tastes, preferences and lifestyles of this social group must be taken into consideration.

Key-words: Old. Oldness. Leisure. PAI. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Composição da população brasileira por sexo e grupo de idade-1991/2010.	23
Gráfico 1 - Número absoluto da população idosa de 1991 a 2010.....	24
Quadro 1- Roteiro de entrevistas - funcionárias	40
Quadro 2 - Roteiro de entrevistas – velhas e velhos.....	42
Figura 2 - Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)	47
Figura 3 - Estrutura física do Centro Social e Recreativo dos Servidores do Maranhão.	49
Quadro 3 - Setores do PAI e suas ações	50
Figura 4 - Espaço do Raio de Sol.....	52
Figura 5 - Apresentações do bumba-boi estrela do AAGEN	54
Quadro 4 - Caracterização socioeconômica dos entrevistados.....	59
Quadro 5 - Atividades praticadas pelos velhos entrevistados do PAI	61
Quadro 6 - Perfil das funcionárias entrevistadas do PAI	61
Quadro 7 - Classificação do envelhecimento - OMS.....	89
Quadro 8 - Classificação dos conteúdos do lazer	110
Figura 6 - Cartaz sobre velho e idoso	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de aposentados e pensionistas cadastrados.....	55
Tabela 2 - Quantidade de atendimentos mensais por setores do PAI	56
Tabela 3 - Quantidade de frequentadores por atividades do PAI.....	57
Tabela 4 - Distribuição dos entrevistados por idade e sexo	60
Tabela 5 - Distribuição dos entrevistados por nível de escolaridade e sexo	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGEN	Associação dos Amigos do GEN - Gerenciamento do Envelhecimento Natural
ABCM/MA	Associação Brasileira Clubes da Melhor Idade do Maranhão
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CE	Conselho da Europa
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAI	Programa da Ação Integrada para o Aposentado
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PNI	Política Nacional do Idoso
PPA	Programa de Preparação para Aposentadoria
RMGSL	Região Metropolitana da Grande São Luís
SASEG	Secretaria-Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SEGEP	Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 O INTERESSE DA PESQUISADORA PELA TEMÁTICA: “O MEU LUGAR É AQUELE QUE CONSTRUO”	16
1.2 POR QUE PESQUISAR O LAZER NA VELHICE E PARA VELHOS?	22
1.3 DA OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DO LAZER NA (PARA) VELHICE	30
1.3.1 Demarcando algumas posições: as contribuições de Bourdieu a respeito de <i>região</i> , <i>campo</i> e <i>habitus</i>	30
1.3.2 A escolha e o caminho metodológico	35
1.3.3 O local da pesquisa: PAI	46
1.3.4 Os velhos do PAI	51
1.4 A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	62
2 VELHICE(S): UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA	64
2.1 AS VELHICES E SUAS REPRESENTAÇÕES EM CONTEXTOS SOCIAIS E TEMPORAIS DISTINTOS	65
2.2 AS REPRESENTAÇÕES DA VELHICE NO BRASIL	75
2.3 CONCEPÇÕES ACERCA DAS VELHICES. AFINAL, DE QUE VELHICE ESTAMOS TRATANDO?	81
2.4 O QUE DETERMINA SER VELHO? A VELHICE COMO CRITÉRIO DE DISTINÇÃO SOCIAL	84
2.4.1 Os critérios do tempo e do corpo: da velhice cronológica à biológica	88
2.4.2 Os critérios da mente e do espírito: da velhice psicológica à pessoal	92
2.4.3 O critério em função dos papéis sociais: da velhice sociocultural	93
3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DO LAZER	98
3.1 LAZER E TEMPO	100
3.2 LAZER E ATITUDE	108
3.3 LAZER E ESPAÇO	114
3.4 LAZER E VELHICE: APOSENTADORIA COMO TEMPO E ETAPA DE MUDANÇA DA VIDA	121
4 ANÁLISE DOS LAZERES NA VELHICE E PARA VELHICE NO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO – PAI	128

4.1 A VELHICE NO PAI: A REPRESENTAÇÃO DE SI.....	132
4.2 O LAZER NO PAI NA PERCEPÇÃO DE QUEM VIVENCIA.....	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
ANEXOS	169
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	170
ANEXO B – TOTAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.....	171
ANEXO C - RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES MENSAS.....	172

1 INTRODUÇÃO

1.1 O INTERESSE DA PESQUISADORA PELA TEMÁTICA: “O MEU LUGAR É AQUELE QUE CONSTRUO”

Escrever a respeito da temática representação social com foco no lazer para a velhice é, antes de tudo, pôr em questão os argumentos em jogo. A construção de um texto pode ser confrontada com um mosaico de ideias enunciadas por vários sujeitos, que propõe uma releitura do ‘real’ pelo jogo criativo da própria produção do texto. É nessa perspectiva, que inicio minha dissertação com base no que aprendi através das leituras de Roland Barthes (1978; 1987) a respeito da construção de um escrito, em que enfatiza o comprometimento do autor que escreve um texto com quem o lê, ou seja, o outro, o leitor ou consigo mesmo. Embora o fato de escrever um texto com prazer não garanta o prazer de quem irá lê-lo, a importância de um não reduz ou anula a do outro, pois o outro é a razão de existir da construção realizada (BARTHES, 1978; BARTHES, 1987). Dessa forma, a cada releitura dessa pesquisa, devo desconfiar dos meus próprios argumentos, pondo-os em questionamentos, buscando ampliar meu olhar sobre os dados e reconstruir fundamentos sobre o que foi dito ou não.

Reconstruir o que foi dito por uma pessoa, ou por mim mesma, é sugerir novas formas de dizer. Contudo, cabe questionar: o que devo construir para a academia que almeja sempre o ‘novo’, o ‘inédito’ em trabalho científico, principalmente quando se trata de uma pesquisa desenvolvida em um Programa de Mestrado?

Nesta (re) construção é importante considerar a posição que ocupo no mundo e o lugar de onde falo, uma vez que as vivências da minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal induzem à constituição dos meus discursos, consequentemente, impactam nas escolhas do meu caminho e nas minhas intervenções como pesquisadora. É do lugar de pesquisadora que construo esta pesquisa dissertativa, como parte de estudos que venho realizando sobre ‘Velhice(s) e Lazer(es)’, desde 2010. Experiências enriquecidas, especialmente, com as interatividades que construí nos últimos anos com diferentes sujeitos: professores e professoras, colegas de sala, pessoas de grupos de convivência, profissionais de

instituições públicas e privadas que trabalham com velhice e com o lazer direcionado para esta faixa etária. Sujeitos que me mobilizaram, cada vez mais, a perguntar sobre as realidades que vivemos e a contribuir na construção de experiências criativas e significativas a respeito do lazer na (para) velhice.

Nessas reflexões, muitas perguntas têm-me instigado de vários modos. No entanto, algumas aguçaram minha curiosidade de tal forma que gestaram a semente deste estudo, definindo o meu objeto de investigação e me orientando na organização do arcabouço teórico-metodológico que o fundamenta. Assim, a pergunta geradora desse processo é: como os homens e mulheres velhos percebem e representam o lazer em suas vidas?

Nesse sentido, faço uma demarcação inicial a respeito da posição que assumo perante a utilização dos termos velho e velhice. Baseada em autores como Hillman (2001), Beauvoir (1990), Zimmerman (2000) e Serra (2014; 2005), acredito que o termo mais apropriado para designar as pessoas envelhecidas seja velho, pois, para mim, ser velho é o resultado de envelhecer; ser velho é estar em processo contínuo de transformação. Conforme explicitarei posteriormente, a concepção de velha e velho adotada nesta pesquisa não remete simplesmente a causa do envelhecimento humano, mas por apresentar o seu valor associado às imagens de velhice, ou seja, o que define o que é ser velha e velho, são os critérios acionados para definir a velhice. Assim, substituir o termo velho por outros como *‘melhor idade’* ou *‘terceira idade’* não mudará por si mesmo os critérios acionados para classificar a velhice, tampouco diminuirá os preconceitos e os estereótipos que necessitam ser superados na construção da identidade de velhas e velhos e na perspectiva de valorização desses homens e mulheres em nossa sociedade.

A minha opção está, portanto, referenciada na perspectiva de construção de uma prática de organização que possibilite às velhas e velhos assumir uma nova identidade política, rompendo com os estigmas usualmente a eles atribuídos.

Nesse sentido, Bourdieu (2010) ressalta o aspecto de que há uma luta pela legitimidade reconhecida da identidade social dos grupos sociais, e que nessa luta, os dominados podem (e no entanto não devem) enfrentá-la em estado isolado, individualmente, pois:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais

destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima (BOURDIEU, 2010, p.124).

O autor destaca ainda que, diferentemente da luta em estado isolado, a luta coletiva pode possibilitar a destruição da tábua de valores que constitui os estigmas, através de uma inversão dos sinais atribuídos aos grupos sociais, segundo os princípios dominantes impostos inicialmente. Na verdade, tal prática, constituir-se-ia num esforço de definição dos seus princípios de identificação, conforme os seus próprios interesses, apropriando-se das vantagens simbólicas relacionadas à posse de uma identidade legítima, oficialmente reconhecida.

A reapropriação das vantagens simbólicas presentes na definição legítima possibilita uma resolução simbólica contra a dominação simbólica e, consequentemente, conforme Bourdieu (2010, p.125) ressalta:

[...] os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma nova identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante, enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer.

A utilização do termo *velha e velho* por pesquisadores, estudiosos e profissionais atuantes na área, pode constituir-se como parte de uma estratégia política e cultural para que as pessoas envelhecidas possam assumir a condição de ser *velha e velho*, com vistas a afirmação de uma identidade pessoal e coletiva positivada, que contribua para a perspectiva da superação de preconceitos e estereótipos e de desqualificação social e política.

Nessa perspectiva, tornar visível e qualificar como objeto de estudo o lazer na (para) velhice é minha maior motivação e pretensão com a realização desse esforço investigativo. As histórias de vida compartilhadas por velhas e velhos do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) relacionam-se e, de certa forma, os aproximam de outros velhos já estudados por diferentes autores em diversas pesquisas acadêmicas, inclusive por mim mesma, quando investi meu olhar sobre as adaptações hoteleiras para a velhice em um hotel de São Luís - MA.

Dessa forma, o objeto de estudo desta pesquisa, intitulado: **“Velhice(s) e lazer(es): a representação do lazer por velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA”**, resulta das minhas

próprias inquietações como pesquisadora em pensar o lazer na (para) velhice, embora suas raízes tenham afluído do viés mercadológico adquirido na graduação em Hotelaria, quando discuti em minha monografia a questão “Terceira idade e as adaptações hoteleiras do Hotel Sesc Olho D’Água”. Naquele momento, diante do estágio que fazia no Hotel Sesc Olho D’Água como recepcionista, tive a oportunidade de conhecer e conviver com velhas (os) que ali se hospedavam, principalmente em períodos festivos na cidade de São Luís. Lembro-me muito bem quando chegava aquele grupo de senhoras e senhores com idade entre 60 anos à 80 anos, alegres, cheios de vivacidade para ‘curtir’ o período junino na cidade. Muitos deles eram provenientes de outros Estados e chegavam em excursões com cerca de 30 a 40 pessoas. Com o decorrer dos dias, em convívio direto com eles, despertou-me a curiosidade de entender como o hotel trabalhava a questão de hospitalidade e de atendimento para esse segmento social. Acredito que esse foi o pontapé inicial para desenvolver minhas pesquisas sobre velhice. Ao me aproximar deste grupo social, durante o processo monográfico, percebi a necessidade de continuar em dedicar os conhecimentos que adquiri às pesquisas sobre a velhice. Embora de forma tímida, discuti na temática de adaptações hoteleiras, as atividades que mulheres e homens, velhos, desenvolviam dentro do hotel e destaquei as restrições que as mesmas apresentavam – vistas como atividades físicas com aulas de hidroginástica e academia –, embora a demanda que o hotel recebia desse público era bem significativa, principalmente em certos períodos do ano.

Durante quatro anos, trabalhei em diversos hotéis e restaurantes da cidade de São Luís e observei que as questões de atendimento e hospitalidade para com os velhos ainda ficavam a desejar em algumas situações. A estrutura física, os funcionários e serviços, bem como o atendimento que os hotéis e restaurantes de nossa cidade apresentavam, muitas vezes, não condiziam com as necessidades e desejos desse segmento, ou seja, não existiam atrações, alimentação, passeios, hospedagens e atividades de lazer específicas direcionadas aos velhos.

Porém, isso não é o bastante para explicar o interesse de uma hoteleira por pesquisar uma temática que envolve o estudo sobre lazer como política pública, e principalmente relacionado a um grupo social que expressa inúmeras representações sociais.

Até então o que concebia de lazer restringia-se apenas a atividade econômica, explorada pelo setores turístico e hoteleiro. Foi ao me aproximar do PAI e

das atividades que ali eram desenvolvidas (em decorrência de ter um membro familiar participante do programa) que conheci a face do lazer direcionado à velhice como uma política pública, que não se restringia apenas a atividade econômica ‘explorada’ pelo setor turístico e hoteleiro, mas que incutia um caráter social e cultural. Observando as atividades e serviços que tal Programa oferecia, notei uma política pública de muitas fragilidades, principalmente por sofrer oscilações e contenções em função das mudanças dos governantes e gestores. Além disso, a própria concepção de lazer (como de velhice) entre os integrantes, funcionários e gestores eram divergentes, o que apresentava vários significados a sua definição.

Ao ingressar no curso de mestrado em um Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2014, tive a oportunidade de desenvolver no campo científico os estudos sobre lazer como política pública para velhice. O que até pouco tempo despertava a minha curiosidade amadora, passou a ser não só objeto do meu estudo, mas uma categoria fundamental indissociável: lazer na (para) velhice. Diante de novos desafios que afloraram o meu olhar investigativo sobre as categorias lazer e velhice, muitas concepções que trazia comigo - ainda arraigadas pela minha formação acadêmica - não me deixavam perceber que as suas representações estavam para além do que eu concebia. Ao beber na fonte de Bachelard (1996), na obra *“A formação do espírito científico”*, busquei a sua noção de “obstáculos epistemológicos” para superar as limitações que carregava comigo. Nesta obra, Bachelard (1996) afirma que é através dos obstáculos epistemológicos que se analisam as condições psicológicas do progresso científico, ou seja, “o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização” (BACHELARD, 1996, p.17).

Embora fosse uma tarefa árdua, esses obstáculos que residiam em mim precisavam ser superados para se ter êxito na pesquisa. A esse respeito, levei em consideração as palavras de Bachelard (1996) sobre o olhar do pesquisador para seu objeto, em que descreve:

Diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber (BACHELARD, 1996, p.18).

Diante de tantos percalços que a própria formação me impôs, acreditei que o caminho que estava seguindo precisava ser transformado. Enquanto pesquisadora carecia abdicar de conhecimentos habituais que ofuscavam minha aproximação com a realidade do objeto pesquisado. Portanto, teria que traçar uma nova forma de pensar o lazer para velhas e velhos no âmbito das políticas públicas, buscando aproximar-me da verdade através das leis legais, separando o conhecimento comum, as opiniões, os preconceitos arraigados em mim, do conhecimento teórico e científico. Em meio às discussões nas aulas de **Laboratório de Pesquisa: metodologia nas ciências sociais e elaboração de projeto de pesquisa**, ministradas pelas professoras Joana Coutinho e Socorro Araújo, tive a oportunidade de ser apresentada às obras de Pierre Bourdieu, nas quais deram um norte para a minha pesquisa e para a construção do lugar que pretendia alcançar. Transpus um novo olhar para o meu objeto de pesquisa, permitindo-me lutar contra a rigidez metodológica, que me impedia de avançar no conhecimento do objeto científico e de compreender a complexidade envolvida em questão.

Diante disso, considerei adequada, para a pesquisa, inserir as categorias de Bourdieu e associá-las ao objeto de pesquisa lazer na (para) velhice. Sob a orientação da Prof. Dra. Socorro Araújo, construí essa dissertação, tendo como objeto a representação social por velhas e velhos, no contexto do PAI, o Programa da Ação Integrada para o Aposentado, no município de São Luís/MA. A representação social que velhas e velhos apresentavam a respeito do lazer no âmbito do PAI, através de observações sobre o lazer vivenciado na velhice e vivido por mulheres e homens, velhos, tornou-se o fio condutor do estudo. A partir de então, venho procurando incessantemente construir o espaço onde o objeto científico desta pesquisa circunscreve, demarcando o seu lugar (que é também o meu lugar) dentro de um programa de políticas públicas, uma vez que este espaço não é dado pela natureza, e sim, construído pelo pesquisador, conforme enfatiza Bachelard (1996).

Como pesquisadora, acredito veemente que em toda prática, inclusive a de pesquisar, é permeada por construções que nos atravessam por diferentes tempos e espaços, e desmontam a ideia de imparcialidade e neutralidade. Neste caso, as categorias Lazer e Velhice passam a ser representadas dentro do tempo-espaço construído por mim, como pesquisadora, e que me impõe uma constante batalha contra as certezas do senso comum e da ideologia dominante.

Nesse sentido, creio que os argumentos que me levaram a escolher esse tema (e porque não dizer, fui escolhida por este tema), não foram aleatórios. Esta pesquisa é fruto da minha inserção no tema, do amadurecimento da minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Tenho convicção de que o caminho que tracei até aqui e os obstáculos que enfrentei fazem parte da construção desse novo objeto de pesquisa. Por isso, o interesse de pesquisadora pela temática é confirmada pelo lugar que construo, ou seja, um espaço construído pelas vivências fincadas na minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, bem como na minha relação e interação com professores, colegas de graduação e mestrado, com profissionais de diversas áreas que colaboraram direta e indiretamente com a pesquisa, e principalmente com os participantes deste estudo, velhas e velhos, que se dispuseram à compartilhar suas histórias de vida.

1.2 POR QUE PESQUISAR O LAZER NA VELHICE E PARA VELHOS?

A proposta desta pesquisa de mestrado foi trabalhar as concepções de lazer na velhice e para velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada ao Aposentado, o PAI, cuja finalidade era estudar as particularidades do vivenciar o lazer na velhice através de suas atividades ou na ausência delas.

Dessa maneira, cabe apresentar alguns fatores que me motivaram e justificaram minha escolha por investigar o lazer e sua relação com a velhice. No Brasil, as discussões que envolvem a velhice nos últimos anos têm sido impulsionadas pelo crescimento populacional da faixa etária com idade de 60 anos ou mais¹ e pela demanda de ações e programas em diversas áreas que envolve a elaboração e implementação de políticas públicas. É fato que a população brasileira está envelhecendo e que isso repercute em mudanças na estrutura social, econômica, política e cultural do país. Nesse sentido, Araújo e Alves (2000) apontam para o caráter irreversível deste processo e enfatizam a necessidade e a importância de estudos sobre o grupo social em questão. Estas mudanças interferem em todas as dimensões da vida em sociedade, desde às alterações na vida cotidiana familiar até aos aspectos do trabalho, políticas sociais, saúde, relação entre o campo, a cidade e

¹ Utilizo a expressão '60 anos de idade ou mais' por ser o critério adotado pelo IBGE para classificar as pessoas como velhas (IBGE, 2011).

o mercado, além de envolver questões que se entrelaçam com gênero, pobreza, solidariedade, cultura e desenvolvimento regional, entre tantas outras.

Uma das primeiras constatações que justifica a escolha de pesquisar o lazer na velhice e para mulheres e homens, velhos, encontra-se resguardado no crescimento populacional proeminente de pessoas com idade de 60 anos ou mais. Os dados demográficos do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundamentam as razões que me motivaram a estudar a velhice e o grupo social de velhos: a população brasileira está envelhecendo! É comprovado, através desses censos, o acentuado estreitamento na base da pirâmide etária, ao mesmo tempo que destaca o ápice cada vez mais largo, no qual se verifica o aumento expressivo da população envelhecida, conforme apontado na figura 1.

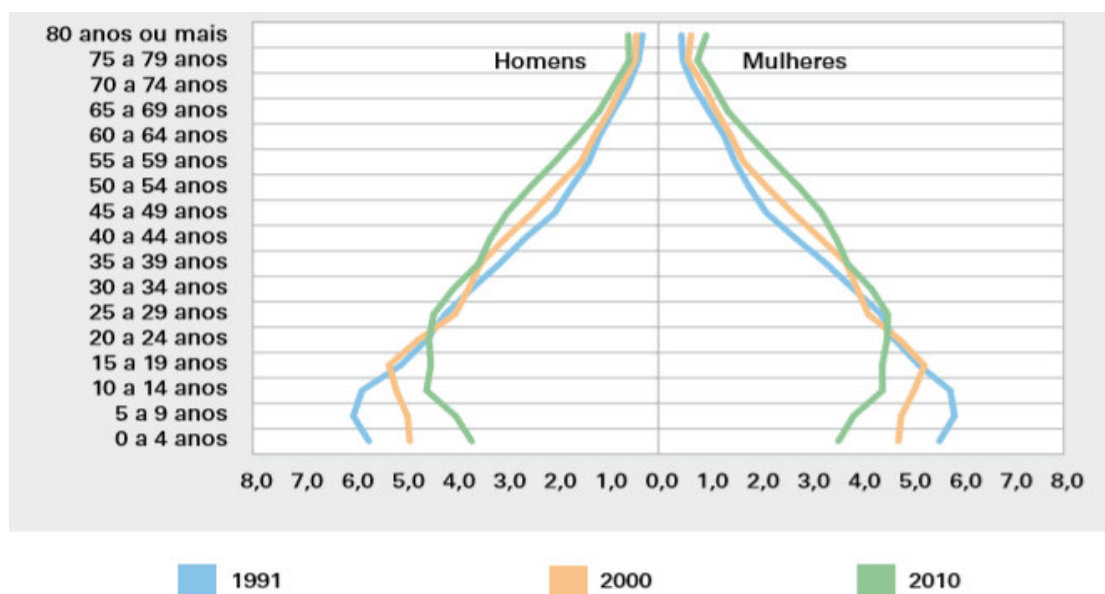


Figura 1 - Composição da população brasileira por sexo e grupo de idade-1991/2010.
Fonte: IBGE, 2011. Censo demográfico 1991/ 2010.

A estrutura etária da população brasileira, apresentada nas pirâmides acima, confirma que os parâmetros demográficos, a partir do ano de 1991, vem sendo transformado, tanto na base quanto no cume das pirâmides, devido o declínio rápido dos níveis de mortalidade e de fecundidade, o que determinou o padrão de envelhecimento da população brasileira. O que se observava, até décadas atrás, era que os dados estatísticos conduziam a representação de um país formado por jovens, e que a velhice era um problema apenas dos países desenvolvidos, cuja população apresentava um nível maior de expectativa de vida. No entanto, nota-se que essa

visão vem sendo desmistificada.

O envelhecimento populacional no Brasil, que antes era visto como uma tendência, cristalizou-se com o último censo do IBGE, em 2010. O número absoluto da população com idade de 60 anos ou mais contabilizou, em 1991, 10.722.705 pessoas; em 2000, essa população chegou à 14.536.029 pessoas; e em 2010, somaram-se 20.588.890 de velhos (IBGE, 2011). Essa constatação é demonstrada no gráfico 1 a nível de Brasil, Nordeste e Maranhão.

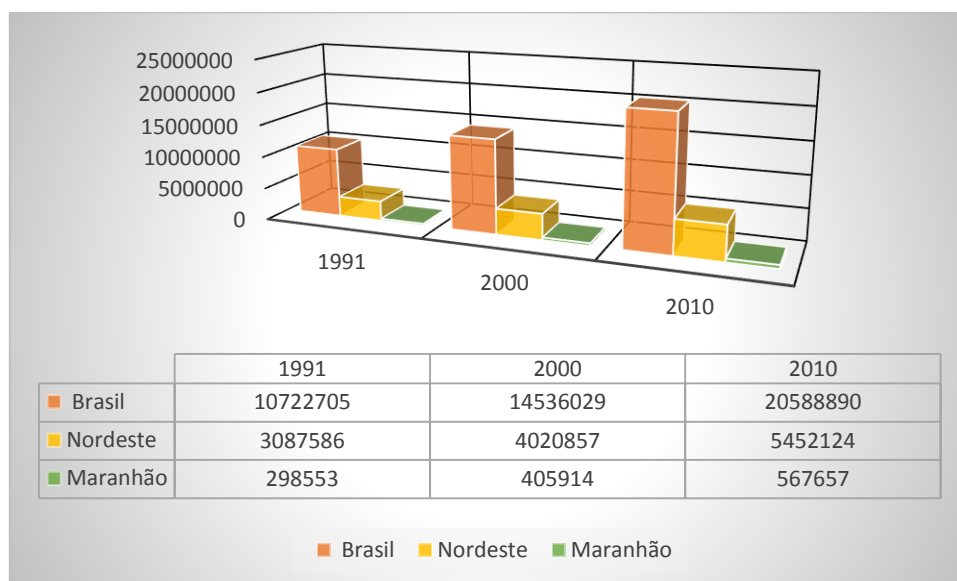


Gráfico 1 - Número absoluto da população idosa de 1991 a 2010.
Fonte: (Adaptação) IBGE, 2011. Censo demográfico 1991/2010.

Os dados revelam que o número de velhos no país, entre os anos de 1991 a 2000, teve um crescimento de 35,56%, o que demonstra o aumento expressivo e contínuo da população envelhecida nesses anos. É importante frisar que, entre os anos de 1991 a 2000, os velhos responsáveis pelos domicílios tinham, em média, 69 anos de idade, sendo a sua grande maioria do sexo feminino e residentes nas grandes cidades. Neste período, as cidades de Rio de Janeiro e Porto Alegre destacaram-se com as maiores proporções de velhos, representando, respectivamente, 12,8% e 11,8% da população total nesses municípios (IBGE, 2011). Eram as capitais com as menores taxas de mortalidade e fecundidade. Em contrapartida, as capitais do norte do país, como Boa Vista e Palmas apresentaram uma proporção de velhos de apenas 3,8% e 2,7%, respectivamente (IBGE, 2011).

No último censo demográfico, essa realidade continuou a se confirmar. A população brasileira com mais de 60 anos representou, em 2010, um número absoluto de 20.588.890, ou seja, 41,64% da população total (IBGE, 2011). Isso significou que

em comparação com o censo de 1991, o número de pessoas velhas quase que duplicou.

Com relação à Região Nordeste, a população de velhos chegou a representar 5.452.124 pessoas, ou seja, 26,48% da população total de velhos brasileiros (IBGE, 2011). O Nordeste, por sua vez, concentra a segunda maior população de velhos quando comparada com as demais regiões brasileiras, ficando atrás apenas da região Sudeste². O Estado da Paraíba teve a maior concentração de velhos e o Estado do Maranhão, a menor concentração dessa região (IBGE, 2011).

O Maranhão, por sua vez, concentrou 10,41% de velhos em relação a região Nordeste, totalizando 567.657 pessoas com idade de 60 anos ou mais (IBGE, 2011).

Diante do exposto, esses indicadores revelam que chegar a idade de 60, 80, 100 anos ou mais tornou-se uma realidade possível para muitos brasileiros, principalmente pelos avanços gerados na medicina, na tecnologia e por iniciativas públicas governamentais. Contudo, a longevidade dessas pessoas implica não somente em mudanças demográficas, mas em desafios para as políticas públicas em diversos níveis, seja na saúde, educação, previdência ou assistência social. Por isso, esses dados são importantes para que o Estado organize e execute políticas públicas que garantam melhores condições de vida para o quantitativo de velhas e velhos brasileiros. Mas, para que isso aconteça, faz-se necessário a adoção de medidas que priorizem o atendimento universal da população em geral, principalmente no que se refere à alimentação, ao desenvolvimento social, à saúde e à educação. A perspectiva de crescimento desse contingente populacional contribui para que as organizações governamentais e não-governamentais realizem estudos e pesquisas, com a finalidade de aprofundar e ampliar o universo que envolve a questão do envelhecimento humano em nosso país. Assim, há necessidade de se investir em estudos e práticas que permitam conhecer quem são esses velhos, como vivem, o que fazem e o que pretendem para suas vidas.

A partir da apresentação dessas indicações gerais sobre o espaço demográfico que velhas e velhos vêm ocupando no Brasil, acredito que os cenários

² Vale ressaltar que, obviamente existem outros fatores inter-relacionados que levam uma região ter mais velhos que outras, como por exemplo, “os índices de alfabetização e de condições socioeconômicas, pois quanto maior for a escolaridade, bem como as condições financeiras, melhores as chances do indivíduo se preservar para atingir a terceira idade” (IBGE, 2011, n.p).

nacional, regional e estadual tendem a continuar em acentuada transformação, com pessoas ainda mais velhas e que impõem não só a sociedade, mas as instituições públicas e privadas o repensar sobre as categorias velhice e lazer. Embora a constatação desses dados não seja o suficiente para avaliar as condições de vidas dessas pessoas (já que todos vivenciam sua velhice de formas distintas, sejam por conta de fatores como diferenciações de gênero, classe social, educação, composição familiar e interações sociais), eles direcionam o processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento de dificuldades conforme o quantitativo populacional deste segmento.

Na segunda constatação que vem justificar a pesquisa, cabe destacar o interesse acadêmico pela questão do lazer na velhice e para velhice, uma vez que o lazer constitui-se em um fenômeno capaz de gerar múltiplos sentidos de investigação. A rigor, percebe-se que o lazer vivenciado na velhice acontece nos mais diversos tempo-espacos, porém, o acesso às atividades encontra obstáculos para sua contemplação, seja ele de ordem econômica, social, política, cultural ou ideológica (MARCELLINO, 2006). Ao me apropriar dessa afirmação, procuro atentar principalmente para o lazer diretamente relacionado ao poder aquisitivo. O lazer, nas suas mais diversas manifestações, pode e deve ser adquirido em quaisquer situações pagas ou não pagas. É preciso que políticas públicas oportunizem tais práticas de incentivo ao lazer e o transforme em um fator fundamental à concretização da cidadania plena (MARCELLINO, 2006). Portanto, considerando essa situação, e o fato do lazer ser um direito socialmente garantido no Brasil, faz-se imprescindível intensificar a discussão dentro dos espaços acadêmicos sobre o que é o lazer e de que forma ele vem sendo oferecido para esse segmento social, considerando, assim, a pluralidade da velhice, já que nem toda velhice é igual e nem todos tem as mesmas oportunidades de acesso ao lazer.

O lazer na (para) velhice em nosso país precisa ser desvendado numa perspectiva interdisciplinar, a considerar desde problemas relacionados à saúde, educação, trabalho, habitação, seguridade social, transporte e segurança, bem como a reinserção desses velhos na vida em meio as mudanças tecnológicas e principalmente, a heterogeneidade social, econômica e cultural em que eles estão inseridos. Contudo, percebe-se que vem sendo um grande desafio para o país o estabelecimento de políticas públicas que possa garantir o direito de usufruir de um lazer digno na (para) velhice. A esse respeito, Minayo e Coimbra Jr. (2002) destacam

que a efetivação de políticas públicas no Brasil para a velhice somente será alcançada se houver de fato o reconhecimento de direitos dessas pessoas. Para que isso se concretize, faz-se urgente a conscientização da sociedade brasileira em respeitar o direito dos velhos.

No Brasil, o direito digno ao lazer e à velhice está alicerçado nos ordenamentos da Constituição Federal Brasileira de 1998, na Política Nacional do Idoso (PNI) e no Estatuto do Idoso.

Na Constituição de 1988, o Estado passou a incorporar a categoria velhice em sua agenda política, introduzindo ações e programas voltados à saúde, à educação, à seguridade social, ao lazer e outros dispositivos constitucionais (BRASIL, 2013). Baseada nos instrumentos da Constituição de 1988 e influenciada pela relevância internacional da temática sobre envelhecimento, cria-se a Política Nacional do Idoso (PNI), em 1994, reforçando os direitos sociais dos velhos nas áreas da saúde, habitação, educação, cultura, assistência social e justiça, assegurando, assim, condições que promovam sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 1994). Seguindo a tendência de ampliação e fortalecimento dos direitos das pessoas mais velhas, o Congresso Nacional, em 1º de outubro de 2003, sancionou o Estatuto do Idoso. Vale ressaltar que, a PNI e Estatuto do Idoso possibilitaram a criação e o desenvolvimento de iniciativas de integração social e intergeracional através das áreas de lazer, esporte, turismo, educação e cultura para os velhos no Brasil (BRASIL, 2009).

Na área da educação, por exemplo, propostas como a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade retrata as competências dos órgãos e entidades públicos em apoiar esta iniciativa como meio de universalizar o acesso dos velhos às diferentes formas do saber, conforme descrito na Política Nacional do Idoso (1994). De acordo com Arruda (2010), em 1977, em sintonia com os movimentos educacionais que aconteciam na França, o SESC São Paulo inaugurou um novo modelo de atendimento ao velho: as Escolas Abertas para a Terceira Idade. Nestes espaços eram oferecidos cursos e oficinas, permitindo aos velhos a integração e a socialização, sob o ângulo de oportunidades, desenvolvimento social e psicológico (ARRUDA, 2010). Em 1982, a Universidade Federal de Santa Catarina torna-se a primeira instituição de ensino superior no Brasil a aderir ao movimento Universidade Aberta à Terceira Idade (LIMA, 2000; ARRUDA, 2010). De acordo com Arruda (2010):

O primeiro programa brasileiro de Universidade da Terceira Idade aconteceu em Florianópolis, no ano de 1982, por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo os objetivos de realizar estudos e pesquisas, divulgar conhecimentos técnico-científicos sobre o envelhecimento, auxiliar na formação de recursos humanos e promover o cidadão idoso (ARRUDA, 2010, p. 9).

Atualmente, o Brasil conta com mais de 200 programas por todo o país em instituições públicas e privadas.

Quanto aos incentivos na área do esporte e lazer, o Ministério do Esporte desenvolve, desde 2012, o Programa Vida Saudável para pessoas com idade a partir de 60 anos e pessoas com deficiência. Sendo vinculado ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e desenvolvido por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis), o Programa Vida Saudável visa oportunizar a "prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso³, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento (BRASIL, 2014). Cidades como São José do Divino, no Piauí e em São Luís, no Maranhão, implementaram o Programa Vida Saudável, permitindo o acesso ao esporte e lazer através de atividades físicas e lúdicas às pessoas com idade a partir de 60 anos⁴ e pessoas com deficiência.

Na cultura e lazer, há incentivos como a ampliação nacional de 50% de desconto em atividades culturais e artísticas e o acesso preferencial aos locais dos eventos. No Rio de Janeiro, por exemplo, pessoas a partir dos 60 anos pagam meia-entrada para ter acesso em cinemas, teatros e zoológicos⁵.

No âmbito do turismo, o Ministério do Turismo desenvolve desde de 2010 o Programa Viaja Mais Melhor Idade, com o objetivo de oferecer descontos em diárias de hotéis, passagens aéreas, restaurantes, agências, locadoras de carros e operadoras turísticas aos velhos, além de reduzir os efeitos econômicos negativos da sazonalidade⁶.

³ Embora utilize o termo velho, optei por manter os termos idoso e terceira idade conforme citação dos autores. A escolha por esta opção demarca a visão que cada autor apresenta perante a utilização dos termos velhice e velho.

⁴ Dados extraídos do portal Ministério do Esporte: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 21.11.2015.

⁵ Dados extraídos do portal Ministério da Cultura: < <http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 21.11.2015.

⁶ Dados extraídos do portal Ministério do Turismo: <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 21.11.2015.

Assim, é possível observar algumas ações e programas referentes à questão do envelhecimento populacional em nosso país, principalmente com viés para o lazer relacionado à integração, ressocialização, independência, participação, autorrealização e valorização dos velhos.

Diante do exposto, fundamento-me na terceira constatação que permeia a construção de políticas públicas de lazer em ações difusas, sem que apareça como objeto principal de uma política, ou seja, assume papel secundário quando se refere às políticas públicas, ora por não possuir um setor específico de atuação, ora por ter ações vinculadas a outros setores como esporte, educação, turismo e cultura. Entender como o Estado elabora e implementa programas direcionados ao lazer, bem como os segmentos que o custeia e os seus beneficiários são os principais elementos que instigam a investigação sobre políticas públicas de lazer em nosso país.

O que inviabiliza o aproveitamento do lazer em sua totalidade é a disseminação de suas ações e programas em outras áreas sociais que têm em suas diretrizes vários mecanismos de promoção social. A própria população também não o reconhece como um direito social, em que na sua grande maioria, prioriza programas que garantam condições básicas de sobrevivência e não entendem o lazer como um instrumento de (e para) melhoria de qualidade de vida.

Assim instiga-se refletir no campo científico o porquê do lazer constituir-se como um direito social e não ser concebido como tal. Embora seja considerado uma conquista constitucional, a própria definição do lazer ainda é imprecisa pelo Estado, o que dificulta tanto a elaboração e implementação de políticas públicas, como o acesso por parte da população brasileira em todas as faixas etárias. O velho, pertencente a este cenário, busca seu espaço e seu reconhecimento baseado em várias outras conquistas que promoveram a independência, a participação, assistência, autorrealização e a dignidade humana.

Dessa forma, justifico o meu interesse, como pesquisadora, em desenvolver estudos no âmbito do lazer, tanto na velhice como para velhas e velhos, ou seja, um lazer que proporcione uma velhice vivenciada com atividades adequadas as suas necessidades, respeitando suas subjetividades.

Baseada nestas constatações, as análises desta pesquisa visam contribuir para o processo de construção dos sentidos e significados políticos, econômicos, sociais e culturais do lazer, conseqüentemente, propende colaborar para sua efetivação como direito de todos, como política pública social.

1.3 DA OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DO LAZER NA (PARA) VELHICE.

1.3.1 Demarcando algumas posições: as contribuições de Bourdieu a respeito de *região*, *campo* e *habitus*

A escolha de um tema a ser investigado não surge de forma espontânea ou aleatória, nem sequer por causa do apreço ou afinidade que o pesquisador apresenta em relação ao objeto de pesquisa. Embora esses requisitos exerçam uma certa influência, a escolha está relacionada aos interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, ou seja, construir um objeto de estudo requer do pesquisador o (re)conhecimento dos fatos, símbolos, imagens e histórias desse objeto. Nessa perspectiva, o objeto de estudo emergiu de uma realidade empírica localizada na cidade de São Luís, por meio do Programa de Ação Integrada ao Aposentado, o PAI.

A fim de desvendar o caminho das representações sociais que velhas e velhos elaboram sobre lazer na (para) velhice, desenvolvi minhas reflexões acerca da análise do lazer como critério de identificação social - *região*⁷, no contexto do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI), no município de São Luís, Maranhão.

Para atingir esse objetivo, propus inicialmente verificar, nas propostas escritas do PAI, as representações de lazer e velhice, cuja finalidade era compreender os conceitos adotados pelo Programa a despeito dessas categorias. Além disso, é importante destacar a necessidade que se teve de identificar quais as atividades consideradas de lazer desenvolvidas pelo PAI, ou seja, os critérios utilizados para distingui-las das demais atividades e serviços oferecidos pelo Programa. Contudo, por entender que a elaboração de uma atividade ou evento de lazer envolve também a participação de funcionários, procurei conhecer as representações que as

⁷ Para Bourdieu (2010, p. 114), a *região* é um: "... princípio da di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.)".

funcionárias apresentavam sobre lazer e velhice. A inclusão destes sujeitos na pesquisa permitiu não só identificar, mas compreender a disposição que as atividades e serviços apresentavam, bem como o processo de construção e fundamentação utilizado para classificá-las. Por fim, pude analisar as representações sociais que velhas (os) apresentaram sobre lazer e velhice.

Enfatizo, portanto, conforme indicação de Bourdieu (2010), que as concepções analisadas nesta dissertação não são tomadas como verdade absoluta, porém as utilizo como ferramentas de análise para compreender como são concebidas e dispostas as interpretações que velhas (os) do PAI expressam a respeito de um fato social, ou seja, o lazer na (para) velhice.

Para dar conta dessa proposta, utilizei o referencial teórico-metodológico de Bourdieu, através das concepções do *pensar relacional*, em conjunto com as noções de *região*, campo e *habitus*. Nesta perspectiva, esforcei-me em manter uma postura ativa e sistemática perante esses fatos, através do que Bourdieu (2010) denomina de exercício da *dúvida radical*, possibilitando romper com representações partilhadas por todos a despeito das categorias lazer e velhice, fazendo-me não cair na armadilha do objeto pré-construído, da realidade primeira. Com isso, busquei pôr em questão as concepções e os critérios de classificação dessas categorias por meio de sua construção social e histórica. A esse respeito, Bourdieu (2010, p. 37) ressalta que “é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva [...] para dar a conhecer e fazer reconhecer esses problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais”.

Inicialmente, atentei-me em analisar as categorias lazer e velhice como construções sociais, considerando que tais construções são representações do real, abstraídas de elementos que definem e delimitam suas concepções pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, e por isso não podem ser confundidas com o real. Diante disso, explicito que tais categorias possuem diversos significados e interpretações oriundos das representações apreendidas e organizadas simbolicamente por indivíduos ou grupo social, de uma determinada *região*, em determinados momentos da história, e por isso, faz jus serem explicitadas para que não se cristalizem como verdade absoluta, incontestável (SOUSA, 2001b; BOURDIEU, 2010).

A partir do pensar relacional de Bourdieu (2010), propus analisar o objeto de estudo relacionando-o sempre com aquilo que há ao seu redor, com as condições objetivas de sua existência, já que ele nada é fora de sua interação com o todo. Por

isso, lancei o que a análise bourdieusiana conclama de “*conversão do olhar*”, “um novo olhar” para a realidade apreendida, tentando desvencilhar-me dos aspectos pré-construídos sobre a temática e objetivando produzir um novo olhar por meio de diferentes contextualizações, mas mantendo-me dentro de um mesmo campo de relações. Sobre esta *conversão do olhar*, Bourdieu (2010, p. 47) enfatiza que:

A ruptura é, com efeito, uma *conversão do olhar* e pode-se dizer do ensino da pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar ‘dar novos olhos’ como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão ‘um homem novo’, pelo menos ‘um novo olhar’, um *olhar sociológico*. E isto não é possível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social.

Assim, tendo em vista esse ‘novo olhar’ e apoiada na proposição de Bourdieu (2010, p.133) de que o mundo social pode ser representado “em forma de um espaço [...] construído na base de princípios de diferenciação”, levei em consideração o conceito de *região* para compreender a dinâmica dos sujeitos envolvidos nas práticas de atividades de lazer dentro do espaço do PAI, bem como os critérios de divisão e de identificação utilizados por funcionárias, velhas e velhos para distinguir as concepções lazer e velhice. A noção de *região* é compreendida como:

O acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagra um novo limite (BOURDIEU, 2010, p. 116).

Pensar este ‘*acto mágico*’ implica em fundamentar as representações sociais de lazer na (para) velhice no processo de classificação, de divisão, de constituição e desconstituição de grupos sociais, isso quer dizer que os critérios agem como instrumentos de objectivação da realidade de um espaço, capazes de ver e reconhecer as representações de lazer e velhice como legítimos por velhas e velhos dentro do PAI.

Percebe-se, então, que os critérios de classificação são, na verdade, critérios de distinção de um grupo, de imposições de categorias, de percepção sobre uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade. A identidade de um grupo não é natural, ela é construída dentro de um espaço de relações de poder, mediada por lutas sociais, lutas simbólicas, onde os grupos envolvidos ocupam determinados lugares e posições, conforme o capital que possuem e que lhes permitem formular e manipular os instrumentos de dominação (BOURDIEU, 2010).

Dessa forma, pensar o lazer na (para) velhice no PAI significa compreender como são constituídas essas relações de e pelo poder para legitimar as concepções de lazer e velhice, isto é, o que faz uma pessoa ser considerada velha pela instituição e agentes sociais, bem como o que é considerado uma atividade de lazer e que critérios são adotados para representar as categorias lazer e velhice. É necessário, portanto, desvelar a relação de posse, de apropriação dessas representações por seus possuidores (BOURDIEU, 2010). Conduzir o lazer na (para) velhice como representação significa apreender como esses elementos são organizados simbolicamente a partir da posição relativa que cada sujeito ocupa numa *região* determinada, levando em consideração a noção de campo e *habitus*. Bourdieu (2010, p.135) descreve o campo como:

Espaço social multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o valor global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.

Assim, o campo é caracterizado como um espaço simbólico, construído a partir de lutas e conflitos, em que está em disputa, em jogo, é o monopólio, a posse de um determinado capital, a luta de poder para impor os princípios de divisão, de visão de mundo da classe dominante sob os dominados, ou seja, o reconhecimento mútuo de representações por parte de um determinado grupo social, em uma determinada *região*. A produção científica nesse espaço social é determinada pela posição que seus sujeitos possuem dentro da estrutura, bem como o capital que eles detêm e as relações que mantêm entre si.

Segundo Bourdieu (2010), a estrutura das relações objetivas entre os sujeitos é que determina o que eles podem (ou não) fazer, isto significa dizer que a compreensão desse campo, do que é produzido nele, só é possível se considerarmos as falas, os gestos, os comportamentos e as atitudes dos sujeitos envolvidos nesse processo, ou melhor, o lugar “de onde eles estão falando”. Porém, esses sujeitos não estão dispostos e não são conduzidos de maneira indutiva pela e na estrutura. Eles possuem características inerentes que concedem disposições para modificarem ou resistirem as forças do campo. É o que Bourdieu (2013) denomina de *habitus*, “disposições adquiridas e duráveis” que podem levá-los a resistirem ou a se oporem às forças desse campo. A respeito do *habitus*, Bourdieu (2013, p. 87) o concebe como:

Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los.

Neste sentido, o *habitus* vem a ser um princípio operador entre dois sistemas de relações: as estruturas objetivas e as práticas. Ou seja, o *habitus* “completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (BOURDIEU, 2007, p. XLI)”, cujos sujeitos envolvidos na pesquisa tornam-se agentes geradores e organizadores de representações e de classificações do mundo social, em que a percepção individual, orientada pela representação coletiva, influencia nas preferências, nos valores, nas atitudes e nos comportamentos adotados por esses indivíduos, enquanto grupo social, que por sua vez, são traduzidos e incorporados por eles em modos de agir (BOURDIEU, 2010).

Acredito, portanto, ser relevante considerar que as noções de *região*, *campo* e *habitus* são os conceitos centrais para designar os nós das relações constituídas pelas funcionárias, velhas, velhos e o PAI. Por conseguinte, ajudam a refletir a respeito das relações que são estabelecidas entre os condicionantes sociais exteriores - as bases objetivas do campo - e a subjetividade dos indivíduos - o *habitus*.

Por fim, a escolha e o caminho metodológicos apresentados perpassam pelo que Bourdieu (2013) denomina de “superar o antagonismo entre o objetivismo e subjetivismo”, ou seja,

Não se pode, portanto, superar antinomia aparente dos dois modos de conhecimento e neles integrar as aquisições a não ser com a condição de subordinar a prática científica a um conhecimento do sujeito do conhecimento, conhecimento essencial e crítico dos limites inerentes a qualquer conhecimento teórico [...]. A ciência social não deve somente [...] romper com a experiência nativa e a representação nativa dessa experiência; ainda lhe é necessário [...] questionar os pressupostos inerentes a posição de observador “objetivo”, que, dedicado a interpretar as práticas, tende a importar para o objeto os princípios de sua relação com o objeto (BOURDIEU, 2013, p. 46).

Nessa perspectiva, há necessidade de apreender como os sujeitos envolvidos na pesquisa se posicionam no espaço social, bem como as relações que esses sujeitos estabelecem fora e dentro do PAI e entre si, a fim de compreender os resultados dessas relações para a construção de um ambiente destinado as práticas de lazer através da exposição de suas atividades ou da ausência das mesmas.

A partir desse entendimento, explicito e analiso que as representações do lazer na (para) velhice depende do lazer vivido e vivenciado por velhas e velhos no PAI e que essa vivência não acontece apenas nas bases objetivas, ou seja, no tempo-espaço do campo social, mas está presente no *habitus*, ou seja, nos aspectos subjetivos desses sujeitos, como as atitudes, os gostos, as preferências e os estilos de vida dessas pessoas.

1.3.2 A escolha e o caminho metodológico

Diante da complexidade que envolve a análise do lazer na (para) velhice, a pesquisa erigiu-se numa abordagem qualitativa aplicada, à medida que utilizei como técnicas de pesquisa, a análise bibliográfica e documental, a observação direta e as entrevistas, tanto para identificar como para interpretar seus significados e sentidos.

Ao debruçar-me sobre as categorias velhice e lazer, adentro no que Minayo (2001) denomina de análise ou interpretação dos significados e sentidos, onde é mais interessante compreender e interpretar o conhecimento produzido das falas, gestos e atitudes dos sujeitos sobre uma determinada realidade do que quantificá-lo, descrevê-lo. Minayo (2001) ressalta que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 10).

A justificativa pela escolha da abordagem qualitativa atende as exigências da própria natureza do objeto em que a compreensão da realidade humana vivida socialmente emana da investigação das representações de lazer (es) na velhice e para velhice. Porém, não se exclui a abordagem quantitativa, uma vez que os propósitos a serem atingidos demandarão a produção de dados que um só dos métodos não responderia a todas as indagações.

Contudo, vale salientar que a escolha da abordagem envereda pela pesquisa qualitativa, uma vez que a investigação social estabelece definitivamente a relação entre o pesquisador e o campo de estudos, ou seja, “a visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do

objeto ao resultado do trabalho e à sua aplicação (MINAYO, 2001, p. 13-14). Fez-se necessário, então, optar pela abordagem qualitativa, mas sem desprezar o quantitativo de aposentados que frequentam o PAI em função das atividades por eles desenvolvidas.

Assim, em consonância com o aporte teórico-metodológico de Bourdieu (2007; 2010; 2013), na perspectiva de que o objeto de estudo é uma construção permanente do(a) pesquisador(a), adotei como percurso a pesquisa exploratória, de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

A pesquisa exploratória consiste em definir e delimitar o objeto da pesquisa, bem como os procedimentos necessários para a realização do trabalho em campo. Para atingir esta fase, a pesquisa foi dirigida inicialmente pelo levantamento bibliográfico e documental acerca da temática. Realizei leituras e fichamentos de livros, textos, artigos, dissertações e teses de autores considerados relevantes para construir as representações sociais das categorias velhice e lazer, consideradas fundantes desta pesquisa. Com a contextualização das categorias formadas, foi necessário demarcar os recortes básicos, quanto à escolha do cenário da pesquisa, aos participantes a serem entrevistados e às atividades consideradas de lazer pelo Programa.

Dessa forma, deu-se início a verificação *in loco*, realizada entre os meses de agosto a dezembro de 2015. Durante este período, iniciei a observação direta, com a finalidade de captar não apenas as reações dos participantes, mas tudo que os cercavam e que viria a compor o cenário da pesquisa. Marconi e Lakatos (2003, p. 190-191) atentam para a questão da observação direta, em que a define como uma:

Técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar [...]. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

No primeiro contato, fui apresentada aos funcionários pela supervisora do Programa. A mesma circulou comigo por todos os setores, apresentando-me brevemente como pesquisadora e explicando qual era minha intenção. Nos dias seguintes, escolhi circular sozinha por algumas atividades que aconteciam naquele

local. Inicialmente, tive dificuldades de acompanhar essas atividades, devido a reestruturação do quadro de funcionários e das atividades do Programa. As mudanças ocorridas pela troca de governo, no início do ano, ainda eram sentidas naquele ambiente, a redução de professores contratados, por exemplo, impactou nas ofertas das atividades. Muitos relataram que o PAI já tinha sido bom, “agora vivia em época de vacas magras”.

No próprio jornal impresso para os aposentados⁸, observa-se que existiam várias atividades desenvolvidas pelo Programa, tais como: canto coral, curso de técnicas de memorização, oficinas de artes e de trabalhos manuais, tai chi chuan, alongamento, dança de salão, aeróbica, musculação, hidroginástica, natação, ginástica localizada, futebol de salão, futebol de campo, yoga, dentre outras. Quando passei a acompanhar as atividades, apenas as aulas de alongamento, dança de salão, canto coral, oficina de memorização e hidroginástica estavam funcionando. Diante desse imprevisto, tentei elaborar uma tabela com os horários e as atividades da semana. No primeiro mês (em agosto), essa estratégia funcionou, acompanhei diariamente, nos dois turnos, as aulas de alongamento, canto coral e memorização, pela manhã, e as aulas de hidroginástica e dança de salão, pela tarde. Porém, no mês seguinte, as aulas de hidroginástica foram suspensas, as aulas de canto coral reduzidas e outras atividades foram inseridas na nova programação, como futebol de campo, acupuntura e aeróbica.

Nas primeiras semanas, apenas observava as aulas, os espaços e as pessoas, tentando detectar os frequentadores mais assíduos, as atividades mais frequentadas e os locais utilizados para realização das atividades. Nesta fase, fiz também o difícil trabalho de detectar os aposentados do Estado, já que nas atividades participavam além deles, os pensionistas, as pessoas dos Clubes da Melhor Idade⁹ e

⁸ O jornal do aposentado é organizado pela administração do PAI e impresso mensalmente com todas as informações a respeito das atividades, oficinas, atendimento médico, fisioterapêutico, psicológico e nutricional. Os jornais dos quais tive posse foram dos meses de julho/2015, agosto/2015, setembro/2015.

⁹ O Programa Clube da Melhor Idade é resultado das mudanças da antiga Associação Brasileira dos Clubes da Maior Idade, criada em 1986. Sendo coordenado em nível nacional pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o Programa opera por meio dos Clubes da Melhor Idade, sendo filiados as Associações Brasileiras dos Clubes da Melhor Idade-ABCMI (nacional e estaduais). Os Clubes da Melhor Idade funcionam como centros de convivência, onde pessoas com idade acima de 50 anos, se reúnem para ocupar seu “tempo livre” da forma que mais lhe agrada. Os Clubes promovem o acolhimento dos seus associados a fim de incentivá-los a participar de diversas ligadas ao turismo, a cultura, lazer e cidadania, estimulando sempre a sociabilização e a autoestima. A criação de um Clube da Melhor Idade acontece a partir da constituição de um grupo, da escolha do nome e do lugar de funcionamento, do pagamento das taxas de filiação da ABCMI-Nacional e ABCMI-

o grupo AAGEN (Associação dos Amigos do GEN - Gerenciamento do Envelhecimento Natural). Não foi uma tarefa fácil e confortável, muitos dos velhos e professores estranhavam a minha presença: pensavam que eu estava ali como representante do Estado para fiscalizar as aulas. Em certas ocasiões, reprendiam a forma como eu me referia aos participantes das atividades, pelo termo velho. Essa situação se fez muito clara quando me apresentei à turma do canto coral pela primeira vez. Habitualmente, conversava com os professores das atividades e pedia um momento para me apresentar e explicar sobre minha pesquisa. Foi numa dessas apresentações que percebi como grande parte das velhas e velhos participantes do PAI rejeitavam o uso das expressões velho e velhice. Em várias situações me deparei com essa rejeição, tal como pode ser percebido a partir da situação por mim destacada na seguinte anotação advinda do meu “Diário de Campo”:

“Nesta aula pedi para o professor para me apresentar e quando falei que estava fazendo uma pesquisa sobre lazer na velhice, os velhos falaram que eu estava no local errado, porque ali não tinham velhos, todos eram jovens de espírito”. (28 de outubro de 2015).

A negação pelo uso dos termos velhice e velho, levou-me a refletir sobre as preferências que aproximam e afastam as pessoas em um grupo social, e de que forma elas são adotadas e legitimadas pelo e no grupo como identidade única para representar uma unidade coletiva. A meu entender, quando se percebem como ‘jovens de espírito’, os velhos trazem à tona a negação da sua identidade, carregada de sentidos pejorativos e discriminatórios, em que associam o termo velho ao sentido de usado, gasto, antigo, ou seja, em contradição com o novo, o jovem. Acredito que a negação da condição de ser velho remete ao uso de eufemismos criados para naturalizar a velhice e o ser velho.

Nessa perspectiva, tal acontecimento, embora tenha me deixado constrangida no momento, fez-me repensar a forma que deveria ser minha abordagem. Com o receio de conduzir a situações em que o próprio pesquisador se exclua ou seja excluído por não se adequar ao universo pesquisado, passei a utilizar como estratégia de aproximação a ajuda dos professores para mediar minha apresentação. Também passei a adequar os termos velho, *idoso* e *terceira idade* conforme as conversas informais que iam acontecendo com eles. Contudo, tentava

Estadual todos os anos e da mensalidade estipulada pelo clube (CAMPOS, 2003). As taxas cobradas mensalmente pelos clubes Raio de Sol e Renascer variam entre R\$20 e R\$ 30 reais.

ao máximo, chamá-los pelo nome, pois via que esta era a forma mais rápida e fácil de me aproximar e manter um elo com eles.

Após três semanas circulando pelos locais onde as atividades aconteciam, decidi acompanhar as aulas de alongamento com mais frequência por diversos motivos. Como as aulas de hidroginástica foram suspensas, a maioria da turma foi transferida para a aula de alongamento, o que a tornava uma das atividades mais frequentadas. A turma cresceu tanto, que tiveram que dividi-la em dois horários, das 7h às 8h e das 8h às 9h da manhã. Além disso, os alunos eram assíduos, e muitos frequentavam essa atividade há muitos anos. Assim, pela manhã, de segunda à quinta-feira, acompanhava as atividades de alongamento. Nas quartas-feiras, às 10h, acompanhava as aulas de canto coral e às sextas-feiras, às 9h, a oficina da memória. Pela tarde, consegui acompanhar algumas aulas de dança de salão, que aconteciam às 15h, nas terças-feiras e quintas-feiras.

Olhando para as práticas dos velhos nessas atividades, procurei me aproximar do mundo dos sujeitos observados, tentando compreender seus comportamentos e atitudes com relação às suas práticas de lazer. Acredito que a interação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados seja essencial, pois auxilia na compreensão das práticas de lazer cotidianas e dos sentidos que lhe são atribuídos por seus praticantes.

Paralelamente, busquei, perante à administração do PAI, documentos acerca dos dados históricos, do funcionamento e da estrutura do PAI, dos frequentadores atendidos neste local e das atividades desenvolvidas pelo Programa. Muitos destes dados foram coletados da observação direta, de relatórios e projetos que a própria instituição disponibilizou. Embora a mesma tenha fornecido esses documentos, houve uma série de dificuldades em identificar as representações de velhice e lazer que eram adotadas pelo PAI. Diante de tais circunstâncias, optou-se por inserir nas entrevistas as funcionárias responsáveis pelo planejamento e organização das atividades desenvolvidas pelo PAI. Com a inserção destas entrevistadas foi possível identificar e entender como as suas interpretações influenciavam no processo de construção e implementação de atividades e serviços oferecidos pelo PAI.

As conversas informais como fonte de coleta das informações com os participantes da pesquisa também permitiu-me compreender o funcionamento do espaço social, a posição ocupada pelos sujeitos e a dinâmica das ofertas das

atividades praticadas por velhas (os). Nessas conversas, a intenção foi também entender a visão de mundo dos mesmos a respeito do espaço social que estavam, para que, depois disso, pudesse compreender como foi constituída a identidade dos participantes nas atividades consideradas de lazer no PAI.

No momento posterior, estruturei as entrevistas conforme as observações obtidas durante a pesquisa de campo. Procedi com as entrevistas semiestruturadas que, de acordo com Minayo (2010), combina perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer acerca do tema sem se prender às indagações formuladas. Vale ressaltar que a construção das categorias de análise e das entrevistas não foram dadas a priori, elas foram constituídas com base no diário de campo, na observação direta e das conversas informais. De certa forma, elas estão interligadas com os acontecimentos e relatos observados durante a pesquisa de campo.

Assim, as primeiras entrevistas foram formuladas e reformuladas conforme o teor das conversas que tive inicialmente com as assistentes sociais e a supervisora do Programa, conforme consta quadro 1.

Quadro 1- Roteiro de entrevistas - funcionárias

Categorias	Subcategorias	Objetivos	Roteiro de entrevistas
Velhices	Significado de velhice e ser-velho	Analisar a percepção das funcionárias o significado da velhice	Como o (a) sr (sra) denomina os participantes das atividades do PAI?
	Crítérios de classificação da velhice (cronológico, biológico, psicológico, pessoal, social)	Identificar os critérios que as funcionárias utilizam para determinar a velhice	Para o (a) sr (sra), o que faz alguém ser considerado velho?
Lazeres	Significados de lazer	Analisar a percepção das funcionárias o significado de lazer	Como o (a) sr (sra) vê ou percebe o lazer?
	Crítérios de classificação do lazer	Identificar, nas propostas escritas do Pai, os critérios utilizados para determinar uma atividade de lazer e os tipos de lazer	Quais atividades de lazer que o PAI desenvolve e com qual frequência? Quais os critérios utilizados para oferta de atividades de lazer para os (as) velhos (as) do PAI? Qual a adesão dos (as) velhos (as) às atividades de lazer oferecidas pelo PAI?
	Lazer para a velhice	Identificar as representações que as funcionárias atribuem ao lazer para a velhice	Na sua opinião, qual a importância do lazer na vida dos (as) velhos(as)?

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Após a construção desse roteiro, fiz as entrevistas com as 4 (quatro) assistentes sociais e a supervisora do PAI¹⁰. As entrevistas foram agendadas e realizadas individualmente entre os meses de agosto e dezembro de 2015. A seleção destas entrevistadas se deu pelo critério que as mesmas são as responsáveis pelo planejamento e organização das atividades do PAI. A decisão de inseri-las na pesquisa foi tomada na tentativa de preencher as lacunas deixadas pela falta de dados a respeito das concepções de velhice e lazer adotadas pelo Programa, bem como os critérios para classificar essas categorias.

Após as entrevistas com as funcionárias do PAI, direcionei o meu olhar para os velhas e velhos participantes das atividades de lazer, no qual elaborei um roteiro semelhante ao que fora elaborado para as funcionárias, conforme apresentado no quadro 2.

¹⁰ Vale ressaltar que a única exceção foi a entrevista da funcionária III que se prontificou a responder o roteiro, mas preferiu levá-lo para casa e me entregar no dia posterior. Desta forma, sua entrevista não fora gravada, nem realizada diretamente pela pesquisadora.

Quadro 2 - Roteiro de entrevistas – velhas e velhos

Categorias	Subcategorias	Objetivos	Roteiro de entrevistas
Velhices	Significado de velhice e ser-velho	Analisar a percepção dos velhos sobre o significado da velhice	Como o sr (sra) se autodenomina? Velho, idoso, da terceira ou outros? E por quê?
	Crítérios de classificação da velhice	Identificar os critérios que os velhos utilizam para determinar a velhice	Para o sr (sra), o que faz uma pessoa ser velha? quando começa a velhice?
Lazeres	Significados de lazer na velhice	Analisar a percepção dos velhos sobre o significado de lazer	O que significa lazer para o sr (sra)?
	Tempo	Identificar o tempo que o velho utiliza para as atividades de lazer	Como é a sua rotina? O que faz durante o dia e noite? O lazer sempre esteve presente na sua vida? de que forma?
	Atitude	Identificar as motivações que levam os velhos a escolher uma atividade de lazer	O que motiva o sr (sra) a praticar as atividades do PAI? E fora do PAI (caso o faça)?
	Espaço	Identificar os espaços e lugares de concretização do lazer dos velhos	Quais atividades de lazer o sr (sra) pratica no PAI? com que frequência? E fora do PAI, realiza alguma atividade de lazer? Desde quando o sr (sra) frequenta o PAI? como soube do Programa?
	Lazer para a velhice	Identificar as representações que os velhos atribuem ao lazer	Qual a importância do lazer para velhice?

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Inicialmente, defini como critério para definição dos informantes da pesquisa todos os praticantes das atividades do PAI que fossem maiores de 60 anos de idade. Nesse contexto, destaco que havia grande número de possíveis informantes, já que participavam das atividades, além dos aposentados e pensionistas do Estado, pessoas dos Clubes da Melhor Idade e do grupo AAGEN. Assim, visando uma melhor definição dos critérios, resolvi realizar as entrevistas com mulheres e homens a partir de 60 anos de idade e que praticassem atividades há pelo menos 1 (um) ano sem interrupções. Feita essa opção, a partir de tais critérios realizei inicialmente 6 (seis) entrevistas.

Contudo, a partir do alerta da minha orientadora, cheguei a conclusão que não poderia excluir as pessoas pela idade cronológica, já que esta pesquisa parte do pressuposto de que existem diversas representações da velhice e que, a idade cronológica é apenas umas delas, podendo ser acionada ou não. Portanto, o critério cronológico não deveria ser necessariamente o critério principal, sendo assim, preciso definir novos critérios para inclusão dos entrevistados. Diante de um universo amplo

de participantes, optei pelos seguintes critérios de inclusão: aposentados e aposentadas da Administração Pública Estadual que frequentavam as atividades de lazer do PAI há, no mínimo, 1 (um) ano sem interrupções.

A partir da adoção dos novos critérios, realizei mais 14 (quatorze) entrevistas. Portanto, foram realizadas 20 (vinte) entrevistas com as velhas e velhos, das quais selecionei apenas 14 (quatorze), devido a definição final dos critérios de inclusão. Das entrevistas excluídas, 2 (duas) delas eram de pessoas pensionistas; 2 (duas) eram participantes dos Clubes da Melhor Idade aposentadas de outros setores; 1 (uma) ainda era funcionária do Estado; e 1 (uma) era aposentada do Estado e frequentava o pai há 5 anos, mas interrompeu suas atividades por quase 2 (dois) anos devido a problemas de saúde e havia retornado há 3 meses.

Após a definição dos critérios definitivos de inclusão dos informantes, as duas primeiras entrevistas foram realizadas a partir da indicação da supervisora do Programa, que me apresentou os participantes *Sirius* e *Canopus*. À medida que as entrevistas eram feitas, os próprios entrevistados faziam questão de me apresentar outros participantes para que fossem também entrevistados, e prontamente, segui suas indicações, levando em consideração os critérios de inclusão estabelecidos para as entrevistas. A preferência desse tipo de seleção partiu da hipótese de que a escolha entre pares oferece indícios de que os apontados destacam-se entre os demais, seja pela assiduidade, pela participação ou pelo compromisso com o grupo, com a atividade ou com o Programa. Considerei ainda esta escolha pela dificuldade de encontrar, entre os praticantes das atividades de lazer, os aposentados do Estado que participavam das atividades de lazer há algum tempo (mínimo 1 ano sem interrupções). Porém, esta não foi a única forma de aproximação para fazer as entrevistas. Como vinha acompanhando as atividades diariamente, acabei reencontrando pessoas que haviam conversado comigo em outras ocasiões. Alguns destes, também consegui entrevistar.

No momento das entrevistas, explicava a cada participante a proposta da pesquisa, deixando à sua disposição o termo de consentimento¹¹ (ANEXO A) e o roteiro utilizado para me orientar enquanto os entrevistava. Além disso, expus que as entrevistas poderiam ser gravadas ou filmadas, caso houvesse a autorização dos

¹¹ Todos os entrevistados neste processo - funcionárias, velhas e velhos - assinaram o termo de consentimento, onde autorizavam a utilização do material coletado para fins exclusivamente educacionais. Esse termos encontram-se em posse da pesquisadora.

mesmos. Também esclareci que as entrevistas poderiam ser interrompidas a qualquer momento, bem como se negar a responder qualquer pergunta ou desistir da mesma, caso não a quisessem como parte do meu trabalho.

É importante enfatizar que segui a rigor as orientações de Bourdieu (2008) a respeito da realização das entrevistas. Segundo este autor, a entrevista deve ser considerada como uma forma de *exercício espiritual*, em que o pesquisador visa obter, “pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida” (BOURDIEU, 2008, p. 704), sendo assim, capaz de colocá-lo no lugar do entrevistado em pensamento, sem anular a diferença existente entre os dois (BOURDIEU, 2008).

Ao tentar me por em pensamento no lugar das velhas e dos velhos aposentados entrevistados, a minha intenção fora de compreender, através de suas falas, gestos e atitudes, qual a representação que estes possuíam sobre o lazer na (para) velhice. Assim, procurei incitar os entrevistados a realizar, por meio de suas vivências, uma auto-análise sobre como se percebiam e percebiam o local que frequentavam. Consoante Bourdieu (2008, p. 704), a auto-análise, quando provocada e acompanhada, possibilita o entrevistado a:

[...] construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles veem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar.

A conduta assumida por mim, como pesquisadora, de incitá-los a falar sobre si mesmo, sobre as atividades que praticavam no PAI e sobre o Programa, permitiu-me penetrar na “singularidade da história de uma vida e tentar compreender, ao mesmo tempo, na sua unicidade e generalidade, os dramas de uma existência” (BOURDIEU, 2008, p. 701). Assim, em cada entrevista realizada, busquei criar condições favoráveis para que os entrevistados se sentissem à vontade e expressassem o que nunca tinha sido dito, mas que tinham vontade de dizer e não havia oportunidade ou ocasião para isso.

Com relação ao número de entrevistas, no momento em que as informações começaram a se repetir, percebi a necessidade de interrompê-las. Assim, o número de pessoas entrevistadas ocorreu pela saturação qualitativa, ou seja, pela repetição dos dados, quando as informações obtidas foram confirmadas o suficiente e a inclusão de novas não inferiam contribuição significativa para a pesquisa. No dizer de Gil (2002, p.140), a saturação acontece quando “o incremento de novas

observações não conduz a um aumento significativo de informações”. As entrevistas realizadas com as funcionárias, as velhas e os velhos foram gravadas individualmente, com a devida permissão dos entrevistados e posteriormente transcritas pela própria pesquisadora, de maneira a não perder nenhuma informação relevante, para manter a fidelidade e a legibilidade dos depoimentos transcritos. Quanto ao trabalho de transcrição, trago à tona contribuições valiosas de Bourdieu (2008, p. 711):

Graças à explicação, à concretização e à simbolização que elas realizam e que lhes conferem, às vezes, uma intensidade dramática e uma força emocional próxima da do texto literário, as entrevistas transcritas estão à altura de exercer um efeito de revelação [...]. Capazes de tocar e de comover, de falar à sensibilidade, sem sacrificar ao gosto do sensacional, podem levar junto as conversões do pensamento e do olhar, que são frequentemente a condição prévia da compreensão.

O passo seguinte foi a análise e tratamento do material empírico e documental. O tratamento dos materiais recolhidos em campo foram ordenados, classificados e analisados, o que conduz o pesquisador “à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição” (MINAYO, 2010, p. 26). Assim, os dados coletados, através das entrevistas, das conversas informais, do diário de campo, da observação direta e da pesquisa documental foram organizados, classificados e analisados. O material advindo da revisão bibliográfica, foi também classificado e analisado, possibilitando, assim, uma tessitura entre a teoria e a empiria.

Convém ressaltar que durante todo o percurso metodológico, a minha intenção inicial não era identificar quem era velho ou não dentro do PAI, mas de analisar a representação de lazer atribuída por velhos que se aposentaram, através das falas, dos gestos, das atitudes e dos comportamentos produzidos por eles. Todavia, conforme já referenciado por Bourdieu *et al* (1990), o objeto de estudo deve se relacionar com o que está a seu redor, já que ele nada é, fora de sua interação com o todo.

Diante do que fora exposto, enfatizo que o meu olhar investigativo tem como propósito demonstrar que não existe uma única e verdadeira interpretação sobre uma determinada realidade. A contemplação reside no fato de que uma interpretação nunca é definitiva e completa. Na verdade, é uma representação dentre tantas outras, que dependendo da familiaridade ou do conhecimento, gera várias representações possíveis. Assim, é preciso considerar o movimento de articulação

entre teoria e empiria e vice-versa, a fim de identificar como os sujeitos envolvidos na pesquisa percebem, sentem e expressam o lazer na sua velhice.

1.3.3 O local da pesquisa: PAI

Inicialmente, procederei com uma breve contextualização do espaço da cidade de São Luís, pois acredito que, para um melhor conhecimento da realidade do PAI, é importante expressar um pouco do lugar onde este Programa instituiu-se.

São Luís é a capital do Estado do Maranhão, fundada em 8 de setembro de 1612. Conforme o site da prefeitura de São Luís¹², a capital maranhense tem suas influências de povos nativos, portugueses, franceses e africanos. A cidade é assim chamada em homenagem ao Rei Luís XVIII, quando os franceses fundaram a cidade e constituíram o Forte de São Luís. Embora tenha sido fundada por franceses, as primeiras construções urbanas da capital tem características da colonização portuguesa. A riqueza de sutilezas, deixada pelos portugueses em casarões, praças e monumentos históricos, conferiu à cidade o título de Patrimônio Mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura (UNESCO), em 1997. Diante de tanta diversidade histórica e cultural, São Luís recebeu vários epítetos, como: Atenas Brasileira, Ilha do Amor, Jamaica Brasileira e Cidade dos Azulejos.

São Luís, atualmente, pertence a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)¹³. Conforme figura 2, a região também é formada pelos municípios de Alcântara, Bacabeira, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

¹² www.saoluis.ma.gov.br. Acesso em 04.01.2016.

¹³ A Lei Complementar Nº 174, de 25 de maio de 2015 institui a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), com área de 3.509,008 km², tem como finalidade o desenvolvimento de políticas públicas em comum para a população desta área (IBGE, 2011; IPEA, 2014).

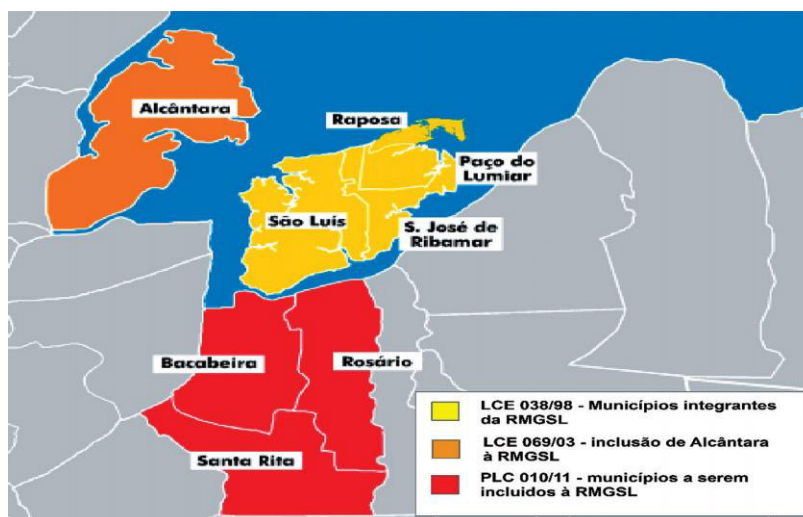


Figura 2 - Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)
Fonte: IPEA, 2014.

São Luís ocupa uma área de 834,781 quilômetros quadrados e fica localizada no extremo norte do Maranhão. A despeito da população, nos últimos anos, São Luís vem acompanhando a tendência estadual e nacional, consolidado no censo de 2010. A população ludovicense quase duplicou quando comparada aos anos de 1991, onde a população era de 696.371 habitantes. No último censo demográfico, a cidade ludovicense apresentou 1.014.837 habitantes, mantendo-se o município maranhense mais populoso e de maior densidade demográfica (1.215,69 hab./km²). Atualmente, a capital maranhense é a 15^a cidade mais populosa do Brasil e a 4^a da Região Nordeste, ficando atrás apenas das capitais Salvador, Fortaleza e Recife (IBGE, 2011). Dentre os 1.014.837 habitantes de São Luís, 539.842 são do sexo feminino e 474.995, masculino. A maioria da população ludovicense concentra-se na região urbana, com 94,44% e 5,56% da população, na região rural¹⁴.

Desta maneira, percebe-se que a capital maranhense tem maior concentração da população na zona urbana, sendo que há predominância do contingente feminino, com 511.515. Na zona rural, essa situação se repete, a população feminina representa 28.327, enquanto a masculina e de 27.988. Com relação à população de velhos ludovicenses, 32.260 pessoas são do sexo masculino e 45.711, feminino, totalizando 77.971 velhos com idade igual ou superior a 60 anos.

A partir dos dados apresentados sobre a região de São Luís, venho destacar o lugar onde realizei a pesquisa de campo. O Programa de Ação Integrada

¹⁴ Dados extraídos do site: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=211130&idtema=1&search=maranhao|sa-o-luis|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em 21 de setembro de 2015.

para o Aposentado (PAI) foi criado em 4 de agosto de 1992, pelo Decreto Estadual n. 12.526, durante o governo de Edison Lobão, para aposentados do Estado (MARANHÃO, 1992). A proposta de implementação do PAI no Maranhão foi pautada numa experiência similar, iniciada em 1990, em Fortaleza /CE. Durante a gestão de Tasso Jereissati, o governo do Ceará priorizou o atendimento para aposentados do Estado, com o intuito de prover uma política de assistência através da prestação de serviços com qualidade (CEARÁ, 1988).

Diante da insatisfação apontada pelos servidores estaduais aposentados com relação ao atendimento ou a inexistência dele, o Estado do Maranhão criou o PAI nos moldes daquele que já era consolidado na cidade de Fortaleza, porém, com características específicas dos aposentados do nosso Estado¹⁵.

Deste modo, em seu art. 1º, o referido Decreto Estadual determina como finalidade do programa prestar serviços nas áreas jurídicas, de saúde, sociais e culturais para aposentados da Administração Pública Estadual com relação aos seus direitos e benefícios, além de garantir atendimento privilegiado nos diversos setores da Administração Pública do Estado do Maranhão, assegurando sua eventual recolocação no mercado de trabalho (MARANHÃO, 1992).

Atualmente, o PAI está vinculado à estrutura organizacional da Secretaria-Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais – SASEG, pertencente à Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) e possui uma Superintendência de Acompanhamento e Assistência Social, responsável pela Supervisão de Apoio ao Aposentado. Este último setor é responsável pela coordenação de todas as ações das divisões de acolhimento e orientação, capacitação, desenvolvimento, logística e assessoramento do aposentado do Estado¹⁶. Segundo dados colhidos da SEGEP em 2015, o Maranhão contava com 8.871 pensionistas e 28.791 aposentados, totalizando 37.652 pessoas¹⁷. Apesar desse expressivo contingente de aposentados e pensionistas em todo o Estado do Maranhão, o PAI funciona efetivamente apenas em São Luís, limitando o acesso aos que moram em outros municípios maranhenses.

¹⁵ Segundo entrevista com a supervisora do PAI, realizada em 26.10.2015.

¹⁶ Informações obtidas no portal da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP): <http://www.segep.ma.gov.br>. Acesso em: 04.01.2016.

¹⁷ Informações obtidas no portal da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP): <http://www.segep.ma.gov.br/fckeditor/userfiles/file/FEPA/DESPESA/2015/FEPA%20DESPESA%202015.pdf>. Acesso em 04.01.2016.

O PAI, desde a sua criação, funciona no Centro Social e Recreativo dos Servidores do Maranhão (antigo Ipem), no Bairro do Calhau, em São Luís-MA. No interior deste complexo, além das instalações do PAI, existem casas de veraneio para aluguel, piscinas, ginásio poliesportivo, quadras de vôlei e basquete, campo de futebol, salão de festas, lanchonetes e centro de fisioterapia. Ainda, neste espaço funciona a Associação Brasileira Clubes da Melhor Idade do Maranhão (ABCMI/MA) e a sede dos Clubes da Melhor Idade Raio de Sol e Renascer (Figura 3).



Figura 3 -Estrutura física do Centro Social e Recreativo dos Servidores do Maranhão.
Fonte: Acervo da pesquisadora.

As atividades são oferecidas no salão central, dividido em dois espaços, onde também acontecem as reuniões e as festas mensais. Há também um outro espaço onde são realizadas as aulas de dança de salão, próximo à entrada do Programa. Nesse espaço também acontece as aulas de pintura em tela e de artesanato.

Quanto à estrutura do PAI, existem os setores administrativo, da saúde, jurídico e social, conforme consta quadro 3:

Quadro 3 - Setores do PAI e suas ações

Setor	Função	Quant. Funcionários
Administrativo	Cadastro de aposentados; entrega de contracheques ¹⁸ ; elaboração e distribuição do jornal de notícias do aposentado.	17 pessoas (1 supervisora, 11 agentes administrativos, 3 auxiliares de serviços gerais e 2 vigias).
Saúde	Atendimento médico e terapêutico.	16 pessoas (2 médicos, 4 enfermeiros, 2 auxiliares de enfermagem, 2 psicólogos, 1 nutricionista, 2 terapeutas, 2 fisioterapeutas, 1 fonoaudiólogo).
Jurídica	Orientação sobre as questões que envolvem o processo de aposentadoria e demais assuntos jurídicos.	1 pessoa (1 advogado).
Social	Planejamento e organização das atividades para os aposentados; realização de palestras e reuniões mensais; acompanhamento das oficinas e cursos.	5 pessoas (4 assistentes sociais e 1 pedagoga).

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Com esses quatro setores, o PAI atende o público de aposentados e pensionistas do Governo do Estado do Maranhão, as pessoas dos Clubes da Melhor Idade Raio de Sol e Renascer e da AAGEN. No intuito de atingir seu objetivo, o PAI oferece atividades de canto coral, curso de técnicas de memorização, oficinas de artes e de trabalhos manuais, aulas de tai chi chuan, alongamento, dança de salão, aeróbica, hidroginástica, natação, ginástica localizada, futebol de salão, yoga, dentre outras¹⁹ (conforme dados colhidos do jornal do aposentado de agosto e setembro/2015).

No final de cada mês, acontece sempre uma reunião geral para receber os novos integrantes, apresentar a programação do mês seguinte e avaliar a programação do mês anterior. Neste evento, ainda são realizadas palestras e comemorações de aniversários. Os novos aposentados do Estado são convidados via contracheque e por cartas.

As programações das atividades e eventos socioculturais e de lazer são organizadas mensalmente pela supervisora do Programa e as quatro assistentes sociais. São elas também as responsáveis pelo planejamento e organização das atividades desenvolvidas, como passeios, excursões, festas comemorativas, campanhas de vacinação, mutirão da catarata, dentre outras atividades. Elas também

¹⁸ Os servidores aposentados do Estado possuem duas opções para recebimento do contracheque: pelos Correios ou na coordenação do PAI. A forma de recebimento é definida pelo próprio aposentado, no momento de seu cadastro.

¹⁹ As atividades de tai chi chuan, hidroginástica, natação, ginástica localizada, futebol de salão e yoga encontravam-se suspensas. Os motivos serão explicitados no decorrer do texto.

realizam visitas domiciliares aos frequentadores do programa em situação de vulnerabilidade²⁰.

Assim, apresento, a seguir, o público que frequenta as atividades do PAI, em especial, os que participaram da pesquisa, como narradores e intérpretes de suas vivências nas práticas de lazer, explicitando assim como foi feita a seleção dos participantes.

1.3.4 Os velhos do PAI

Quanto aos participantes e atendidos pelo PAI, na proposta inicial era atender apenas os servidores aposentados e pensionistas do Estado do Maranhão. Contudo, segundo entrevista com a supervisora do Programa, a integração da ABCMI –MA ao espaço do PAI, trouxe consigo pessoas dos Clubes da Melhor Idade Renascer e Raio de Sol. Vale destacar que as pessoas que integram esse grupos, na sua grande maioria, são aposentados de outros setores e possuem mais de 60 anos de idade, conforme observado na pesquisa de campo.

O critério de idade é estabelecido pelos Clubes da Melhor Idade Raio de Sol e Renascer. Todavia, notei, em atividades que frequentei, pessoas desses grupos com idade inferior a 60 anos, aposentadas de outros setores que não do Estado e não aposentadas. O Clube da Melhor Idade Raio de Sol funciona desde 2003 no PAI. Ao adentrar no espaço onde o clube tem sede, me deparei com uma parede repleta de fotos de apresentações e um altar com várias imagens de santos (figura 4)

²⁰ As visitas domiciliares aos aposentados em situação de vulnerabilidade são realizadas pela coordenação do Programa, quando estes estão acamados ou sofrem algum tipo de violência. As assistentes sociais e a supervisora do Programa são responsáveis em fazer essas visitas.



Figura 4 - Espaço do Raio de Sol
Fonte: Acervo da pesquisadora.

O lugar demonstra a religiosidade e a afetividade dos participantes dentro do grupo. Ao conversar com uma das integrantes, a mesma me explicou que eles têm um grupo de dança denominado “Dançando para Vida”, composto por 9 (nove) integrantes, todas mulheres e ensaiam diariamente em uma sala no próprio clube. O clube Raio de Sol atualmente (mês de novembro de 2015) possui 21 participantes. Para participar do grupo, a pessoa não precisa ser aposentada, basta ter 60 anos e ter disponibilidade de se divertir, conforme palavras ditas em conversa com a secretaria do respectivo clube, quando perguntei o que precisava para participar do grupo.

O Clube da Melhor Idade Renascer, que foi o último grupo que tive contato, está no PAI desde 1996, com a criação da ABCMI/MA no local. Conforme blog do clube²¹, qualquer pessoa com mais 50 anos pode se associar, desde que assista as reuniões mensais e participe das atividades do grupo. É cobrado também uma taxa mensal para custear as despesas fixas do clube e uma taxa anual para ABCMI/MA.

A Associação dos Amigos do GEN passou a fazer parte da estrutura do PAI em 2010. O grupo é constituído por 21 pessoas, sendo a sua maioria composta por pessoas aposentadas do serviço público estadual. Esse grupo é oriundo do projeto

²¹ [www.http://cmirenascer.blogspot.com.br/2011/05/0200-000.html](http://cmirenascer.blogspot.com.br/2011/05/0200-000.html). Acesso em 11.01.2016.

desenvolvido no ambulatório do serviço de atenção integral geriátrico e gerontológico, denominado de GEN, instalado no antigo Hospital do Servidor do Estado Dr. Carlos Macieira. O hospital desenvolvia serviços médicos em várias especialidades para os servidores ativos e inativos²² do Estado, dentre as quais a especialidade em geriatria. O ambulatório de geriatria e gerontologia funcionava nas dependências do hospital desde o ano de 2001 e desenvolvia atendimento aos aposentados nas áreas médica, de assistência social, enfermagem, psicologia, nutrição, terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia e farmácia (SERRA, 2014). Após a extinção do Projeto, o grupo assumiu o caráter de uma associação e conseguiu, junto à Administração do PAI, um espaço para realizar suas atividades e reuniões semanais nas sextas-feiras pela manhã. Para participar desse grupo, conforme entrevista com sua presidente, é necessário ter 60 anos e ter vitalidade, vontade de viver e aprender. Ainda, em sua entrevista, é possível perceber a paixão e a dedicação que essa senhora deposita no grupo.

“Representa tudo o que tenho hoje e dedico cada instante de minha vida para ele” (Sra. Vega).

Essas palavras me fizeram perceber a união e a dedicação de seus integrantes, não só para com o grupo ou para com as atividades no espaço do PAI, mas com algo que os uniam e os tornavam uma família, para além dos limites do Programa. Meu interesse pelas reuniões desse grupo só fez aumentar quando descobri que a grande maioria dos integrantes era composta por aposentados do Estado. Passei então a acompanhar diretamente as reuniões e apresentações desse grupo.

A convite de alguns membros que entrevistei, fui conhecer o que a tanto eles se dedicavam: o Boi “Estrela do AAGEN”. Em algumas ocasiões, acompanhei as apresentações desse grupo, como a comemoração da morte do boi, no sítio de um dos integrantes e a apresentação na Assembleia Legislativa do Maranhão (figura 5).

²² Utilizo a nomenclatura de ativo e inativo para referir aos funcionários que ainda exerciam suas atividades laborais e os aposentados, respectivamente. Conforme entrevista com a funcionária II, os aposentados eram discriminados em seus contracheques como tal. Somente em 2010, a SEGEF adota o termo aposentado nos contracheques.



Figura 5 - Apresentações do bumba-boi estrela do AAGEN
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Diante desse universo, procurei identificar o total de frequentadores que efetivamente eram atendidos pelo PAI, incluindo os aposentados, pensionistas e pessoas dos Clubes da Melhor Idade e do AAGEN. Junto à administração do Programa, tive acesso aos relatórios mensais de agosto a dezembro de 2015 e do ano de 2014, bem como o documento com o total de cadastrados no PAI.

De posse desses relatórios e documentos, meu objetivo seria traçar o perfil dos atendidos pelo Programa através de dados como a faixa etária, sexo, identificação (negro, pardo, branco, índio ou outro), estado civil, grau de escolaridade e renda mensal. Porém, um dos primeiros percalços que tive foi a falta de informações quanto ao quantitativo de participantes por grupo de distinção em função das atividades oferecidas, ou seja, quantos aposentados, pensionistas e pessoas dos Clubes da Melhor Idade e do grupo AAGEN, homens ou mulheres participavam das atividades de alongamento, por exemplo. A única informação que o próprio sistema disponibilizava era o total de participantes por tipo de cadastro²³, sem levar em

²³ Relatório datado de 12.11.2015 (ANEXO B).

consideração as especificidades que eu pretendia investigar. Na tabela 1 segue o total de aposentados e pensionistas, demonstrado no documento que tive acesso.

Tabela 1 - Total de aposentados e pensionistas cadastrados

Tipo de cadastro	Quantidade
Aposentados	16093
Pensionistas especial	210
Pensionista previdenciário	2242
Total	18545

Fonte: PAI, 2015.

Diante do exposto, o que se observa é que as pessoas cadastradas no PAI são apenas os aposentados e pensionistas do Estado, não sendo contabilizados os participantes dos Clubes da Melhor Idade Renascer e Raio de Sol e do grupo AAGEN. Esse tipo de cadastro é justificado pelo serviço de entrega dos contracheques, já que o PAI precisa saber a quantidade de aposentados e pensionistas para imprimir, entregar ou enviar esses contracheques. Vale ressaltar que nem todo aposentado do Estado é cadastrado no PAI. Somente aqueles que se dirigem à instituição, fazem seu cadastro e retiram sua carteira de Idoso é que têm acesso aos serviços do PAI. No total de 18.545 cadastrados, 16.093 são aposentados e 2.452 pensionistas.

Esse documento foi importante por identificar o número de aposentados cadastrados no sistema do PAI, porém, nenhum dado, que estipulei para traçar o perfil desses aposentados, foi possível obter.

Diante desses percalços e do expressivo quantitativo de aposentados atendidos nesse período, tentei, através dos relatórios das atividades mensais (ANEXO C), traçar o perfil dos aposentados participantes das atividades de lazer durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015. De posse desses relatórios, novamente me deparei com a dificuldade de distinguir e quantificar o número de aposentados frequentadores de cada atividade do PAI, uma vez que esses relatórios não especificavam a quantidade de aposentados participantes, apenas o quantitativo geral de frequentadores por atividades, incluindo pensionistas, pessoas dos Clubes da Melhor Idade e do grupo AAGEN.

Outro desafio que encontrei foi saber que nem todo aposentado cadastrado participava das atividades do Programa, o que tornou ainda mais difícil a minha procura em caracterizar o perfil dos aposentados do Estado, participantes das atividades do PAI. Existem aqueles aposentados que recebem apenas seu contracheque, os que somente vão se consultar ou fazer fisioterapia, os que se cadastram para ter a carteira do Idoso, que dá direito a cartão de passe-livre nos

transportes públicos em São Luís, e não participam das atividades físicas, socioculturais e de lazer desenvolvidas pelo PAI.

Contudo, não descartei esses relatórios que tinha em mãos, tendo em vista que através deles poderia identificar quantas pessoas estavam escritas nas atividades do Programa. Os relatórios gerais de setembro a dezembro de 2015 especificavam a quantidade de pessoas atendidas pelo Programa conforme o setor de atendimento (tabela 2).

Tabela 2 - Quantidade de atendimentos mensais por setores do PAI

	Setor – saúde	Setor - serviço social	Setor- administração	Total de atendimentos
Setembro	545	701	15004	16250
Outubro	640	189	15004	15833
Novembro	541	451	93	1085
Dezembro	542	380	85	1007
Média atendidos	567	430,25	7546,5	8543,75

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Durante os meses de setembro à dezembro a média de atendimento dos setores saúde, serviço social e administração do PAI foi 8.543, 75. O setor com maior procura centra na administração do PAI, com 7546,5 atendimentos, sendo que se justifica por causa de ter como principal função a entrega dos contraqueches via correio e *in loco*.

Vale ressaltar que nos meses de novembro e dezembro de 2015, o atendimento deste setor reduziu significativamente por não ter sido feita a entrega dos contracheques aos aposentados e pensionistas pelos correios. Os dados extraídos desses relatórios também possibilitaram identificar a quantidade de participantes por atividade desenvolvida pelo PAI, entre os meses de setembro à dezembro de 2015, conforme consta na tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de frequentadores por atividades do PAI

	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média de frequentadores
Eventos sociocultural e de lazer					
Oficina da memória	35	35	42	35	36,75
Oficina de pintura em tela	15	16	19	15	16,25
Oficina de artesanato	23	13	29	23	22
Oficina de macramê	15	15	21	18	17,25
Passeio a Raposa /MA	-	50	50	105	68,33333
Passeio à Tutóia/MA	-	50	-	-	50
Passeio ao Enzo Park - Pinheiro/MA	-	-	50	-	50
Passeio a Parnaíba/PI	25	-	-	-	25
Tarde de cinema	-	10	17	-	13,5
Curso bíblico	25	-	-	-	25
Total	701	189	228	641	439,75
Oficinas de atividades físicas e culturais					
Aeróbica	26	27	31	25	27,25
Alongamento	80	80	86	85	82,75
Tambor de crioula	20	20	25	27	23
Pilates de solo	45	30	46	48	42,25
Dança livre	83	79	74	70	76,5
Canto Coral	40	40	45	47	43
Hidroginástica	158	158	-	-	158
Total	452	452	307	302	378,25

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Diante da identificação das atividades desenvolvidas no PAI nesse período, as que tiveram o maior número de frequentadores foram: hidroginástica, alongamento, dança livre e o passeio à Raposa. Por outro lado, as que tiveram menor frequência foram: tarde de cinema, oficina de pintura, oficina de macramê e oficina de artesanato.

Em geral, a escolhas dessas atividades pelos participantes estão relacionadas com a distinção dos conteúdos que cada atividade apresenta em função dos interesses físicos, artísticos, práticos ou manuais, intelectuais, sociais e turísticos que são acionados pelos participantes. Destarte, as atividades em que há o predomínio das modalidades físicas, esportivas, sociais e turísticas são as mais procuradas pelos integrantes do PAI.

Assim, para a aplicação das entrevistas decidi voltar meu olhar para os 16.903 aposentados cadastrados, dentre os quais aqueles que frequentavam as atividades consideradas de lazer há pelo menos um ano ininterrupto. Vale retomar aqui as dificuldades que tive de identificar quais as atividades consideradas de lazer

no PAI, uma vez que a entidade não esclarece em seus documentos oficiais os critérios de classificação acerca do lazer. Então, ao me lançar em campo, não exclui a possibilidade de visitar todas as atividades desenvolvidas pelo Programa neste período.

Diante dos percalços, desafios e limites enfrentados por mim para demarcar o perfil dos aposentados do PAI, decidi realizar as entrevistas.

Na perspectiva de preservação da identidade do(a)s entrevistado(a)s adotei nomes fictícios, que correspondem a nome de estrelas (astros que possuem luz e brilho próprios), fazendo analogia ao brilho que reluz de algumas pessoas velhas, que por sua vez, refletem a vontade de viver esta fase da vida em sua plenitude, bem como de estar na companhia de outras pessoas da mesma idade ou de outras gerações. Deste modo, a analogia proposta remete o brilho de uma estrela à energia e a força existencial que emanam de alguns dos velhos e velhas frequentadores do PAI, isto significa que brilho estaria relacionado à condição de ser velho ou velha.

Por conseguinte, segue as informações das principais características das pessoas velhas entrevistadas (quadro 4).

Quadro 4 - Caracterização socioeconômica dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Renda mensal	Estado civil	Filhos	Com quem reside	Tempo de frequência PAI
Sirius	79	F	Ens. Fundamental	1 salário	Casada	11	Com a filha, genro, marido e neta	Há mais de 5 anos
Canopus	91	F	Ens. Médio	1 salário	Viúva	8	Filha e neto	Há 22 anos
Alfa Centauri	92	M	Ens. Médio	1 salário	Viúvo	4	Com os funcionários	Há 5 anos
Arcturus	76	F	Ens. Médio	2 salários	Casada	2	Marido e filho	Há 3 anos
Veja	68	F	Superior	7 salários	Solteira	Nenhum	Sozinha	Há 8 anos
Capela	71	F	Superior	4 salários	Casada	9	Marido, 8 filhos e 3 netos e enteado	Há 12 anos
Rigel	70	F	Ens. Fundamental	1 salário	Solteira	Nenhum	2 netas de criação	Há 8 anos
Prócion	70	F	Ens. Fundamental	1,5 salários	Solteira	Nenhum	Sobrinho	Há 1 ano
Achernar	74	M	Ens. Médio	20 salários	Viúvo	1	Filho, nora e 3 netos	Há 4 anos
Betelgeuse	61	M	Superior	4 salários	Divorciado	3	Filha e neta	Há 5 anos
Hadar	80	F	Superior	3 salários	Viúva	4	Filho, nora e 4 netos	Há 5 anos
Aldebaran	69	F	Superior	10 salários	Casada	2	Marido	Há 1 ano
Antares	71	M	Ens. Médio	1 salário	Solteiro	Nenhum	2 amigos	Há 6 anos
Spica	65	M	Superior	3 salários	Solteiro	5	Namorada	Há 2 anos

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Desta maneira, verifica-se que os entrevistados apresentam uma distribuição heterogênea quanto ao gênero e às faixas etárias, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição dos entrevistados por idade e sexo

	Masculino	Feminino	Total
60-69 anos	2	2	4
70-79 anos	2	5	7
80-89 anos	-	1	1
Acima de 90 anos	1	1	2
Total	5	9	14

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

O resultado conseguido demonstra uma concentração maior de pessoas com idade entre 70 – 79 anos, o que corresponde a 50% dos entrevistados, composta por 64,2% de pessoas do sexo feminino e 35,8% do sexo masculino. É possível relacionar o maior número de entrevistas feitas com mulheres com o fato de que a primeira entrevistada tenha sido uma mulher, que indicou outra, e assim, acabou resultando nesta amostra. Mas não se pode interpretar que a partir dessa composição, o PAI atenda mais mulheres que homens.

É importante ressaltar também como se distribui o nível de escolaridade entre os entrevistados. A tabela 5 apresenta essa distribuição.

Tabela 5 - Distribuição dos entrevistados por nível de escolaridade e sexo

	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Superior	Total
Masculino	-	3	2	5
Feminino	3	2	4	9
Total	3	5	6	14

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

A maioria dos entrevistados tem formação superior (35,7%), sendo a predominância no grupo feminino. É também no grupo de mulheres o menor nível de escolaridade: dos 14 entrevistados, de ambos os sexos, apenas as mulheres não concluíram o ensino fundamental (3 entrevistadas).

É pertinente ressaltar que a maioria dos entrevistados vive apenas com a renda de um salário-mínimo²⁴, são solteiros e frequentam o PAI entre 1 à 5 anos ininterruptos. Muitos moram com seus familiares, mas há aqueles que moram sozinhos, com amigos ou a namorada.

²⁴ Considera-se, para efeitos dessa pesquisa, o valor do salário-mínimo de R\$ 788,00 estabelecido pelo Ministério da Previdência Social desde 01/01/2015 (dados extraídos do Portal: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 21.12.2015).

Com relação às atividades que os velhos praticam no PAI, segue abaixo, as atividade frequentadas por cada entrevistado neste espaço (quadro 5).

Quadro 5 - Atividades praticadas pelos velhos entrevistados do PAI

Nome	Atividades de lazer
<i>Sirius</i>	Hidroginástica e alongamento
<i>Canopus</i>	Hidroginástica, canto coral e alongamento
<i>Alfa Centauri</i>	Oficina da memória
<i>Arcturus</i>	Hidroginástica
<i>Veja</i>	Oficina da memória
<i>Capela</i>	Aula de dança, canto coral e oficina da memória
<i>Rigel</i>	Oficina da memória
<i>Prócion</i>	Aula de dança e alongamento
<i>Achernar</i>	Alongamento e hidroginástica
<i>Betelgeuse</i>	Futsal
<i>Hadar</i>	Oficina da memória
<i>Aldebaran</i>	Aeróbica
<i>Antares</i>	Canto coral
<i>Spica</i>	Canto coral

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Apesar de ter pouca oferta de atividades, no período em que a pesquisa fora realizada, as pessoas tinham a oportunidade de participar de mais de uma atividade. Além dessas atividades fixas que acompanhei, ou seja, que fazem parte do planejamento mensal continuamente, existem os eventos socioculturais como os passeios, as excursões, dia de cinema, as apresentações do coral e do bumba-meu-boi. Desses eventos, apenas assisti as apresentações do bumba-meu-boi na Assembleia Legislativa do Maranhão e a apresentação do canto coral, em um recital de natal, no município de Anajatuba, Maranhão.

Com relação as funcionárias entrevistadas, optei por continuar a denominá-las de funcionárias e enumerei de I a V em algarismos romanos para poder facilitar a identificação e resguardar o anonimato das mesmas (quadro 6).

Quadro 6 - Perfil das funcionárias entrevistadas do PAI

Nome	Idade	Profissão	Tempo de serviço – PAI
Funcionária I	55	Supervisora	Há 10 anos
Funcionária II	51	Assistente social	Há 22 anos
Funcionária III	53	Assistente social	Há 19 anos
Funcionária IV	71	Assistente social	Há 17 anos
Funcionária V	51	Assistente social	Há 1 ano e 7 meses

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Vale ratificar, novamente, que as representações sociais das funcionárias a respeito da velhice e do lazer serviram de embasamento para suprir as lacunas

deixadas pela falta de identificação dos conceitos de velhice e lazer nos documentos oficiais do PAI. Dessa maneira, as representações que elas apresentaram sobre a temática, emergiram, na sua grande maioria, de relatos e experiências vivenciadas no cotidiano de trabalho na instituição pesquisada.

1.4 A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor compreensão do fenômeno em estudo, o trabalho aqui apresentado estrutura-se em cinco partes:

Na primeira seção, a introdução, procuro justificar a escolha da temática, apresentando a minha posição enquanto pesquisadora e o lugar de onde falo. Relato também o meu interesse em pesquisar o lazer na velhice e para os velhos, demarcando posteriormente a minha escolha teórica-metodológica e o percurso da construção da pesquisa. Explicitarei ainda o referencial teórico-metodológico através das contribuições de Bourdieu a respeito das categorias *região*, *campo* e *habitus*, bem como o referencial empírico da pesquisa e os narradores que constroem comigo todo esse trabalho.

A segunda seção, denominada de “**Velhice (s): uma construção social e histórica**”, incide em conteúdos teóricos sobre a velhice. Neste tópico, proponho fazer uma reflexão acerca da velhice, tentando compreender como essa categoria vem sendo representada ao longo do tempo nas sociedades, bem como as determinações criadas e legitimadas para definir velhice e quando alguém pode ser considerado velho.

Na terceira seção, “**Considerações acerca das representações do lazer**”, destaco as representações sociais acerca do lazer, através das contribuições de teóricos, a fim de apresentar as diferentes representações de lazer e associá-las às dimensões tempo, atitude e espaço. Ainda, abordo a temática aposentadoria, procurando relacioná-la com as categorias velhice e lazer, convertendo assim o meu olhar para o velho que se aposenta.

Na quarta seção, “**Análise dos lazeres na velhice e para velhice no Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI**”, serão apresentados os resultados da pesquisa. Na análise e tratamento dos dados, utilizou-se das falas, gestos e atitudes dos sujeitos entrevistados para compreender e interpretar o

conhecimento produzido acerca do lazer na (para) velhice, relacionando-as com as dimensões tempo, atitude e espaço. Essa seção tem como eixos: a representação de si e posteriormente trago à tona as arguições sobre o lazer na percepção de quem o vivencia. Assim, a discussão envereda sobre o entendimento de como os velhos entrevistados revelam sua experiência de ser velho, de viver o lazer no PAI e de vivenciar as atividades de lazer na velhice dentro e fora do espaço do PAI.

Na última e quinta seção, “**Considerações Finais**”, encontra-se as principais conclusões deste trabalho. Nelas busco sintetizar os principais debates estabelecidos no decorrer do trabalho, mostrando o meu posicionamento sobre as questões discutidas. Dessa maneira, sabendo que as representações sociais sobre velhice e lazer são responsáveis pelas ações que possibilitam ou não a proteção e inclusão social dos velhos, espero que este trabalho possa prestar o seu contributo na evolução do cuidar e na consolidação de valores sociais dos que já envelheceram e dos que ainda irão envelhecer.

2 VELHICE(S): UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA

“Definir a categoria velhice parece, à primeira vista, tarefa bastante simples. No entanto, é, na realidade, uma questão imensamente complexa”

Carmen Lúcia Tindó Secco (1994)

Como já vem sendo referenciado, a velhice é uma categoria socialmente construída na história das sociedades, sendo que a busca pela sua definição tornou-se objeto de disputas e conflitos ao longo do tempo. A representação da velhice apoia-se em critérios de classificação social, que possibilitam determinar em que momento as pessoas são consideradas velhas. À medida que agentes ou instituições sociais adotam esses critérios como distinção social, impõem-se, de forma arbitrária, uma definição de velhice em função de seus interesses.

Compreender como vem se constituindo as nuances das representações sociais a respeito da velhice é ter, como ponto de partida, o entendimento de que seus conceitos e significados assumem diversas maneiras de pensamento, a depender do conhecimento que os grupos sociais elaboram e utilizam para lidar com a velhice como objeto social.

Segundo Almeida (2005), as representações sociais estão presentes nos discursos e nas palavras veiculados aos elementos informativos, cognitivos, ideológicos e nominativos, bem como nas crenças, valores, atitudes, imagens e opiniões. O conhecimento produzido a partir desses elementos nos permite apreender como o ser humano interpreta e dá sentido ao mundo em que vive, a ponto de guiar seus comportamentos diante de diferentes aspectos da realidade²⁵.

A velhice é, portanto, uma categoria socialmente construída a partir de distintos critérios, por diferentes grupos sociais. Nesse sentido, a velhice é aqui considerada como representação social (re) construída, levando-se em conta o momento histórico e os valores culturais predominantes dos grupos que assim a classificam.

²⁵A respeito da apreensão da realidade, Gaston Bachelard (1996) nos atenta que não devemos nos prender às imagens da primeira realidade, uma vez que estas são postas antes e acima da crítica, e como tal não podem constituir uma base segura por não sofrer intervenções críticas. Embora sejam elas o ponto de partida para a formação do espírito científico, a ciência “que aceita as imagens é, mais que qualquer outra, vítima das metáforas. Por isso, o espírito científico deve lutar sempre contra as imagens, contra as analogias, contra as metáforas” (BACHELARD, 1996, p. 48).

Por isso, mesmo sendo o envelhecimento biológico uma realidade universal que faz parte da própria condição do ser humano, não existe um consenso entre os estudiosos da temática velhice que defina e caracterize uma pessoa como velha a partir de um único critério, sobretudo porque o próprio processo de envelhecimento humano é muito mais complexo, e como tal deve ser estudado a partir de vários contextos.

Assim, como é referido por Carmen Lúcia Tindó Secco (1994), na citação que abre este capítulo, a definição de velhice aparenta ser fácil e simples, entretanto, ao considerar as múltiplas dimensões da velhice, essa definição torna-se imensamente difícil e complexa. Desse modo, a proposta deste capítulo é tentar clarificar as seguintes indagações: O que é velhice? Quando ela começa? Quais os critérios que demarcam esse início? Quais critérios são acionados para classificação da velhice?

Contudo, sem o propósito de esgotar as várias nuances que essas definições envolvem, o meu intuito neste capítulo é tentar apresentar uma discussão teórica sobre as representações sociais acerca da(s) velhice(s).

2.1 AS VELHICES E SUAS REPRESENTAÇÕES EM CONTEXTOS SOCIAIS E TEMPORAIS DISTINTOS

Ao falar de todas as velhices, muitas vezes relacionadas à velhice dos outros, sempre falamos de uma velhice (a nossa) e dos muitos velhos que poderemos chegar a ser; da velhice que desejamos e da que tememos vivenciar. Mas se cada sujeito tem sua velhice singular, as velhices tornam-se incontáveis (GOLDFARB, 1998).

Falamos de todos eles, já que são personagens conhecidos na nossa cultura; falamos de um velho em particular e da velhice como categoria. Mas fundamentalmente, através de todos eles falamos do velho que temos dentro de cada um de nós, do velho de nossa família, daquele que entrou muito cedo na nossa história e que direciona nosso olhar para todos os outros (GOLDFARB, 1998, p.02).

As velhices têm sido alvo de reflexões de vários estudiosos, desde épocas remotas até a nossa atualidade. As representações sociais dessa fase da vida

sofreram (e ainda sofrem) com o tempo, bem como os procedimentos perante o ser velho e sua condição social, consoante os contextos histórico-sociais e culturais.

A propósito, Silva (2008) refere-se a representação do ser velho como uma construção social carregada de valor simbólico que se transforma ao longo do tempo por várias razões, que podem ser associadas aos contextos históricos, à economia, à política e à religião de uma determinada sociedade. Minois (1987) complementa ao defender que cada sociedade, em cada período da história, reinterpreta socialmente os determinantes que identificam e classificam as pessoas, no intuito de facilitar a organização social do ciclo de vida²⁶ e distribuir os papéis sociais específicos para cada grupo etário.

Mercadante (2004) ilustra bem a necessidade que se tem de compreender a velhice a partir do aprofundamento do estudo sobre outras sociedades, a fim de identificar as formas distintas que estas utilizam para produzir a vida, considerando assim a elaboração de diferentes periodizações que levam a outros significados e lógicas culturais e que, conseqüentemente, orientam as classificações das várias formas de ação e representação dos indivíduos nas diferentes culturas. A autora ainda enfatiza a dificuldade de se definir a velhice e de quem é velho, já que ambos refletem uma questão complexa e heterogênea, e que não há respostas simples ou um conceito chave capaz de dar conta dos múltiplos atravessamentos que percorrem a categoria velhice (MERCADANTE, 2004).

Considerou-se assim, pertinente, uma abordagem de termos associados à velhice e ao agente social velho, para uma melhor compreensão do que vem sendo construído a respeito das definições que cerne às pessoas nessa faixa etária: *idosos, velhos, seniores, pessoas de idade, aposentados*. Todavia, cada sociedade atribui uma representação à velhice, seja positiva ou negativamente, que geralmente oscila entre a valorização e a depreciação do velho.

Na síntese de Fernández-Ballesteros (2000), as representações da velhice estão fundamentada em duas tradições de pensamento que remete a uma visão

²⁶ Utilizo o termo ciclo de vida com o sentido de sucessão de estágios ou idades que ocorrem no desenvolvimento do ser humano, ou seja, de repetição das experiências de desenvolvimento geração após geração, de estágios de história de vida de coortes etárias, de estágios da vida familiar e da coordenação entre o desenvolvimento individual e a história das instituições sociais. Entretanto, conforme Neri (2005) aponta, esse termo pode assumir outros sentidos. Na Psicologia, por exemplo, Neri (2005) cita diversos autores como Charlotte Bühler (1935) e Erik Erikson (1963, 1986, 1998) utilizam o termo ciclo de vida com o sentido de sucessão de estágios ou idades do desenvolvimento individual.

positiva, na qual o ser humano envelhece do mesmo modo como tem vivido, onde é preciso estar preparado para envelhecer ao longo da vida com dignidade. E a visão negativa, em que a velhice é considerada uma última etapa da vida humana e pode está associada as efemeridades que acompanha o desgaste físico e mental da pessoa.

Estas concepções são construídas pelas sociedades no decorrer da história da humanidade. Na Antiguidade, por exemplo, o ambiente em que vivia o ser humano era bastante desafiador para sua vida. Fatores como os constantes ataques de animais selvagens, a propensão às doenças, a escassez de comida e água reduziam o tempo de vida. Os que conseguiam sobreviver eram venerados, tratados como deuses (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2000). Nas sociedades orientais desse período, principalmente China e Japão, a velhice representava uma fase de alcance espiritual supremo, cujo velho era respeitado e valorizado pelos mais jovens. A cultura era cuidar de seus velhos, pois simbolizavam sabedoria e experiência de vida (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2000). Nas sociedades incas e astecas, os velhos eram vistos com muito apreço, principalmente como uma responsabilidade pública, em que era dever de todos resguardar seus velhos (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2000).

Na tentativa de traçar a trajetória etnográfica do lugar do velho nas diferentes sociedades ao longo do tempo, Beauvoir (1990) destaca que na Idade Antiga, os velhos eram abandonados ou mortos por serem considerados inúteis, um “fardo” para os demais membros do seu grupo. Mucida (2004) confirma a exposição de Beauvoir (1990) ao relatar que na cultura dessas sociedades, o velho era tratado de forma impiedosa, destituído de direitos e muitas vezes abandonado à própria morte. Na Grécia Antiga predominava a concepção negativa da velhice em prol da imagem positiva da juventude, sendo ela considerada uma maldição divina, em que os velhos, renegados pela sociedade, tornavam-se vítimas de desprezo e de isolamento.

Todavia, na civilização Romana, o velho ganha papel de relevância ao representar a figura máxima no seio familiar, conforme cita Beauvoir (1990, p. 142):

O poder do *parterfamilias* é quase sem limites[...]. Se um jovem quisesse casar-se, era exigido não apenas o consentimento do pai, mas também do avô, se este ainda fosse vivo: isto prova que o patriarca conservava sua autoridade até o fim.

A noção de velhice nas sociedades primitivas era imprecisa e relativa, pois as alterações em seu entendimento dependiam dos momentos e realidades históricas de cada sociedade, assim como das diferentes situações sociais que cada uma apresentava. A esse respeito, afirma Rezende (2008, p. 22) que

[...] um indivíduo podia ser considerado idoso aos 30, 40 ou 60 anos de idade, dependendo da sociedade em que vivia, demonstrando assim, o significado social da velhice, e que é imprecisa a ideia romântica de que num passado impreciso todos os idosos eram respeitados por sua sabedoria. Isso foi verdade em apenas algumas sociedades. Em muitas delas eles desfrutaram de prestígio e conforto, enquanto que em outras levaram uma vida miserável. Contudo, fica claro que seu destino sempre foi decidido pela coletividade, conforme os interesses desta.

Na tentativa de evitar generalizações, principalmente porque a categoria velhice é uma construção social e histórica que envolve muitas peculiaridades, vê-se que a mesma nas sociedades primitivas ora era tratada de maneira estereotipada, ora valorizada e com condições de subsistir nestas sociedades, o que fica claro que a valorização da velhice, ou não, dependia dos interesses que as sociedades exprimiam a seu respeito.

A passagem da Idade Antiga para o período medieval é marcada com o desmembramento do Império Romano e ascensão do Cristianismo. Com essas transformações, a imagem positiva que se criara da velhice na Antiguidade retrocede à medida que priorizaram a jovialidade nas guerras e nos feudos. Tanto a nobreza quanto a plebe valorizavam a força física e a virilidade, os fracos não tinham lugar na sociedade, com isso, a velhice, assim como a infância, eram fases da vida desprezadas, as pessoas que faziam parte delas eram entregues à própria sorte (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2000). Contudo, é importante destacar que devido às condições duras de vida, e às constantes guerras, chegar à velhice era quase impossível. O trabalho, predominantemente rural, por ser muito rude, não permitia que a pessoa vivesse por muito anos. Os que conseguiam eram renegados pela sociedade. De acordo com Secco (1994), na Idade Média os velhos eram considerados repulsivos e a sociedade os menosprezava pela condição física e biológica. O preconceito era ainda maior com relação às mulheres velhas, vistas como feiticeiras e bruxas.

Vale destacar ainda, o papel do Clero (representado pela Igreja Católica) e a sua importância na organização social da época. A Igreja utilizava devoção dos homens para impor leis que obedecessem os costumes e a "vontade de Deus". A velhice daquela época era vista como uma forma de castigo divino e as pessoas

velhas deveriam tão logo buscar a salvação e se prepararem para morte. Fica evidente, nas palavras de Beauvoir (1990, p. 158), que era a juventude que ‘reinava’ nesta época, o guerreiro ativo, era “o adulto na força da idade, que ocupa a frente da cena”.

O período renascentista, iniciado na Itália, no século XIV, celebra abertamente a exaltação da eterna juventude e o culto ao corpo e a beleza física. À velhice cabia apenas a imagem de decrepitude e ridicularização, sendo os velhos comparados a cadáveres ambulantes e a farrapos humanos. Segundo Beauvoir (1990, p 183), a imagem negativa da velhice é ainda mais expressiva, cuja “feiura dos velhos só pode aparecer mais detestável ainda”.

Na Idade Moderna, entre os séculos XIV e XVII, essa percepção negativa tornou-se ainda mais evidente, consolidando a supremacia dos jovens sobre o velhos (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2000).

Contudo, é durante os séculos XVIII e XIX, que a ciência e a medicina tomam fôlego nas discussões sobre o processo de envelhecimento da população europeia, principalmente, devido ao expressivo aumento desta população e a situação de pobreza e abandono que já vinha se arrastando desde o séculos XVI e XVII. Segundo Leme e Silva (2005, p. 23), a “população idosa começa a crescer e o interesse médico no cuidado dos idosos como um grupo separado passou a existir”. Diante desses acontecimentos, a preocupação em adotar hábitos de higiene tornou-se uma questão de saúde pública, o que fez com que a sociedade europeia voltasse os olhos para a população de velhos. Vale ressaltar que as transformações advindas da Revolução Industrial também foram nefastas para os velhos, impactando ainda mais as condições precárias de vida destas pessoas.

A capacidade produtiva dos homens passa a subjugar-los, à medida que a força de seu trabalho enceta a gerar valor e transforma-se em mercadoria²⁷ (MARX, 1985a, 1985b), isto é, o trabalho humano começa a ser vendido como mercadoria aos burgueses em troca de salário, logo, quem produzisse mais força de trabalho seria mais remunerado. O trabalho passa a fundamentar a sociabilidade humana,

²⁷ Segundo Marx (1985a, p.198), a mercadoria consiste: “[...] simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais”.

consequentemente, como também a orientar a postura da sociedade industrial com relação à velhice. Para os burgueses ter um trabalhador jovem era mais vantajoso que um trabalhador velho, pois sua força de trabalho era mais elevada e geraria maior produção. Assim, a velhice é associada a perda da força de trabalho, o que faz com que esse trabalhador, ao envelhecer, seja automaticamente excluído do sistema por causa da suposta diminuição ou perda da capacidade funcional.

Em consequência, este velho, para a sociedade urbano-industrial, era considerado danoso, isso porque “perdendo a força do trabalho ele já não é produtor nem reprodutor” (BOSI, 2001, p. 77). Assim, ao alcançar uma determinada idade, o trabalhador perdia seu valor de uso para o capital, tornando-se improdutivo e sem condições de continuar a integrar a lógica do sistema capitalista, ou seja, era descartado da sociedade e substituído pelos jovens.

Em contribuição, Secco (1994) relata que com o advento da industrialização, as pessoas passaram a ser rejeitadas, à medida que não geravam mais lucro, o que levou a sociedade a considerar os velhos como inúteis, afastando-os do universo do trabalho.

O processo de industrialização, conforme Netto e Ponte (2005) apontam, inverteu completamente a posição de autoridade que os velhos possuíam sobre os mais jovens em sociedades anteriores, acentuando ainda mais a imagem negativa da velhice. Nesse contexto, percebe-se a tendência da sociedade em continuar a privilegiar a juventude em detrimento da velhice. Os jovens representavam o “combustível” para a produção e reprodução do capitalismo, enquanto os velhos concebiam o outro lado da moeda, associados à imagem de decadência física, decrepitude, invalidez e improdutividade de labor.

Segundo Peixoto (2007), a maioria das pesquisas, realizadas na França no final do século XIX, descreve as condições miseráveis da velhice trabalhadora. Naquela época, a maior parte da população urbana com mais de 60 anos não possuía pensão ou salário. Muitos dependiam da benevolência de familiares ou de instituições de assistência pública. A autora ainda destaca que a velhice continuava associada à decadência e à incapacidade de trabalhar e era empregada para reforçar a ideia de exclusão social, onde, “ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres” (PEIXOTO, 2007, p.72).

Com as transformações ocorridas da revolução industrial, vieram os avanços tecnológicos e científicos (principalmente na área médica, na prevenção de

doenças), além do reconhecimento de direitos sociais e do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à população envelhecida, o que possibilitou ganhos significativos relacionados à melhoria da qualidade de vida e ao aumento da expectativa de vida.

Contudo, Couto (2008) ratifica que da antiga Grécia à modernidade, a velhice vem sendo reproduzida de forma negativa, como um problema que exige intervenções. Esta percepção é devido a três aspectos que se reproduzem continuamente: “a associação entre velhice e doença, a busca da prevenção e/ou alívio dos sintomas do envelhecimento e as tentativas de prolongamento da vida” (COUTO, 2008, p. 40).

Em 1903, o médico russo Elie Metchnikoff, utiliza o termo Gerontologia para designar o campo de investigação que estuda o processo de envelhecimento e suas dimensões (SERRA, 2005). Um ano depois, cria-se uma nova especialidade na área médica voltada ao tratamento de doenças da velhice: a geriatria (SERRA, 2005). Somente após a segunda Guerra Mundial (1939-1945), os estudos sobre a velhice e o processo de envelhecimento tomaram proporções maiores, principalmente os relacionados à qualidade de vida (SERRA, 2005). Neri (2005) destaca que a velhice era representada tanto para a geriatria quanto para a gerontologia de forma negativa, como sinônimo de doença ou oposta ao desenvolvimento humano, tornando-se um problema que deveria ser resolvido.

A partir dos anos de 1960, com o desenvolvimento de políticas sociais para a velhice, a França adota uma nova categoria: os *aposentados*. Segundo Debert e Simões (1994), a assistência ofertada pelo Estado aos *aposentados* tinham um caráter assistencialista, fazendo uma inferência estigmatizada à velhice, como uma fase ligada a inatividade, improdutividade e sem função social. O *aposentado* era percebido como velho improdutivo e inativo. Conforme Beauvoir (1990, p.9) “a velhice surge aos olhos da sociedade como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar”. Evitava-se falar da velhice neste período e o assunto era tido como proibido.

Ainda no que diz respeito à velhice na França, na década de 1960, Peixoto (2007) destaca que esta não se diferenciava da situação em outros países do mundo ocidental desenvolvido. A implantação de políticas sociais pelo Estado Francês contribuiu para a utilização do termo *idoso* e acabou proliferando por todo o território europeu. Anterior a esse período, nos textos oficiais, o termo velho era utilizado para

fazer referência às pessoas com mais de 60 anos de idade. Conforme Peixoto (2007) destaca, a questão da velhice na França, no séc. XIX, era imposta a partir da condição financeira do indivíduo. Os “velhos” ou “velhotes” referiam-se àquelas pessoas que não podiam assegurar seu futuro financeiramente, enquanto os que detinham posição social eram designados de *idosos*. A autora ainda reporta que no final do século XIX e começo do século XX, a maioria das pessoas com mais de 60 anos não possuía aposentadoria e muitos dependiam da benevolência de seus familiares ou de instituições (PEIXOTO, 2007).

Diante da associação com expressões pejorativas, o termo velho passa a ser substituído paulatinamente por *idoso*. A imagem criada da velhice, a partir do termo *idoso*, expressa uma visão positiva, respeitosa e ativa. Contudo, Debert (1999) menciona que usualmente as pessoas empregam ambos os termos para denominar a pessoa envelhecida, mas demarca veemente a ambivalência dos dois sentidos: o termo velho refere-se sempre a velhice do outro, enquanto o termo *idoso* para referir-se a si mesmo. Percebe-se que a velhice associada ao termo *idoso* reflete a negação da própria velhice, ou seja, o velho não se aceita como velho e utiliza-se do termo *idoso* para mascarar seu próprio envelhecimento.

Netto e Ponte (2005) explicitam que a rejeição de si próprio como velho ocorreu devido à valorização excessiva da juventude no percurso histórico das sociedades anteriores que preconizavam a jovialidade em detrimento da velhice. A velhice, representada como uma rejeição do homem em aceitar a sua situação de ser/estar velho, instigou a busca pela eterna juventude e o aproximou dos mercados de consumo. É nesse cenário que o “*idoso aposentado*” é valorizado pela situação financeira: torna-se uma parcela da população economicamente ativa, movimentando e impulsionando a economia.

Entretanto, vale ressaltar que entre as décadas de 1960 e 1970, o mundo assistia a mais uma das crises econômico-financeiras do capitalismo. Debert (1999) relata em suas análises que naquele contexto o Estado francês buscou reestruturar suas ações, repassando para a esfera privada algumas de suas responsabilidades na área da saúde, previdência e assistência social. É nesta fase que surgem as empresas de planos de saúde e de previdência privada, agências de turismo, dentre outras, que viam nos *aposentados* um seguimento consumidor em potencial, principalmente aqueles com um certo poder aquisitivo.

A entrada do *aposentado* no mercado consumidor gerou uma nova designação para velhice: *terceira idade*. Em 1962, o gerontólogo francês Huet cria o termo *terceira idade* para desmistificar os significados negativos que ainda envolviam a imagem do velho (SERRA, 2005). Desta forma, a velhice, agora *terceira idade*, é encarada como etapa ativa da vida, onde associada ao tempo livre, assumem novas formas de se viver o momento do lazer, a realização pessoal, a criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades e o cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família (SILVA, 2008).

Nas sociedades ocidentais capitalistas o termo *terceira idade* foi difundido para designar o velho capacitado para uma vida ativa e produtiva, principalmente para ingressar no mercado de consumo. Peixoto (2007) destaca que esse termo emerge com a criação de instituições especializadas no retardo do processo do envelhecimento. Para Silva (2008) o termo *terceira idade* surge dos discursos e práticas da gerontologia e geriatria e do contexto social que transforma a velhice em um problema social. Diante disso, percebe-se que velhice e *terceira idade* assumem campos opostos. O conceito de *terceira idade* propaga a imagem do velho bem-sucedido, dinâmico, com tempo e recursos suficientes para usufruir da tão sonhada liberdade. Consequentemente, as representações sociais que surgem da *terceira idade* associa-se à fase do lazer, ao cuidado com o corpo, ao prazer pela vida e ao convívio social. E assim, a velhice passa a ser *terceira idade* e os velhos tornam-se *idosos*, simbolizando respeitabilidade (PEIXOTO, 2007).

A partir das décadas de 1980 e 1990, a velhice é vista como um problema social global, colocando desafios tanto para a sociedade em geral quanto para a economia e política mundial. Segundo Paz (2000), em seus estudos sobre “as imagens que povoam o imaginário social sobre a velhice e o idoso”, a representação social que se faz da velhice, a partir desse período, gerou uma série de atitudes preconceituosas em relação ao velho, desvalorizando-o, algumas vezes, ou idealizando-o, em outras. Para o autor,

O conjunto de representações e significações sociais que criam, alimentam e reforçam ideias, pensamentos e imagens de velhos que, em geral, atuam no processo de discriminação social. [Onde] Tais processos se apresentam (...) como formas de exclusão e de violência ao segmento idoso e se mostram presentes no cotidiano e em estreita ligação com a realidade social, são apropriadas, fomentadas e disseminadas pela sociedade. Dentre algumas, se tornam muito comuns as imagens que se dão a partir da distinção e da qualificação entre os produtivos e os “inativos”, os belos e os feios, os bons e os maus. (PAZ, 2000, p.43-44).

Estas representações, segundo Paz (2000, p.47), foram disseminadas nas sociedades das mais variadas formas, umas “explicitamente perversas, outras tacitamente aceitas e outras perigosamente veladas”, resultando em uma diversificação de mecanismos de opressão nos âmbitos “institucionais visíveis, sutis e quase invisíveis, (...) individuais ou coletivos”. Entretanto, o autor ainda vislumbra que a própria sociedade contemporânea e as novas tecnologias podem se mobilizar em favor da transformação das ideias e posturas negativas referentes à velhice, contribuindo na (re)construção de imagens e identidades, dentro de seus respectivos campos e projetos teóricos, políticos e sociais (PAZ, 2000).

Debert (2004) aponta que a nova geração de velhos começa a emergir, constituída de indivíduos que anseiam em aproveitar a vida de forma ativa e saudável, repleta de realizações pessoais e desafiando as imagens tradicionais que aqui foram explicitadas.

Assim, para alguns autores, a visão otimista da velhice começa a ser desvelada nas sociedades contemporâneas, resultado este adquirido por fatores como a globalização e a universalização de informações a respeito do processo de envelhecimento, bem como os avanços nas áreas médicas, de estética e outras ciências afins, que procuraram diagnosticar as necessidades de intervenção e combater as imagens estereotipadas da velhice e do velho.

Ao apresentar o percurso histórico da construção da imagem da velhice e os termos associados à pessoa velha, busquei privilegiar alguns momentos históricos para compor a análise dessa construção, o que me possibilitou compreender as formações discursivas da categoria velhice como parte integrante do imaginário social e que sua definição configura-se em um ‘jogo’ de disputa política pelo poder de impor uma identidade dominante, reconhecê-la e legitimá-la como oficial.

Este ‘jogo de manipulações’, com base no critério idade, implica, intrinsecamente, numa redefinição das capacidades e do poder social atribuídos aos diferentes momentos do ciclo de vida (BOURDIEU, 1983). Nesta classificação identitária, a velhice é, na verdade, desnaturalizada como realidade biológica intratável, para se tornar, simultaneamente, o meio e o fim de uma construção social. Desta maneira, enfatiza-se a necessidade de explicitar que as classificações legítimas da realidade social são objeto de disputa entre as diferentes profissões, sendo que algumas são atribuídas autoridade científica sobre um determinado critério de di-visão

e de diferenciação social. Com relação ao ato de autoridade, que consiste em delimitar uma *região*, ou um grupo social, Bourdieu (2010, p.114) descreve que:

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por está firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (...). O auctor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente.

É nessa lógica, que o presente estudo surge nesse contexto, buscando identificar, nas lutas entre os grupos sociais durante a história da humanidade, as construções de determinadas representações sociais acerca da velhice, diagnosticando que tal busca incide na sua legitimação, que transcorreu ora de forma negativa, carregada de sentidos pejorativos e depreciativos, ora positiva, associada a sabedoria e experiência de vida. Contudo, cabe questionar como essa construção social vem sendo processada na sociedade brasileira.

2.2 AS REPRESENTAÇÕES DA VELHICE NO BRASIL

Ao longo dos anos, a representação social da velhice no Brasil conheceu uma série de modificações gerada pelas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. Durante muito tempo as condições de vida dos velhos e velhas brasileiros foram ignoradas, afinal, os mesmos não representavam uma parcela significativa da população.

Paulino (2009) descreve em sua tese que a questão da velhice no Brasil esteve associada historicamente à esfera familiar, privada, de previdência individual ou de associações filantrópicas. A princípio, no período colonial, o Estado brasileiro incorporou práticas assistencialistas e de benemerência advindas de Portugal, principalmente para manter a dominação sobre a população nativa e escravista. Além disso, a sociedade brasileira fundamentou seus princípios por meio de influência patriarcal, conservadora, agroexportadora, monocultora, e escravocrata, sem interferência do Estado na prestação de assistência aos desamparados, o que acabou marcando profundamente a construção da nossa vida social (PAULINO, 2009).

É nesse cenário que Beauvoir (1990) demonstra que a velhice, no período colonial, era considerada insignificante, tratada, por muitas vezes, como motivo de

escárnio. A maioria das ações voltadas à população envelhecida dependia da caridade de entidades beneméritas, das Santas Casas de Misericórdia e da Igreja (BEAUVOIR, 1990). Silva (1991) reforça as palavras de Beauvoir (1990) ao enfatizar que a velhice, no Brasil colônia, chegava 10 anos mais cedo para as mulheres em comparação com à velhice dos homens, pois, de acordo com a legislação do período, a idade para atingir a velhice para os homens era de 60 anos, enquanto que as mulheres envelheciam mais cedo, com 50 anos de idade.

A representação da velhice produzida pela sociedade colonial brasileira perpetuou de forma negativa até meados do século XIX, sendo que sua construção histórica e social estava associada a estereótipos, tais como doença, dependência e inutilidade (BEAUVOIR, 1990). Haddad (2003) ratifica que durante todo o período colonial até início do século XIX, os velhos brasileiros, inclusos na população empobrecida, foram assistidos por práticas assistencialistas desempenhadas pela Igreja Católica e por irmandades e congregações de leigos. Nesta mesma linha de raciocínio, Debert (1999, p. 147) afirma que tais práticas “ajudaram a construir uma imagem negativa da velhice no século XIX. A velhice no Brasil era tratada como etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais”, ou seja, a imagem estereotipada da velhice estava arraigada por dependência, perdas e associada à pobreza e à miséria. Entretanto, o conjunto de imagens negativas da velhice que se acumulou durante todo este período foi “um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria” (DEBERT, 1999, p. 147).

Contudo, Filizzola (1972) apresenta que os primeiros indícios de reconhecimento e legitimação dos direitos sociais relacionados à velhice no Brasil datam de períodos anteriores ao século XIX, no qual destaca a construção da Casa dos Inválidos, na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. Conforme o autor ressalta,

Em 1794, ano em que começou a funcionar, (a casa dos inválidos) pode ser considerada o primeiro marco de humanismo aplicado à velhice no Brasil [...]. Não foi um marco de caridade, foi o reconhecimento de um direito. [...]. E as palavras são do próprio Vice-Rei, dirigidas à Corte, em 1793: “os soldados velhos pelos seus serviços, se fazem dignos de uma descansada velhice” (FILIZZOLA, 1972, p.71).

A institucionalização de um direito a uma parcela da população de velhos no Brasil, ou seja, os soldados em idade de aposentadoria, trouxe consigo uma nova cultura e uma nova forma de pensar a velhice. O Estado tomara para si a incumbência

de cuidar dos soldados velhos que dedicaram suas vidas de trabalho em função da Pátria, e por isso, se faziam dignos de uma “descansada velhice”. Logo, a velhice que se produzira neste período não fora de compaixão ou caridade, mas de gratidão e justiça para com os soldados velhos (FILIZZOLA, 1972). Dessa forma, observa-se o reconhecimento e a valorização da velhice pelo Estado brasileiro, embora de maneira tímida, isolada e restrita a uma parcela de velhos.

Contudo, vale ressaltar que com a chegada da família Real ao Brasil, em 1808, até o ano de 1830, inverteu-se a valorização desses velhos. O retrocesso institucional, a saída dos velhos da Casa dos Inválidos e sua ocupação pela Família Real, fez com que a assistência à velhice deixasse de ser um direito e fosse prestada pela compaixão que os soldados velhos despertavam nas pessoas, ou seja,

Enquanto os velhos soldados do Vice-Reinado de 1794 desfrutavam do gozo de direitos da velhice, os velhos soldados do primeiro império recebiam a caridade da Santa Casa da Misericórdia. A Casa dos Inválidos de 1794 sofrera um retrocesso institucional, retrocesso esse com profunda repercussão no movimento de assistência aos idosos exercida fora do âmbito da caridade pública (FILIZZOLA, 1972, p. 90).

O direito como padrão de valor para prestar assistência à velhice no Brasil caiu por terra, à medida que a velhice tornava-se um problema de compaixão e de caridade. O que se produzira após os anos de 1830 e que viria prevalecer mais tarde no Brasil era o arraigado modo de pensar que os velhos não tinham mais direitos, restavam a eles a liberdade de morrer aonde quisessem, desde que estes não gerassem ônus para o Estado, pois era inaceitável gastar dinheiro com inválidos²⁸, conforme cita Filizzola (1972).

Assim, Filizzola (1972) expressa não apenas a insensibilidade do Estado para com a velhice, mas a percepção que se tinha do velho naquele contexto: visto como um fardo, sem nenhum valor para sociedade daquela época. O desinteresse e o desprezo pelos velhos, principalmente os mais pobres, no início dos anos de 1900, eram de impressionar, a ponto da velhice ser confundida com mendicância. Além disso, não existiam leis que garantissem os direitos dos velhos, pois legisladores se negavam a considerar a velhice como uma problema social (FILIZZOLA, 1972).

²⁸ Abre-se um parênteses na história do Brasil, para destacar que essa representação negativa da velhice fez com que o Estado brasileiro, nos anos de 1970, negasse a assistência geriátrica aos velhos e optasse por estabelecer prioridades nos atendimentos, ou seja, cuidar de seus jovens por representarem a força produtiva do trabalho.

O sistema das subvenções era concedido principalmente por instituições particulares prevalecia, o que aguçava ainda mais a situação pobreza e miséria da população brasileira e quando chegavam na velhice não tinham outro caminho senão deparar com os horrores da mendicância (FILIZZOLA, 1972).

Frente ao processo de industrialização que se iniciava no país, na década de 1920, o governo brasileiro, por intermédio do decreto legislativo n. 4.682/1923, intitulada de Lei Eloy Chaves, criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS). Esse foi um dos primeiros instrumentos legais de proteção à velhice no Brasil, em que contemplava os ferroviários, em nível nacional, como benéficos de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez, pensão por caso de morte e a assistência médica (HADDAD, 2003). Com a expansão e reformulação das CAPS, outras classes de trabalhadores passaram a ser assistidas por esse sistema, como os comerciários, bancários e marítimos.

Com a era desenvolvimentista, entre os anos de 1930 a 1964, o Brasil ainda congregava a expansão industrial. O velho, em meio a esse cenário, continuava a ser subjugado pela divisão do trabalho e da estrutura social, acentuando ainda mais o paradigma negativo do velho pelo mercado de trabalho. A percepção de que o velho era um ser inútil e improdutivo levou a considerar o envelhecimento indesejável (PEIXOTO, 2007). Vale ressaltar que até os anos de 1960, nos documentos oficiais brasileiros configuravam os termos velho e velhice. Nos trechos da Constituição Federal de 1937, observa-se a utilização do termo velhice: “art. 137 - A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos: [...] m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho” (BRASIL, 1937).

As manifestações relativas à mudança da imagem da velhice que eclodiram na Europa somente foram sentidas no Brasil no final da década de 1960. A partir daí, houve a substituição do termo velho por *idoso* nos documentos oficiais, o mesmo processo que havia acontecido na França. No Brasil, levando em consideração o contexto histórico, político, social, econômico e cultural, os termos velho e velhote assinalavam a situação de exclusão daqueles que, despossuídos, indigentes, não tinham status social. Velhos eram aqueles que “sem trabalho e desassistido pelo Estado, potencializava sua condição de pobreza” (PEIXOTO, 2007).

Até meados do século XX, a velhice servia apenas para designar pessoas com mais ou menos status social. Após esse período, mudanças aconteceram nas

formas de tratamento e de percepção da velhice. Alguns termos considerados pejorativos foram suprimidos, passando a se incorporar o termo *idoso* nos documentos oficiais.

Paulatinamente, a velhice também assumiu um novo conceito, o de *terceira idade*. Debert (2004) enfatiza que as ambiguidades próprias à nossa realidade fizeram com que o termo velhice incorporasse o sentido diferente ao do caso francês. Embora continuasse a designar pessoas velhas, o termo velho representava apenas aqueles que pertenciam às classes populares, enquanto o termo *idoso*, assemelhava a ideia de respeitabilidade e expressava pessoas envelhecidas das camadas médias e superiores (DEBERT, 2004).

Até os anos de 1960, a velhice estava associada basicamente à situação de pobreza, cujo foco de discussão limitava-se à subsistência dos velhos *aposentados*, previdência social e outras formas de assistência aos *idosos* (DEBERT, 2004). Após esse período, alguns paradigmas passaram a ser revistos, novas práticas de lazer, bem como conquistas de direitos às férias e serviços de saúde para os *aposentados*, o que fez com que a velhice alcançasse um novo patamar, um campo privilegiado de intervenção nas políticas públicas.

A forma de referenciar a pessoa velha, a partir da representação da terceira idade, também implicou em novos conceitos: de um '*idoso* bem-sucedido' e de '*aposentados* que dispõem de tempo livre para usufruir de diversão e lazer', tornando-se expressões corriqueiras em nosso vocabulário, conforme explicita Debert (2004):

Terceira Idade é uma expressão que, recentemente, popularizou-se com muita rapidez no vocabulário brasileiro. Mais do que referência a uma idade cronológica, é uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que ainda não adquiriu conotação depreciativa (DEBERT, 2004, p. 138).

O surgimento do termo terceira idade, segundo Groisman (1999) foi uma tentativa de quebrar com as imagens negativas que cercavam os velhos.

Diferentemente da "velhice", a "*terceira idade*" se caracterizaria por ser uma fase da vida em que as pessoas aproveitariam intensamente o seu tempo, na busca de realizações pessoais. O lazer, os cuidados com o corpo e a saúde, a ampliação do círculo social e até mesmo o exercício da sexualidade parecem estar presentes nessas novas representações sociais do envelhecimento. Os termos são importantes: a "velhice" é substituída pela "*terceira idade*", e os "velhos" tornam-se "idosos" (GROISMAN, 1999, p.84).

Contudo, essas mudanças seguiram paralelas aos avanços sociais que aconteceram após a década de 1970, especialmente porque acompanhou - embora, tardiamente-, o processo que acontecia no restante do mundo, produzindo assim

novos olhares da sociedade brasileira com relação à velhice. A esses avanços sociais, destaco alguns dos acontecimentos que possibilitaram a visibilidade da velhice de forma positiva em nosso país. A exemplo, temos em 1961, a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) (LEME; SILVA, 2005); em 1963, o SESC inicia o trabalho com velhos da cidade de São Paulo, onde oferece espaços para a realização de atividades educativas e culturais; em 1977, a fundação da primeira escola para a terceira idade no Brasil, uma iniciativa do SESC, em parceria com a Universidade de Toulouse; em 1984, a criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap); em 1985, foi criada a Associação Nacional de Gerontologia (ANG); e em 1988, a promulgação da Constituição Federal Brasileira demarcou o início da velhice para aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, com sua proteção garantida no ordenamento jurídico (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Por outro lado, o termo *terceira idade* torna-se uma espécie de modismo, e com isso, o mercado diante da crise estrutural do capitalismo, constitui um nicho de mercado de consumo, com indústrias especializadas em produtos para a *terceira idade*, empresas voltadas para atividades físicas e de lazer para *terceira idade*, meios de hospedagem e turísticos especializados para atender essa faixa etária, dentre outros (GROISMAN, 1999).

Diante desse contexto, nos anos de 1990, passaram a vigorar no Brasil dois modelos antagônicos de se pensar a velhice (DEBERT, 2004). O primeiro apontava a situação de pobreza e desamparo na qual o velho estava condenado, sendo a família a única provedora pelo seu sustento. Neste caso, a velhice estava associada a estereótipos como enfermidades, pauperização, passividade e dependência, o que levaram a legitimar as políticas públicas baseadas na visão do velho como um ser doente, incapaz e necessitado (DEBERT, 2004). O segundo modelo rejeitava a ideia do primeiro, ao apresentar velhos ativos, capazes de enfrentarem obstáculos do cotidiano. Esse último modelo vai de encontro ao discurso interessado em transformar o envelhecimento em um novo mercado consumidor, prometendo que a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas (DEBERT, 2004).

No final do século XX e início do XXI, o Brasil passou por uma intensa transição demográfica, na qual denominaram de “*boom gerontológico*” devido a mudança significativa na base da pirâmide etária brasileira. Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 26) enfatizam que tal mudança foi consequência de dois processos: “[...] a

alta fecundidade no passado, observada nos anos 1950 e 1960, comparada à fecundidade de hoje, e a redução da mortalidade da população idosa”.

Nesse sentido, Debert (2004) aponta que para se pensar criticamente a respeito da velhice na atualidade, faz-se necessário revisões sobre as conjecturas apresentadas, pois a representação que se tem da velhice na sociedade brasileira é “ora a de uma sociedade cujas formas de controle se fundamentam cada vez mais na idade cronológica, ora a de que caminhamos para uma situação em que as diferenças de idade tendem a ser apagadas e a velhice é, sobretudo, uma questão de autoconvencimento” (DEBERT, 2004, p. 74).

A interpretação da velhice no Brasil nos remete a (re)pensar como esses velhos vêm sendo tratados pela nossa sociedade. Considerá-los como um grupo heterogêneo e complexo, que vivenciam trajetórias de vida muito distintas e conforme a cultura na qual fazem parte, é um passo importante para desmistificar os estereótipos que foram criados para representá-lo no Brasil.

2.3 CONCEPÇÕES ACERCA DAS VELHICES. AFINAL, DE QUE VELHICE ESTAMOS TRATANDO?

Na literatura corrente sobre a temática, observa-se a dificuldade dos autores em definir uma teoria uniforme e singular sobre velhice e envelhecimento. Suas definições são ao mesmo tempo vagas e complexas, uma vez que existem inúmeras definições propostas nos domínios da enfermagem, do serviço social, da psicologia, da terapia ocupacional, da geriatria e gerontologia, do turismo, dentre outras áreas.

Na área da saúde, por exemplo, os autores Netto e Ponte (2005) destacam que o envelhecimento é um processo de perdas orgânicas e funcionais, que gradativamente afeta a adaptação do indivíduo ao meio em que vive, gerando vulnerabilidades que podem incidir em patologias e culminar na morte. Nesta perspectiva, o envelhecimento pode ser caracterizado como um fenômeno natural, progressivo, universal, irreversível e intrínseco a cada indivíduo.

Por ser um processo progressivo, constata-se que envelhecemos a cada minuto, hora e dia que passa, mas se torna mais visível nas últimas fases da vida.

Assim, considera-se que o processo de envelhecimento acontece muito antes da velhice propriamente dita, porém a idade estabelecida para determinar o início do envelhecimento biológico é controversa. “Enquanto pra alguns autores este processo se inicia desde a concepção ou nascimento, para outros, apenas se inicia após os 30 anos de idade, sendo que as suas manifestações só se evidenciam a partir dos 40 anos” (FARIA, 2012, p. 13).

Em seus estudos, Costa (1998, p. 26) relata que diversos autores concebem o termo envelhecimento “como um processo evolutivo, um ato contínuo, isto é, sem interrupção, que acontece a partir do nascimento do indivíduo até o momento de sua morte”. Já a velhice está associada ao estado de ser velho. É o produto do envelhecimento, o resultado do processo de envelhecer.

Assim como Costa (1998), Moragas (1997) descreve que a velhice é o resultado do processo de envelhecimento e que pode ser entendida a partir de três concepções: velhice cronológica, velhice funcional e velhice enquanto etapa vital. Já o envelhecimento consiste em um fenômeno complexo, que deve ser pensado para além do aspecto biológico, influenciado tanto por aspectos psíquicos e sociais.

As concepções propostas por Beauvoir (1990) explicita inicialmente a diferenciação entre envelhecimento e processo de envelhecimento, sendo que o primeiro corresponderia às mudanças orgânicas que ocorrem em cada momento do desenvolvimento do corpo biológico, e o segundo, seria o momento específico em que se percebe o declínio desse corpo. Entretanto a autora não apresenta uma distinção concisa entre envelhecimento e velhice, mas, em certos momentos, aprecia o termo envelhecimento como um processo, onde “a velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo de mudança. Em que consiste esse processo? Em outras palavras, o que é envelhecer? Esta ideia está ligada à ideia de mudança.” (BEAUVOIR, 1990, p.17). por sua vez, o termo velhice adquire o significado de uma perspectiva biológica revestida de um contexto sociocultural, ou seja, “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fator biológico, mas também um fator cultural”. (BEAUVOIR, 1990, p.20).

Nesta mesma linha de raciocínio, Debert (2007) também caracteriza a velhice como uma categoria socialmente produzida, em que suas definições emergem das sociedades em diferentes culturas e em tempos históricos distintos. “As representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado [...] ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e

culturais distintos” (DEBERT, 2007, p.50). Essa perspectiva é possível porque o envelhecimento é considerado um processo biológico e psicossocial do ser humano desde o nascimento à morte, e no qual é possível conceber e viver a velhice numa variabilidade de formas.

Em contribuição, Secco (1994, p. 137) ressalta que “a maneira pela qual os idosos se comportam e reagem em função do próprio envelhecimento depende das suas vivências e escolhas anteriores. Há velhos que lutam para manterem acesa a juventude interior; outros, entregam-se à indiferença e à morte”. Para a autora, apesar de muitos velhos deixarem se abater por sua condição física e biológica, há aqueles que se recusam a deixar que a velhice se instale progressivamente, combatendo-a de corpo e alma, e mantendo-se sempre jovens, não só na aparência mas também no espírito (SECCO, 1994).

É nesse sentido que o modo como o velho interpreta a vida está condicionado à forma como ele vive e encara a sua a velhice e também a de outras pessoas. Se um indivíduo considerar a sua velhice como uma etapa natural da vida, certamente esta fase será vivida com menos sofrimento se comparada com aquele que tenta, a todo o custo evitá-la, manifestando uma atitude de recusa e de não aceitação, pois a visão que se tem da velhice é meramente depreciativa e negativa.

Existem diferentes concepções de velhice e envelhecimento, cujas definições não se limitam apenas pelo critério temporal, mas por uma gama de fatores de ordem social, histórica, cultural, fisiológica, espiritual e psicológica. Cabe salientar que não se pode considerar a existência de uma única velhice, mas a de várias velhices: a velhice do homem, da mulher, dos ricos, dos pobres, do intelectual, do trabalhador braçal, conforme afirma Beauvoir (1990).

Ao compartilhar as opiniões de Beauvoir (1990), Mercadante (2004) destaca que a representação do velho torna-se uma abstração à medida que estes são compreendidos como uma massa de iguais, dotados das mesmas qualidades, dos mesmos atributos, das mesmas potencialidades e não distintos uns dos outros, únicos, singulares. Portanto, existem diversos velhos e diferentes possibilidades de viver a velhice. A velhice não é uma situação homogênea e os velhos não são iguais (MERCADANTE, 2004).

Ao meu entender, velhice e envelhecimento são categorias díspares, sendo justificado a partir de três premissas:

a. A primeira, considera que a velhice não pode ser tratada como única e igual para todos, ou seja, cada pessoa envelhece da sua forma e do seu jeito, conseqüentemente, não existe um único modo de envelhecer;

b. A segunda, o termo envelhecimento torna-se uma forma de representação da velhice à medida que corresponde ao processo inerente a condição do homem e que acontece o tempo todo durante sua trajetória de vida, a incluir na fase da velhice;

c. E por último, por serem frutos da sociedade na qual vivemos, o envelhecimento e a velhice sofrem influências de fatores cronológicos, psicológicos, biológicos, sociais e pessoais, e portanto, o velho deve ser visto como sujeito capaz de construir sua própria história, acumulando vivências e experiências das etapas anteriores de sua vida.

Como se pode perceber, tanto a velhice quanto o envelhecimento são processos vivenciados diferentemente em cada sociedade, grupo social e geração, e conforme as suas particularidades, sejam elas culturais, econômicas, sociais ou políticas, permitem que os indivíduos de um determinado grupo social interpretem a sua maneira à própria experiência de envelhecer.

2.4 O QUE DETERMINA SER VELHO? A VELHICE COMO CRITÉRIO DE DISTINÇÃO SOCIAL

Entender como a velhice é percebida e divulgada pela sociedade é uma maneira de compreender as ações, comportamentos e sentimentos para com a mesma por parte dos indivíduos que compõem essa estrutura social.

Desta maneira, os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, que permeiam as relações sociais dos indivíduos em uma sociedade, em um determinado momento histórico, são capazes de definir o olhar que essa sociedade tende a assumir perante o velho e, conseqüentemente, o tipo de relação estabelecida entre eles. A categoria velho torna-se uma construção histórica e social, à medida que situa esse indivíduo na estrutura social e determina a posição que ele irá ocupar dentro dela, principalmente, em proveito da ordem social e do poder. A posição social por ele ocupada é definida pelos capitais objetivados (o econômico, o cultural e o social) e o

sistema de disposições incorporado e interiorizado (*habitus*) que constituem as práticas que classificam as distinções.

Nessa linha de raciocínio, Bourdieu (2007) assinala que a distinção tanto aproximam os sujeitos sociais como os afastam entre si, sendo adquirida pelo *habitus*, a interação social e o contexto histórico. São essas disposições que guiam o ser, o estar e o agir de cada indivíduo no mundo, conforme revela Bourdieu (2007):

Por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 13).

O *habitus*, como um sistema de disposições interiorizado e incorporado pelas práticas sociais, fundamenta as condutas regulares, que por conseguinte, levam a distintos estilos de vida. Bourdieu (2007) enfatiza que o *habitus* tem sua origem no comportamento, nas preferências e gostos das pessoas, e portanto refletem nas suas práticas. Essas práticas são transferidas para o campo e podem vir a ser compartilhadas por todo o grupo, constituindo assim os estilos de vida:

O gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 13).

Segundo Bourdieu (2007), as preferências manifestadas – o gosto²⁹ – são responsáveis pela distinção que une e separa as pessoas em grupos sociais, ou seja, une todos aqueles que são produtos de condições semelhantes ao mesmo tempo que os separa daqueles que não compartilham das mesmas condições, uma vez que são o “princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado” (BOURDIEU, 2007, p. 56).

²⁹Para Bourdieu (2007, p. 216) a definição de gosto remete ao “sistema de classificação constituído pelos condicionamentos associados a uma condição situada em determinada posição no espaço das condições diferentes - rege as relações com o capital objetivado, com este mundo de objetos hierarquizados e hierarquizantes que contribuem para defini-lo, permitindo-lhe sua realização ao especificar-se”.

Assim, a análise que Bourdieu (2007) tece sobre distinção, explica e justifica o comportamento das pessoas em defenderem ou repudiarem a categoria velho. Quando um determinado grupo toma para si uma verdade, tende-se a justificá-la pela afirmação de suas preferências e gostos e pela negação e recusa de outros gostos, ao gosto dos outros.

É neste embate de e pela legitimação de um ponto de vista, de uma visão de mundo, entre aqueles que buscam impor um novo sistema de classificação e os defensores do antigo, que as representações trazem consigo a classificação dos indivíduos como uma forma de operação que consiste em hierarquizar as coisas do mundo. As representações sociais da velhice surgem como expressões classificatórias do ser velho, ou seja, o que faz uma pessoa ser considerada velha, são as várias interpretações associadas à velhice. Criam-se identidades para classificar e agrupar os indivíduos por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe), impondo-lhes limites, muitas vezes arbitrários e produzindo “uma ordem onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p.121).

Nesse sentido, com base em diversos autores que estudam o envelhecimento humano, busco fundamentar a posição que assumo perante a utilização da categoria velho nesta pesquisa, enfatizando que, para compreender a categoria velho, é necessário considerar, antes de tudo, as (in) definições de velhice, uma vez que a velhice (e porque não o ser velho) é uma construção social e histórica: socialmente manipulada e manipulável e em constante transformação (BOURDIEU, 1983).

Para tentar compreender a palavra velho retomo a contribuição de Hillman (2001) ao designar que ser velho é o resultado de envelhecer, ser uma pessoa velha é estar em processo contínuo de transformação, pois “elas são chamadas de velhas não simplesmente por causa do seu envelhecimento, mas por causa do seu valor como imagens de velhice” (HILLMAN, 2001, p. 78).

Contudo, toda imagem vem carregada de juízos de valores, baseada em relações distintas e distintivas, entre o jovem e o velho, o positivo e o negativo, o bom e o ruim. Somos todos rotulados por critérios de classificação que dizem respeito, por exemplo, a nossa idade, o sexo ou classe social, e que, por conseguinte, influenciam no nosso modo de ser, de pensar e de agir.

Assim como Hillman (2001), Zimerman (2000, p. X) posiciona-se a favor da palavra velho por não considerá-la depreciativa, conforme justifica em sua obra:

Ao longo de todo livro, a palavra velho para me referir às pessoas da terceira idade. Faço isso propositalmente, por achar que o termo não tem nada de depreciativo. Pelo contrário: depreciativo é substituir a palavra velho por eufemismos, como se ser velho fosse um defeito que devesse ser escondido. [...] o que deve ser mudado não é a forma de se referir ao velho, mas sim a maneira de tratá-lo.

Quando nos referimos à palavra velho, trazemos à tona referências positivas e negativas dela, produzindo efeitos de afastamentos e aproximações entre sujeitos sociais. É o caso da definição reiterada no dicionário Rocha (2001, p. 635), em que o ser velho: “1 Muito idoso. 2 Antigo; com muito tempo de existência. 3 Gasto pelo uso; muito usado”.

O velho é considerado uma pessoa antiga, com muitos anos de vida; que está em desuso, gasto pelo tempo. Definições carregadas de sentidos negativos e pejorativos afastam a ideia de ser velho, sendo quase impossível ser valorizado por essas atribuições. Quem gosta de ser chamado de velho, se ser velho denota tanta negatividade? Quem nunca se deparou com pessoas que acreditam nessas concepções? A construção dessas concepções de velho estão, na sua maioria, associadas à oposição do jovem, do novo. A juventude, como oposição da velhice, manifesta-se como sinônimo de vida, a melhor fase da vida, o que significa que se mantendo jovem a vida parece ser melhor e mais fácil. Nessa lógica, Sobrinho (2007, p. 177) destaca a dualidade difundida no senso comum entre o ser jovem e o ser velho, em que tal discurso reforça:

As práticas divisórias que vão opor àquele que é jovem e deseja continuar jovem àquele que é velho e que não deseja nada a não ser a morte; e àquele que é velho, mas nega sua velhice para não ser discriminado, e por isso busca a juventude porque “sabe que ser velho é “feio”, é “solidão”, “desprestígio”, “insegurança e doença”.

Quando velhice e juventude assumem campos opostos, desenvolvem um ciclo autodestrutivo, em que o velho pode ter sua imagem depreciada e desvalorizada seja pela idade, pela aparência, seja pela capacidade funcional e intelectual. Percebemos que as distinções entre velho e jovem estão explícitas em nosso cotidiano, por meio de expressões populares como: “o jovem olha pra frente e vê o futuro, o velho, só enxerga o fim” ou ainda, por frases que enaltecem a juventude e denigrem a velhice: “Você está tão jovem! Nem parece ter a idade que tem!”, ou ainda, “Eu tenho corpo de velho, mas espírito de jovem!”.

Zimerman (2000) pontua que as expressões negativas do velho não circulam apenas entre os jovens e adultos, os próprios velhos se autodiscriminam e naturalizam o fato de ser velho à pessoa doente, inútil, um fardo carregado por familiares e pela sociedade. Contudo, a autora rechaça a visão de que ser velho é contrário de ser jovem:

Ser velho não é contrário de ser jovem. Envelhecer é simplesmente passar para uma nova etapa da vida, que deve ser vivida da maneira mais positiva, saudável e o mais feliz possível. É preciso investir na velhice como se investe nas outras faixas etárias (ZIMERMAN, 2000, p.28).

Para reforçar essa discussão, trago à tona a contribuição de Bourdieu (1983, p.113) quando questionado a respeito do que é ser velho / jovem:

Quando digo jovens/velhos, tomo a relação em sua forma mais vazia. Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes, de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações.

Sua resposta, apesar da aparente simplicidade, acentua a discussão que vem sendo desenvolvida neste capítulo, em que não existe um conceito essencial, abstrato de ser velho e que tentar conceituá-lo requer um minucioso trabalho de relativização e contextualização.

Nesse sentido, faz-se necessário abordar as representações sociais da velhice e ser velho a partir dos critérios do tempo e do corpo, dos critérios da mente e do espírito e os critérios socioculturais.

2.4.1 Os critérios do tempo e do corpo: da velhice cronológica à biológica

As limitações corporais e a consciência da temporalidade são problemáticas fundamentais no processo de envelhecimento, embora possam adquirir diferentes nuances e intensidades dependendo da sua situação social e da sua própria estrutura psíquica.

Quando falamos de velhice percebemos que aquilo que produzimos oralmente não é suficiente para defini-la, e mais ainda, verificamos que esse saber precário é produto de uma visão parcial engendrada na prática de cada profissional e de preconceitos fortemente enraizados pela cultura. Corpo e tempo se entrelaçam no devir do envelhecimento, e das formas desse cruzamento nascerão as múltiplas velhices. Mas não podemos deixar de considerar que esta articulação ocorre em um

determinado contexto social e político que a influencia e determina nosso particular modo de abordagem (GOLDFARB, 1998).

Um dos critérios mais comuns adotados para definir a velhice é o cronológico, em que mensura a passagem do tempo decorrido em dias, meses e anos desde o nascimento até a morte (SCHNEIDER E IRIGARAY, 2008). Este tipo de critério utiliza a faixa etária para identificar e agrupar indivíduos com idades semelhantes, sendo esse o mais comumente utilizado para elaborar leis e políticas públicas. É o caso do Conselho da Europa (CE) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que usam como referência a idade de 65 anos para início da velhice. No Brasil, o Estatuto do Idoso estabelece a idade igual ou superior a 60 anos como um marco cronológico da velhice. Há situações em que é adotado o limite de 65 anos para ter acesso a benefícios, projetos e programas governamentais. É o caso do seguro à aposentadoria e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com o intuito de ilustrar os parâmetros etários que classificam o início da velhice, é importante demonstrar a classificação que a Organização Mundial da Saúde – OMS (1999; 2001) adota como critério oficial, sendo o envelhecimento dividido em quatro estágios, conforme quadro 7.

Quadro 7 - Classificação do envelhecimento - OMS

Meia idade	(45 a 59 anos)
Idoso	(60 a 74 anos)
Velhice	(75 a 90 anos)
Velhice extrema	(90 anos em diante)

Fonte: Organização Mundial da Saúde –OMS (1999; 2001).

A partir dessa classificação, Gutz (2013, p.24) demonstra que a idade da velhice é mutável e enfatiza que:

A classificação etária é variável, dependendo do autor e da cultura. A expressão “grandes idosos” é utilizada em Portugal como sinônimo de quarta idade, compreendendo a idade de 75 e mais [...]. Nas publicações nacionais, a expressão comumente utilizada para idosos com 80 anos ou mais é de “muito idoso”, “idosos mais velhos” ou pessoas com idade igual ou superior a 80 anos.

É de praxe dizer que a idade da velhice começa aos 60 anos e coincide com o encerramento do trabalho e o começo da aposentadoria. A sociedade, diante desses elementos, impõe o status de velhice ao homem, e com isso, condiciona o seu papel e lugar dentro da estrutura social. Beauvoir (1990) aponta que o homem envelhece conforme o status que a sociedade, em um determinado momento

histórico, lhe destina, ou seja, o homem não vive seu estado natural, em qualquer idade seu estado e condição de vida vão lhe ser imposto pela sociedade a qual pertence.

Debert (2004) é categórica ao afirmar que em todas as sociedades sempre existiram diferenças entre idades, sendo estas fruto de uma necessidade da vida social do ser humano em se organizar. O período moderno alargou ainda mais essas diferenças, em que os estágios da vida passaram a ser definidos e organizados pelas idades cronológicas a partir de normas socioculturais impostas pelas sociedades industriais. O objetivo era padronizar as atividades do trabalho em função da idade, sem considerar as dimensões biológicas, psicológicas e pessoais dos indivíduos. Embora seja um critério socialmente manipulável e que não exista consonância quanto ao início da velhice, a idade cronológica é um referencial adotado por muitas instituições, sendo um indicador utilizado para registrar ou medir as variações do desenvolvimento e envelhecimento humano.

Entretanto, o critério cronológico, segundo Duarte (1999), é uma mera questão referencial no processo de envelhecimento, pois não assinala as mútuas inter-relações dos aspectos sociais, biológicos e psicológicos. E conforme destaca: “qualquer consideração que não se assente simultaneamente sobre estes pilares, corre o risco de deformação e de dar lugar a crenças condenadas a uma rápida substituição” (DUARTE, 1999, p.37).

Ao analisar a arbitrariedade das categorias juventude e velhice, Bourdieu (1983) adverte que somente a idade cronológica não é suficiente para classificá-las, uma vez que são categorias atreladas a uma representação construída histórica e socialmente.

No ponto de vista biológico, a velhice está associada à idade que o corpo humano assume em função da passagem do tempo, sendo diferenciada de pessoa para pessoa. Paschoal (2005, p. 27) é taxativo ao afirmar que a velhice humana “começa pelo menos tão precocemente quanto a puberdade”, sendo uma fase contínua da vida. Já para Netto e Borgonovi (2005), a velhice é uma fase da vida representada por um somatório de alterações (morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas) presentes em todos os velhos, uns com mais intensidade, outros com menos.

Em sua análise, Silva (2006) relaciona as idades biológica e cronológica em função do envelhecimento celular e o surgimento de perturbações da saúde. O

envelhecimento celular, à medida que a idade avança, pode trazer complicações que afetam a saúde e fazer diminuir as probabilidades de sobrevivência. Todavia, a autora destaca que o envelhecimento celular não é um processo idêntico para todos, já que os organismos são diferentes entre si, e portanto, a velhice como qualquer outra fase da vida, pode ser acometida por doenças ou não (SILVA, 2006). Na verdade, muito dessas doenças consideradas da “velhice” manifestam-se com maior intensidade nesta fase, mas em certos casos, elas já existiam anteriormente, com menor intensidade.

Cabe destacar que, com o avanço da idade, as transformações internas e externas ocorridas no corpo podem gerar interpretações dúbias, o que dificulta distinguir entre os aspectos biológicos da velhice e as doenças. Para Neri (2001), a idade biológica é definida pelas modificações corporais e mentais que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento.

Na tentativa de agrupar as modificações biológicas mais visíveis que acontecem ou podem ocorrer na velhice, Silva (2006) destaca que:

A pele resseca, tornando-se mais quebradiça e pálida, perdendo o brilho natural da jovialidade. Os cabelos embranquecem e caem com maior frequência e facilidade não são mais naturalmente substituídos, principalmente nos homens. O enfraquecimento do tônus muscular e da constituição óssea leva a mudanças na postura do tronco e das pernas, acentuando ainda mais as curvaturas da coluna torácica e lombar. As articulações tornam-se mais endurecidas, reduzindo assim a extensão dos movimentos e produzindo alterações no equilíbrio e na marcha. Nas vísceras, produz-se uma alteração causada pelos elementos glandulares do tecido conjuntivo e certa atrofia secundária, como a perda de peso. Quanto ao sistema cardiovascular, é próprio das fases adiantadas da velhice a dilatação aórtica e a hipertrofia e dilatação do ventrículo esquerdo do coração, associados a um ligeiro aumento da pressão arterial. Na parte fisiológica, as alterações, na maioria das vezes, podem ser observadas pela lentidão do pulso, do ritmo respiratório, da digestão e assimilação dos alimentos. Porém, acima de tudo, o próprio indivíduo sente a decadência de sua capacidade de satisfação sexual. O organismo torna-se cada vez mais difícil para ambos os sexos, contudo, a atividade sexual não desaparece, apenas torna-se menos intensa e frequente (SILVA, 2006, p. 78-79).

Entretanto, não existe um modo exato de determinar quando começa a velhice através de aspectos biofisiológicos ou corporais, pois tais “marcadores” são ineficazes para delimitar o processo de envelhecimento. Há ainda de se considerar a influência da subjetividade do velho e sua relação com a velhice, ou seja, a avaliação que cada um faz de seu envelhecimento em comparação a outros indivíduos da mesma idade (NETTO; BORGONOV, 2005).

É o que Costa (1998) tenta nos alertar ao enfatizar que nem todos os indivíduos parecem ter a idade biológica de acordo com a idade cronológica, sendo variável de pessoa para pessoa. Neste sentido, cabe salientar que a concepção de velhice, pensada somente nas perspectivas cronológica e biológica, tornariam restrito o entendimento do que venha a ser envelhecer, excluindo assim uma multiplicidade de formas de velhice a partir de uma dada realidade social.

2.4.2 Os critérios da mente e do espírito: da velhice psicológica à pessoal

A definição de velhice a partir do critério psicológico está relacionada a qualidade de vida emocional, afetiva e intelectual do indivíduo velho. Paschoal (2005) cita que a pessoa fica velha quando apresenta lapsos de memória constantes, dificuldades de aprendizado, falhas de concentração, atenção e orientação, comparadas com as suas capacidades cognitivas anteriores.

Entretanto, esses “marcadores” psicológicos tornam-se falhos por desconsiderar a subjetividade de cada velho. É o que Schneider e Irigaray (2008, p. 591) enfatizam, ao expor dois sentidos à idade psicológica:

Um se refere à relação que existe entre a idade cronológica e às capacidades psicológicas, tais como percepção, aprendizagem e memória, as quais prenunciam o potencial de funcionamento futuro do indivíduo. [...] Outro conceito de idade psicológica tem relação com o senso subjetivo de idade. Este conceito depende de como cada pessoa avalia a presença ou a ausência de marcadores biológicos, sociais e psicológicos do envelhecimento com outras pessoas de sua idade.

A concepção da velhice psicológica assume essa elasticidade devido a inconsistência desses “marcadores” de classificar o envelhecimento, o que torna complexo definir a idade da velhice por existir comportamentos, motivações e significados intrínsecos de cada pessoa do que é ser velho. Todavia, apresento algumas contribuições de autores que tentam agrupar as características psicológicas relacionadas ao envelhecimento.

Ao reportar às contribuições de Silveira e Bento (1982), Costa (1998) apresenta o termo que os autores introduziram na gerontologia e geriatria: “síndrome normal da velhice”. Embora seja difícil estabelecer parâmetros para a idade da velhice, os autores, segundo Costa (1998) propõem atribuir características comportamentais pertencentes a essa fase da vida, sendo assim identificada por alterações na memória

(apresenta lapsos frequentes), diminuição do rendimento intelectual e acentuação dos transtornos mentais (depressão, histeria, fobias ou obsessões).

Para Gatto (2005), a idade psicológica é influenciada por uma série de perdas e crises na velhice, principalmente as provenientes de conflitos familiares e frustrações ocorridas em momentos anteriores da vida do indivíduo. Esses fatores podem, de certa maneira, desencadear alterações psicológicas que resultem na dificuldade dos velhos em adaptar-se a novos papéis, na propensão à depressão ou isolamento e até no possível quadro de demência³⁰. Por conseguinte, as alterações psicológicas podem ser provocadas por inúmeros fatores externos, dentre os quais, a falta de atividades que estimulam o funcionamento cognitivo, o consumo de álcool e drogas, a automedicação, o afastamento do papel profissional, a situação econômica advinda da aposentadoria e até mesmo hábitos e comportamentos adquiridos e mantidos ao longo da vida, e que acabam influenciando diretamente na forma como as pessoas envelhecem (HALES; YUDOFISKY; GABBARD, 2012).

Ainda, Costa (1998) apresenta um novo critério produzido a partir da idade psicológica: o critério pessoal. Para a autora, a idade pessoal está ligada às vivências internas de cada indivíduo, diferentemente da idade psicológica, que encontra-se pautada na maturação psíquica.

Na realidade, a idade pessoal refere-se à idade que a pessoa sente no seu interior, é a sensação íntima de ser e estar com menos ou mais idade do que a real (a idade cronológica), ou seja, “é aquela que a própria pessoa determina, que o seu espírito sente, em que a sensação de estar com idade respectiva é mais forte do que qualquer ruga na face” (COSTA, 1998, p. 33). A meu ver, esse é um dos critérios mais importantes para classificar a velhice, pois expressa as percepções que o indivíduo possui sobre o que é ser-velho e viver à velhice.

2.4.3 O critério em função dos papéis sociais: da velhice sociocultural

³⁰ De acordo com Hales, Yudofsky e Gabbard (2012, p.343) as demências “são grupo heterogêneo de transtornos psiquiátricos caracterizado por perda nos níveis de funcionamento cognitivo, executivo e de memória [...]”. As características essenciais das demências incluem déficits cognitivos múltiplos, que causam prejuízo no funcionamento do papel e representam um declínio significativo. Existem vários tipos de demências, como: demência do tipo Alzheimer, demência vascular, demência devido a outras condições médicas, demência persistente induzida por substância, demência devida a múltiplas etiologias.

Para além das dimensões cronológica, biológica, psicológica e pessoal, a velhice deve ser também entendida a partir da dimensão social. A forma como o velho é representado e tratado socialmente depende dos critérios que a sociedade adota para classificar esses membros no decorrer do tempo. Esses critérios são moldados conforme os comportamentos esperados para cada idade em função dos papéis sociais atribuídos no transcurso da vida e que perpassam por fatores como a cultura, o gênero, a classe social, as condições de vida e de trabalho e a forma como são estabelecidas as relações geracionais.

A idade social diz respeito à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade, num dado momento da história de cada sociedade (NERI, 2001). Assim a velhice é socialmente reconhecida como uma das fases da vida marcada por mudanças comportamentais, que se adequam conforme padrões estipulados pela estrutura social para as pessoas nessa faixa etária. Geralmente, a idade cronológica é que limita quando as funções sociais começam e terminam para os membros de uma sociedade, onde são estabelecidas regras e normas sociais para agrupar seus membros por idade. Essas normas são capazes de determinar, por exemplo, a idade que uma criança deve iniciar a vida escolar, ou quando um adulto deve começar a trabalhar, casar-se e constituir família e os velhos, aposentar-se.

Rodrigues, Rauth e Terra (2010) ratificam que o indivíduo assume vários papéis sociais ao longo de sua vida tanto no seio familiar quanto no profissional. Esses papéis podem ser agrupados em papéis familiares, papéis profissionais, papéis sociais formais e papéis sociais informais. Filhos, pais, avós, tios, cunhados, sobrinhos, dentre outros constituem o papel familiar. Professor, estudante, médico, advogado, gari, etc, representam os papéis profissionais. Os papéis sociais formais podem ser compostos por vereadores, representantes de sindicatos, conselhos, presidente da república. E os papéis informais são aqueles que as pessoas, vistas como carismáticas ou líderes, exercem junto a grupos de pessoas com as quais tenham alguma afinidade (RODRIGUES; RAUTH; TERRA, 2010).

Os papéis sociais adotados pelo indivíduo (e em algumas situações impostos pela sociedade em que vive) direcionam seu lugar na sociedade de acordo com o dado momento histórico. Com isso, tornam-se mutáveis à medida que se envelhece. É o que demonstra Rodrigues, Rauth e Terra (2010, p. 37-38):

À medida que vamos mudando de papéis surgem perdas significativas: em termos econômicos (pela aposentadoria), em termos afetivos (morte do cônjuge), saída dos filhos de casa (“síndrome do ninho vazio”), pelo casamento ou por motivos de trabalho, e também vão ocorrendo alguns ganhos como maior experiência de vida, mais tempo livre e mais autonomia.

É na velhice, por exemplo, que muitos velhos assumem os papéis de avós. As funções que estes desempenham na estrutura social vem se transformando à medida que as relações intergeracionais têm sido (re)construídas na história das sociedades: outrora, os avós exerciam a função de auxiliar na educação dos netos, com as modificações sociais, culturais e econômicas, atualmente assumem novas funções dentro da esfera familiar, principalmente como provedores dos netos(as).

A esse respeito, Camarano, Kanso e Mello (2004) demonstram que a relação entre a co-residência e a situação econômica dos filhos no Brasil é uma das causas que propiciaram as novas configurações familiares em que os velhos estão inseridos e que acabaram influenciando nessa inversão de papéis dos avós. O cuidado dos netos passa a ser cada vez mais tarefa dos avós, que assumem assim o papel de “segundo-pais”. Os autores ainda reconhecem a co-residência como uma das causas das mudanças da “configuração familiar” nos últimos anos no Brasil. A saída tardia dos filhos de casa, tanto pela necessidade financeira dos filhos, quanto pela necessidade do velho (dependência física e financeira) é um dos fatores que propiciam a co-residência. Os velhos estão inseridos em dois grupos de “configuração familiar”: o primeiro, onde o velho é chefe de família ou cônjuge, e, segundo, onde os velhos assumem a condição de parente. “Admite-se que na primeira residam idosos com autonomia e, na segunda, os vulneráveis que demandam ajuda de familiares” (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004, p.138).

Vale lembrar que são inúmeros os fatores que influenciam a reconfiguração familiar e que impactam no papel social dos velhos, conforme Camarano, Kanso e Mello (2004) citam: as separações conjugais, o desemprego dos pais, a pobreza, as desigualdades sociais, a escassez de políticas públicas e sociais, dentre outros fatores. Com isso, os velhos são acionados para suprir parcial ou integralmente as carências dos netos e dos filhos.

Por outro lado, há situações em que os velhos têm suas funções reduzidas dentro da estrutura familiar, é o que Sartori e Zilberman (2008) denominam de síndrome do ninho vazio. A síndrome do ninho vazio é definida por essas autoras como um período de mudanças para os pais, quando os filhos resolvem sair de casa

para construir suas próprias famílias em “outros ninhos”. As autoras destacam que, principalmente para mulheres, que dedicaram uma vida inteira à criação e à educação dos filhos, a saída destes de casa pode representar uma perda das funções sociais, marcada por sentimento negativos de insatisfação e inutilidade (SARTORI; ZILBERMAN, 2008).

Salgado (2002) também contribui ao pontuar que dentre as mudanças e perdas enfrentadas por mulheres na velhice, a saída dos filhos de casa representa um processo muito doloroso, em especial àquelas que dedicaram sua vida exclusivamente para a família e para a criação dos filhos, isto é, “quando sua tarefa principal de mãe e provedora desaparece, isso pode representar, para muitas mulheres, um sentimento de perda, particularmente quando a criação dos filhos(as) foi a tarefa principal e não foi planejado o que fazer depois” (SALGADO, 2002, p.15-16). Vale lembrar que esse processo, geralmente, acontece junto com a aposentadoria e a menopausa, e acabam agravando ainda mais os sentimentos negativos nas mulheres envelhecidas. Todavia, estudos comprovam que esse acontecimento não é universal e que a maioria dos pais, em especial as mulheres, vem superando essa fase, recuperando as funções sociais que exerciam antes de se tornarem pais ou buscando novas formas de ocupar o tempo, com atividades ligadas à melhoria da qualidade de vida e bem-estar (SARTORI; ZILBERMAN, 2008).

Associada a esta dimensão, tem-se a vertente econômica, em que é atribuído o papel social de aposentado ao velho. O fator econômico condiciona a forma como a velhice é encarada e vivida por outras pessoas e pelo próprio velho. Socialmente, o trabalho é o principal regulador da organização da vida humana, capaz de determinar todas as relações sociais. Segundo Zanelli, Silva e Soares (2010, p.28), “ao longo da vida, o trabalhador percebe as pessoas aposentadas como um grupo de fora”. A elas são associados diversos estereótipos – por definição, categorias geralmente simplificadas e impregnadas de conteúdos pejorativos”. Quando uma pessoa se aposenta, significa que está ficando velha para exercer aquela profissão, e com isso, muitas pessoas acreditam que o advento da aposentadoria traz consigo a velhice. Em certos casos, a associação aposentadoria / velhice já se apresenta como uma premissa negativa para o velho, sendo o papel do aposentado associado à inatividade e à improdutividade.

Contudo, cabe salientar que existem aposentados que continuam a desempenhar as mesmas atividades diárias, sem abandoná-las só porque deixou de

trabalhar. Muito pelo contrário! Segundo Debert (1999), a aposentadoria pode se torna uma fase prazerosa da vida, marcada por realizações pessoais que durante muito tempo foram procrastinadas por causa da vida laboral e não puderam ser concretizadas. Assim, a representação da a aposentadoria, na velhice, pode ser associada à imagem de uma fase ativa e bem-sucedida, dedicada à prática de atividades físicas e de lazer ou até mesmo um momento de maturação profissional e de reingresso no mercado de trabalho.

Enfim, não podemos generalizar a velhice tratando-a de forma uniforme e estabelecendo um único critério para demarcá-la, ou seja, não significa que só porque uma pessoa tem 60 anos, tornou-se um avô (ó), ou por que já está aposentado (a), é considerado velho (a). Não devemos classificar a velhice a partir de um único critério, uma vez que as pessoas envelhecem de formas diferentes, cada qual a sua maneira. Tomar como critério de classificação de idade apenas o cronológico, por exemplo, é desconsiderar a velhice em sua plenitude, com interferências biológicas, psicológicas, pessoais e sociais. O que faz um indivíduo ser considerado velho não é a sua condição real de aposentado ou avô, mas as formas como essas condições são absorvidas e representadas pela sociedade.

Portanto, a concepção de velhice deve ser estudada e entendida na ótica da pluralidade, tomando para análise os vários conceitos produzidos a partir dos critérios apresentados. Os critérios, por sua vez, possibilitam compreender como se constrói os esquemas interpretativos da realidade social da velhice, ou seja, como os indivíduos ou um grupo social de uma determinada *região* apreendem os critérios de distinção social (condições etárias, psicológicas, biológicas, sociais e pessoais) e os organizam simbolicamente para representar a realidade social, conseqüentemente, a concepção de velhice (BOURDIEU, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DO LAZER

O lazer sempre existiu ou representa um fenômeno característico das modernas sociedade urbano-industriais?

(GOMES, 2008, p. 133)

Assim como a velhice, o lazer, como uma categoria socialmente construída, requer uma retomada ao passado para apreender os processos que vêm constituindo as concepções de lazer no curso da história. Dessa forma, procurarei explicitar os construtos do lazer, em função de suas linhas fundantes mais presentes na literatura sobre a temática e que permeiam a construção deste trabalho:

a) A primeira linha fundante utiliza como variável o critério do tempo, em que o lazer somente se concretiza em contraponto com tempo dedicado ao trabalho ou num espaço contrário a outras obrigações (familiares, sociais, religiosas ou políticas). É nessa perspectiva, que lazer e trabalho ocupam espaços antagônicos: lazer situado como “tempo liberado” do trabalho (MARCELLINO, 2006).

b) A segunda linha fundamenta o lazer na variável atitude, desprendida de um tempo específico para sua concretização. Nesse sentido, o lazer é percebido como um estilo de vida, em que a subjetividade do indivíduo, através das motivações, gostos e preferências que cada um tem, interfere nas escolhas de uma atividade de lazer, independente de um tempo determinado para sua realização (MARCELLINO, 2006).

c) A terceira, relaciona o lazer à variável espaço. Nessa perspectiva, a concretização do lazer está voltada para a necessidade de destacar o espaço como ponto de partida em que o indivíduo possa construir o seu lugar e a sua identidade, uma vez que é no espaço que a vida se torna possível, ou seja, é no espaço que o lazer é desfrutado (SANTOS, 2008).

Na perspectiva do lazer associado ao tempo, considera-se um tempo oposto ao trabalho, tempo de não-trabalho, tempo livre, desocupado ou tempo liberado do trabalho e das obrigações cotidianas. O lazer associado à atitude reflete a subjetividade do indivíduo, a busca pelo prazer e pela satisfação, de realizações pessoais, em prol do bem-estar físico e mental. O lazer associado à variável espaço remete a sua realização não apenas nos objetos geográficos, naturais e artificiais, mas considera a sociedade que faz parte desse espaço, como um lugar de construção de identidade, de direito e de exercício da cidadania. Neste caso, as necessidades

sociais de participação, de associação, de realização e de integração com outros indivíduos acontecem nos espaços, sejam eles públicos ou privados.

Devido à abrangência conceitual que essas linhas apresentam, o lazer pode ser entendido de várias formas: como tempo livre, tempo liberado do trabalho, tempo de consumo, tempo alienado ou improdutivo, um estilo de comportamento e de vida que influi na qualidade de vida, uma forma de prazer e de realização pessoal; ou ainda, como um direito social, que favorece a construção da identidade pessoal.

Há que se considerar ainda que o termo lazer assume definições que, dependendo do campo epistemológico, é visto de forma positiva (associado ao tempo livre, tempo de não-trabalho, dedicado à diversão e à reposição de energias) e de forma negativa (representado pela futilidade, consumismo e ócio, considerado um tempo improdutivo).

Contudo, Marcelino (2006), Melo e Alves Junior (2003) e Santos (2008) explicitam que o lazer deve está associado às dimensões tempo, atitude e espaço para que seu entendimento revele a sua totalidade. Compreender como se constitui as representações, acerca do lazer, é partir do pressuposto que seu entendimento é uma construção social e histórica e que seus sentidos assumem diferentes conceitos a depender do conhecimento produzido por um determinado grupo social, em uma determinada *região* e em um determinado momento histórico.

Como referido por Gomes (2008), na citação que inicia este capítulo, cabe inicialmente questionar quando surgiu o lazer e a partir de quais contextos. Desse modo, meu objetivo nesse capítulo é apresentar uma discussão teórica a respeito da construção social do lazer e suas dimensões embasadas nas seguintes questões: O que é lazer? O que determina uma atividade ser considerada lazer? Qual a sua relação com o tempo, a atitude e o espaço?

Para prosseguimento da discussão, apresentarei as concepções sobre lazer, enfatizando assim sua relação com as dimensões tempo, atitude e espaço. Identificar como o lazer é percebido e interpretado na e pela sociedade é um dos primeiros passos para compreender como ele está disposto na estrutura social e de que forma o tempo, as atitudes e os espaços são organizados para o lazer.

3.1 LAZER E TEMPO

Neste tópico, tentarei apresentar as relações de tempo e lazer, a fim de explicitar as representações que vêm sendo construídas a respeito do tempo de lazer. Dessa forma, proponho questionar: que tempo é esse? Tempo de lazer corresponde ao mesmo tempo livre e tempo liberado do trabalho? Existe tempo de lazer dissociado de tempo de trabalho? É possível se pensar em uma “sociedade de lazer”?

Desde o início das civilizações, o tempo sempre esteve presente no ciclo da vida dos homens, uma vez que a vida sempre seguiu o mesmo curso, do nascimento até a morte, independentemente da vontade ou da consciência dos homens (NOVAES, 2005). Entretanto, a ordenação desse processo, sob a forma de periodicidade, só foi possível a partir do momento em que os homens desenvolveram, para suas próprias necessidades, o símbolo regulador do tempo. A necessidade de medir o tempo surgiu em diferentes sociedades, desde épocas bem remotas, em função de diferentes fatores: para comemorar rituais importantes, festas religiosas ou saber a época certa para plantio e colheita, ou para determinar o tempo dedicado para o trabalho e repouso (NOVAES, 2005).

Segundo Norbert Elias (1998) o tempo é uma construção social, em que na sua lógica é apreendido como um meio de orientação do universo social dos homens e um modo de regulação de sua própria coexistência. Assim o tempo é encarado como uma instituição que varia conforme o desenvolvimento de cada sociedade.

Quando examinado pelo prisma temporal, o lazer apresenta várias interpretações, principalmente quando associado aos termos tempo livre e tempo de trabalho. As atividades voltadas ao lazer não são prioridades na vida da maioria das pessoas, muito pelo contrário, aparecem apenas depois das obrigações trabalhistas, familiares, das necessidades básicas, entre outras. Na concepção adotada por Dumazedier (2001, p. 92), o lazer remete ao tempo em que a pessoa “[...] se libera, ao seu gosto, da fadiga, descansando; do tédio, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo e de seu espírito”.

Desse modo, o lazer se concretiza em oposição ao tempo das obrigações, um tempo livre, liberado do trabalho e das obrigações cotidianas. Muitos estudiosos da temática lazer defendem a corrente teórica de que as origens do lazer são advindas

das transformações nas sociedades industriais e da profunda modificação nas relações entre tempo de trabalho e tempo livre (DUMAZEDIER, 1979; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Essa contraposição ao tempo de trabalho é atribuída ao fato de considerar as origens do lazer como uma extensão do tempo livre, sucedida da redução da jornada de trabalho dos operários durante a Revolução Industrial. A esse respeito, Dumazedier (1979) faz pontuações pertinentes ao atribuir a origem do lazer ao período industrial. Embora o “tempo fora-do-trabalho” seja tão antigo quanto o próprio trabalho, esse tempo não pode ser definido como lazer. Conforme afirma Dumazedier (1979) ao não acreditar que

[...] a ociosidade dos filósofos da antiga Grécia ou dos fidalgos do século XVI possa ser chamada de lazer. Estes privilegiados da sorte, cultos ou não, faziam pagar sua ociosidade com o trabalho dos escravos, dos camponeses ou dos valetes. Esta ociosidade não se define em relação ao trabalho. Ela não é nem um complemento nem uma compensação; é um substituto do trabalho (DUMAZEDIER, 1979, p. 27).

Desta forma, o tempo de lazer desde a Antiguidade não poderia existir, pois o curso da vida era estanque (DUMAZEDIER, 1979), ou seja, não se podia falar em lazer, tempo fora do trabalho e tempo livre, uma vez que não haveria um corte nítido entre trabalho e repouso.

Nas sociedades industriais, devido às condições de trabalho que o modelo capitalista nesta época estabelecia, as concepções de trabalho e lazer assumiram campos antagônicos. Segundo Gomes (2004; 2008), o capitalismo gestado da Revolução Industrial marcou a relação do homem com o trabalho e lazer. A autora relata que o capitalismo industrial segmentou o tempo da sociedade, tornando-o um tempo mecânico e artificial (GOMES, 2008). O homem passou a ter suas rotinas diárias subjugadas ao tempo, sendo este dividido em tempo de trabalho, dedicado a produção e tempo ‘fora-do-trabalho’, dedicado ao repouso na reprodução da força de trabalho.

Diante do exposto, o conceito de lazer torna-se inadequado às formas de lazer atribuídas na Antiguidade e na Idade Média, no qual Dumazedier (1979) argumenta ao demonstra duas situações que tiveram de ser realizadas no modo de vida social para que o lazer se tornasse uma realidade para os trabalhadores após o período industrial, quais sejam:

a) As atividades da sociedade não mais são regradas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte destas

atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho e o lazer. Este último depende da livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre a livre escolha. b) O trabalho profissional destacou-se das outras atividades. Possui um limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica, de modo que o tempo livre é bem nitidamente separado ou separável dele (DUMAZEDIER, 1979, p. 28).

A divisão do tempo nas sociedades industriais ocorre em função da própria organização do trabalho. O trabalho passa a ser a centralidade da vida humana, onde o modo de produção gerado pela força de trabalho do homem reproduz seus modos de vida nas esferas política, social e espiritual. Marx (1985a) revela que as relações sociais eram determinadas pela produção social, ou seja, pelas forças produtivas e as relações de produção³¹. A forma como estas eram reproduzidas, Marx denominou de modo de produção³².

Nas relações de produção da sociedade capitalista industrial, a apropriação da força de trabalho tornou-se símbolo de disputas entre as classes, gerando assim relações de exploração e dominação. Marx (1985a) destaca que a economia fundamenta-se na força de trabalho, cujo valor, de mercadoria, é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Assim, “a própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dias, etc” (MARX, 1985a, p. 168).

Observa-se então que o tempo representa um medidor de produção de trabalho, uma mercadoria de troca cujo “valor da força de trabalho, isto é, o tempo de trabalho exigido para produzi-la, determina o tempo de trabalho necessário para reprodução de seu valor” (MARX, 1985a, p. 430).

A noção do tempo como mercadoria, nos remete à máxima de que “tempo é dinheiro”, compreendido como um tempo comprado pelos trabalhadores, assim como o tempo de trabalho é comprado pelo empregador. A ideia de tempo-dinheiro,

³¹ O termo forças produtivas, segundo Marx (1985a), é utilizado para designar as condições materiais de toda a produção, ou seja, tudo que é usado para a produção. Já as relações de produção se referem mais à maneira como os homens se organizam para conseguir executar de forma eficaz a atividade produtiva. Isso envolve às maneiras como são apropriados e distribuídos os elementos envolvidos no processo de trabalho.

³² Cada modo de produção representa passos sucessivos no desenvolvimento da propriedade privada e do advento da exploração do homem pelo homem. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais (MARX, 1985a).

tempo-mercadoria é tratada por Weber (2004), quando o mesmo afirma que tempo é dinheiro e que dinheiro gera dinheiro, isto é, o tempo, seja ele o tempo trabalhado ou o tempo livre, acaba sendo também um tempo produtivo, onde é visto como um produto e como tal, tem seu valor e preço (WEBER, 2004).

Este conceito tão arraigado em nós - o tempo como mercadoria, como dinheiro, gera novas representações a respeito do seu uso, como disponibilizá-lo às funções ou valores que contém o lazer. Nesta perspectiva, o tempo de lazer pressupõe o tempo de trabalho, cujo o tempo só pode ser considerado livre se pressupor as obrigações profissionais. Nas propostas de Dumazedier (1979), a atividade de lazer possui uma fração considerável dentro do tempo livre, colocando-a como um pressuposto do trabalho, ou seja, as atividades de lazer acontecem na realidade em um tempo liberado do trabalho.

Entretanto, nem todo tempo livre é destinado ao lazer. Marcellino (2006), faz pontuações pertinentes a esse respeito ao propor uma distinção entre tempo liberado do trabalho, tempo livre e tempo de lazer, e enfatiza que tais concepções têm provocado uma série de entendimentos equivocados. De acordo com o autor:

[...] Um deles diz respeito ao conceito "livre" adicionado a esse tempo. Considerado do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coações ou normas de conduta social. Talvez fosse mais correto falar em tempo disponível. Mesmo assim permanece a questão da consideração do lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas de atividade humana (MARCELLINO, 2006, p. 8-9).

Vale ressaltar ainda, na percepção de Marcellino (2006), o tempo de trabalho absorvido durante a Revolução Industrial, no século XIX, remete a certa obrigação, o que afasta a possibilidade de se ter prazer e satisfação pessoal em realizar sua jornada de trabalho. Consequentemente, a felicidade e o bem-estar pessoal estariam resumidos em pequenos momentos longe do trabalho, em instantes de lazer. Lazzareschi (2009, p. 147) pondera muito bem a distinção que a grande maioria dos trabalhadores faz sobre o tempo de lazer e o tempo de trabalho, como sendo

Dois momentos paralelos, por viver o trabalho como verdadeiro fardo, castigo, punição, desde a consolidação do modo de produção capitalista, dadas as condições nas quais se organiza e se realiza e por viver o tempo livre como tempo de libertação das agruras do trabalho, tempo para dedicar-se à atividade de livre escolha e altamente prazerosas.

Ao destacar o trabalho como um castigo e punição, observa-se a possibilidade dos conceitos de tempo de trabalho e tempo de lazer ter suas origens desde a Idade Clássica. Conforme Gomes (2004, 2008), a sociedade grega caracterizava o tempo de trabalho como um tempo infortúnio, de impedimentos e de rendição, ou seja, o trabalho produtivo era visto como um fardo, indigno e cabia aos escravos realizar o “trabalho sujo”. O homem para ser um cidadão virtuoso não podia dedicar-se às tarefas servis, era necessário ter escravos para realizá-las, assim teriam mais tempo livre dedicado à reflexão e à sabedoria. Nesse sentido, era preciso ser livre, ou melhor, libertar-se das obrigações servis para dedicar-se ao culto da mente e do espírito (GOMES, 2004; GOMES, 2008). Diferentemente da sociedade grega, os romanos acreditavam que o tempo livre serviria como momento de reposição de energias e de descanso do trabalho. Dessa forma, a diversão e o entretenimento eram necessários para manter a preservação das condições de trabalho.

Vale ressaltar que, com o surgimento do Cristianismo, as concepções de trabalho e tempo livre dos povos ibéricos passaram por transformações. Na Idade Média, as atividades prazerosas foram substituídas por eventos religiosos. As “leis católicas” condenavam as manifestações pagãs e restringiam os momentos de lazer para propagar a ideologia religiosa. Gomes (2008, p. 39) descreve que “as manifestações culturais que caracterizam o lazer no medievo, deveriam ser controladas e desprovidas dos prazeres da vida mundana”, ou seja, quaisquer que sejam as manifestações propagadas pelas religiões pagãs tendiam a ser condenadas pela Igreja Católica, caso não se relacionassem às atividades religiosas e ao trabalho. É nesse ponto, que o termo em latim *licere* assume o sentido etimológico do lazer: designar práticas culturais permitidas. O lazer só poderia ser vivenciado pelo homem se contribuísse para elevar sua alma à Deus, assim como as práticas deveriam estar condizentes com os princípios lícitos estabelecidos pela moral vigente, no caso a Igreja Católica (GOMES, 2008).

Contudo, o trabalho estava fundamentado na sua associação ao castigo e ao critério de identificação social. “A degradação do trabalho físico pela Igreja Católica estaria diretamente associada à ideia do lucro, ao acúmulo de riquezas, fortemente combatida pela ética católica”, conforme menciona Sousa (2001a, p.41). A desvalorização atribuída ao trabalho sofreu alterações com a reforma protestante. Houve excessiva valorização do trabalho a ponto de romper com conceitos de repulsa e castigo cristalizados pela Igreja Católica. A reforma trouxe consigo ideais de que

Deus era quem determinava que os homens trabalhassem e que acumular riquezas era uma maneira de compensação pelo trabalho realizado. Ao preservar essas ideologias, no século XVIII, o tempo do trabalho apoderou-se de quase todo tempo livre dos indivíduos, de forma que a jornada de trabalho chegava a ultrapassar 10 horas (GOMES, 2008).

O modo de produção capitalista trouxe desvalorização, exploração e alienação da classe trabalhadora, com adoção de longas jornadas de trabalho e baixos salários, o que fez com que o trabalho em si passasse a ser visto como algo negativo, sem que houvesse uma clara compreensão de que essa forma de configuração do trabalho era (e ainda é) determinada pelo modo capitalista de produção. Melo e Alves Junior (2003) apontam que, em resposta aos problemas advindos da exploração e das péssimas condições de trabalho, os operários começaram a se organizar e a reivindicar seus direitos. Contudo, a burguesia não via com bons olhos essas mobilizações, uma vez que representavam ameaças para o desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista.

Em meio à essa tensão, surgem, no final do século XIX, contribuições teóricas que ecoaram em defesa dos operários explorados, nas quais destacam-se as obras de Paul Lafargue, Thorstein Veblen e Bertrand Russel.

O militante e escritor cubano Paul Lafargue publica o panfleto “*O direito à preguiça*”, em 1880, na Europa. A crítica de Lafargue (1999) é direcionada à moral capitalista como uma lamentável paródia da moral cristã, um pecado capital. O título de sua obra remete à negação da idolatria ao trabalho quando este é alienado e demarca expressamente a divisão de classes. Lafargue (1999), inspirado nas ideias de Marx, parte do pressuposto de que o trabalho era um dogma desastroso que se apossou das classes trabalhadoras, em que as mesmas se deixaram influenciar pela ganância do trabalho, a ponto de esquecerem de lutar pelos seus direitos de lazer. Sua crítica não era apenas contra a exploração do trabalho e as condições precárias de labor, mas contra a própria classe operária que se deixou perverter e alienar pelo dogma do trabalho, abdicando de suas horas livres em função da superprodução, do acúmulo do capital. Dessa forma, o autor propunha o direito à preguiça como uma forma de equilíbrio existencial e que somente tornaria possível se houvesse a conscientização da classe operária.

Outra contribuição valiosa foi a do escritor Thorstein Bunde Veblen, “*A teoria da classe ociosa*”, publicada em 1904, em que buscou retratar o lazer ostentado

pelas classes privilegiadas, na qual denomina de classe ociosa, apontando assim o cenário norte-americano no final do século XIX e início do século XX. A crítica de Veblen (1983) está fundamentada na propagação do elogio ao ócio e na ostentação de mantê-lo como uma exclusividade da elite burguesa, ou seja, o ócio estava associado ao status social. A classe dominante impôs que, para ter boa educação, seria necessário dedicar tempo, dinheiro e atenção para buscar o honroso ócio, contudo, haveria também necessidade de demonstrar o tempo não ocupado com atividades profissionais e produtivas, conseqüentemente, era preciso ter exploração de outra classe, a classe de criados domésticos, que era mantida alheia aos prazeres do tempo livre e alienada na centralidade do tempo do trabalho (VEBLEN, 1983).

Em “*Elogio ao ócio*”, publicado em 1930 na Grã-Bretanha, Bertrand Russel (2002, p.02) também menciona essa classe ociosa, e ratifica que

Há homens que, pela propriedade da terra, podem fazer outros pagarem pelo privilégio de poderem existir e trabalhar. Estes proprietários de terras são ociosos, e portanto se esperaria que eu os elogiasse. Infelizmente, a sua ociosidade se torna possível pelo trabalho de outros; de fato, seu desejo pelo ócio confortável é historicamente a fonte de todo evangelho do trabalho. A última coisa que eles desejariam é que outros seguissem o seu exemplo.

As críticas de Russel (2002) enveredam contra a exploração do trabalho do outro, neste caso, da classe operária, e defende taxativamente que a jornada de trabalho não deveria ultrapassar 4 horas diárias, assim haveria o bastante para todos, teria mais empregos e menos fadiga. O tempo livre não seria dedicado apenas para diversão, mas também para educação, permitindo às pessoas desfrutarem de um lazer produtivo, que ampliassem seu conhecimento e a capacidade de reflexão, conforme afirma Russel (2002).

Ao considerar as reflexões desses autores, o que se observa é a relação antagônica entre trabalho e lazer, ou melhor, tempo de trabalho e tempo livre, que emergiu nas sociedades urbanas industriais. Os operários buscavam uma forma de compensar as frustrações geradas pelas condições precárias de trabalho. Desse modo, o lazer passa a ser pensado em oposição ao trabalho, uma alternativa ou uma decorrência do tempo de trabalho, ou seja, o lazer de uns é o trabalho de outros.

Segundo Gomes (2008), foi após a Revolução Industrial que emergiu a noção de lazer como um direito usufruto de todos, principalmente, quando foram estabelecidas as conquistas trabalhistas como férias, limitação da jornada de trabalho, feriados, finais de semana recompensados, seguro desemprego, dentre outros.

O tempo de lazer, conquistado pelo proletariado ganhou novos contornos, cujo lazer assumiu uma parcela significativa dentro das demais atividades desenvolvidas no tempo livre ou no tempo liberado do trabalho, tornando-se atualmente, nas palavras de Rybczynski (2000, p.136) “um antídoto para o trabalho, com diferenças de tempo e lugar entre os dois”.

O lazer, ancorado no fator tempo livre, corrobora a ideia de que exista um tempo específico para sua realização, cuja sua consumação acontece nos fins de semanas. Apresenta-se então estas novas concepções a partir das contribuições de Rybczynski (2000), quando o autor evidencia a distinção entre trabalho e lazer com tempo-lugar separados, sendo os fins de semana destinados para lazer.

[...] não era o lazer misturado ao trabalho nem vice-versa. O lazer da classe média, que foi surgindo e influenciou toda a sociedade, tinha algo de novo: um limite de hora e lugar bem marcados, separando diversão e trabalho. Mais do que qualquer outra coisa, esse limite – do qual o fim de semana é exemplo – veio caracterizar o lazer moderno (RYBCZYNSKI, 2000, p. 113).

A divisão da semana em dias para trabalho e dias para descanso impôs à sociedade um ritmo de vida diferente, onde as pessoas veem os finais de semana como um período de tempo para se distanciar das responsabilidades e obrigações profissionais e descansar (RYBCZYNSKI, 2000). Dessa forma, os indivíduos têm seu tempo determinado conforme a divisão do trabalho e lazer, sendo adotados cinco dias da semana para o trabalho e dois dias para o descanso – lazer. O fim de semana como tempo e lugar pré-determinado para o lazer, fez surgir máximas como ‘uma semana após a outra’ e ‘trabalhamos para ter fim de semana’, e com elas, interpretações a respeito do tempo de lazer realizado nos fins de semana, como: como um tempo de pausa, de repouso, de descanso, de liberdade.

Contudo, o que se observa é que a divisão dos dias em função do tempo dedicado para o trabalho e para o lazer, levou alguns autores a questionar que tempo é esse que a sociedade prioriza, bem como a posição que o trabalho poderia ocupar na vida das pessoas. Seria possível pensar em um tempo sem ditames do trabalho? O lazer pode se tornar o centro das atividades de uma sociedade?

Tais questionamentos nos direciona a buscar novas interpretações dentro das sociedades a despeito do tempo de lazer, em que esse tempo de ‘não trabalho’ pode se tornar um tempo de vida que não seja gerido pelo tempo de trabalho, ou seja, um tempo apenas de repouso e de fortalecimento para um novo dia de trabalho.

Ao tecer seus estudos nesse pensar, Gorz (2003) propõe a inversão da racionalidade econômica do trabalho, que transformou o tempo de lazer em um tempo adicional de produção, como um tempo liberado para consumo. O autor acredita que para se chegar à sociedade de lazer, inicialmente é preciso superar as barreiras da consciência humana onde estão impostas a categoria trabalho como centralidade da vida humana. Depois, num segundo momento, propor a diminuição da jornada de trabalho, uma vez que esta medida influenciaria no entendimento de que o tempo liberado serviria para o aperfeiçoamento pessoal e não apenas para repor um dia de trabalho. Assim, quanto maior o tempo liberado do trabalho, mais oportunidades do lazer se efetiva através de atividades ligadas à cultura e à interação espontânea e livre com outras pessoas e grupos.

Deste modo, percebe-se, a partir das leituras de Gorz (2003), que o tempo de lazer é visto por dois ângulos: na concepção positiva (onde se coloca a sociedade em contraposição à esfera da produção e do trabalho, centrada no tempo livre, dedicado ao lazer, ou seja, um tempo para além do repouso, para emancipação humana) e na concepção negativa (em que o tempo de lazer representa apenas mais uma forma de exploração do sistema de produção capitalista, em que se configura como um tempo de consumo e de revitalização para um novo dia de trabalho).

Contudo, diante das nuances expostas, tenho a compreensão do lazer para além dessas concepções. Por constituir um campo vasto de investigação, necessita ser explicitado em suas inserções com as dimensões atitude e espaço.

3.2 LAZER E ATITUDE

A proposta deste tópico incide na tentativa de explicitar o duplo movimento existente entre lazer e atitude, a fim de demonstrar como as atitudes desenvolvidas pelos sujeitos influem na escolha de uma determinada atividade de lazer e de que forma essas atividades se estruturam a ponto de impactar nas suas experiências de vida.

O lazer, na perspectiva de manifestação humana, traz em seu bojo inúmeras possibilidades de mudanças de atitudes, capaz de alterar os padrões de comportamento e redefinir a maneira de viver de um indivíduo, num grupo. Nota-se que a busca do lazer vem carregada de valores subjacentes, implícitos nas atitudes

de quem o pratica, seja essa busca decorrente de fatores como uma forma de compensações do dia-a-dia, de reposição de energias ou como vivência dessas práticas, possibilitando assim experiências do fazer por prazer, de escolha e realização pessoal.

Vale ressaltar que as atitudes são construídas ao longo da vida, e influenciam no comportamento que a pessoa assume perante algo ou alguém. Contudo, a atitude é um processo endógeno, que ocorre de dentro para fora, em que o indivíduo a racionaliza, sente e externaliza em forma de comportamento.

Cavazza (2008) atribui ao conceito de atitude uma predisposição para uma reação comportamental em relação a pessoas ou coisas em quem entramos em contato. Para a autora, as atitudes estão ligadas aos pensamentos, sentimentos e ações do indivíduo, sendo estruturadas na mente humana. Por isso tornam-se um potencial de investigação à medida que se apresentam constituídas por diversos componentes inter-relacionados. Ao utilizar as referências de Allport (1939), Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 81) sintetizam a investigação das atitudes a partir de três características:

(a) uma organização duradoura de crenças e cognições em geral; (b) uma carga afetiva pró ou contra um objeto social; (c) uma predisposição à ação". Desta forma, a atitude é definida como sendo uma "organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com cognições e afetos relativos a este objeto.

Quando um sujeito escolhe uma determinada atividade de lazer para contemplar, suas atitudes estão dotadas de cargas afetivas, cognitivas e comportamentais³³, o que reflete naquilo que ele pensa, sente e tem a intenção de fazer com relação à atividade escolhida. Assim, o aspecto atitude, no lazer, caracteriza-se pela relação entre o sujeito e a experiência vivida na atividade, considerando as especificidades como a possibilidade de escolher, dentre vários motivos, a atividade que vai de encontro aos seus interesses, a livre adesão desse sujeito e a satisfação provocada por esta atividade.

De acordo com Marcellino (2006, p. 18), a escolha por uma determinada atividade de lazer está relacionada à distinção entre seus conteúdos (ou seja, as

³³ As atitudes podem ser agrupadas em três principais componentes, conforme cita Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009): componente cognitivo – as crenças de pessoa em relação a produtos, organizações, pessoas, fatos ou situações; componente afetivo – sentimento das pessoas em relação a produtos, organizações, pessoas, fatos ou situações; componente comportamental – predisposição para uma reação comportamental em relação a um produto, organização, pessoa, fato ou situação.

características que cada atividade apresenta), e “só pode ser estabelecida em termos de predominância, representando escolhas subjetivas, o que evidencia uma das características principais das atividades de lazer – a opção. Podemos exemplificar, através das referências de Marcellino (2006), ao mencionar que qualquer atividade considerada de lazer envolve satisfação de seu praticante, como por exemplo, as atividades oferecidas no espaço de uma academia. Há um ponto em comum entre o que se busca em fazer musculação, aeróbico ou preparo físico. O que as tornam diferentes, são os motivos que levam a escolher tais atividades e envolvem interesses e conteúdos particulares (MARCELLINO, 2006).

A classificação dos conteúdos do lazer pode ser agrupada em seis categorias, divididas de acordo com o predomínio em suas atividades: os interesses físicos, artísticos, práticos ou manuais, intelectuais, sociais e turísticos (DUMAZEDIER, 1979; MARCELLINO, 2006), conforme quadro 8.

Quadro 8 - Classificação dos conteúdos do lazer

Classificação dos conteúdos do lazer	Características	Exemplos
Interesses artísticos	O campo de predomínio é o imaginário – os conteúdos são estéticos feito de imagens, de emoções, sentimentos. Configura a busca pela beleza e encantamento.	Ir ao cinema, teatro, museus, exposições de artes. A própria cultura popular como festas de São João, quadrilhas e bumba-meu-boi, os desfiles das escolas de samba.
Interesses intelectuais	O contato com a realidade através de informações que possibilite o conhecimento sobre determinado assunto.	Participação em palestras, cursos, busca pelo conhecimento por intermédio de uma leitura: livros, jornais, revistas, etc.
Interesses físico-esportivos	Predomínio das modalidades esportivas, atividades físicas e recreativas.	Fazer caminhadas, ginástica, participar de gincanas.
Interesses manuais	Manuseio de materiais por meio da pintura, dobradura, colagem, costura entre outras habilidades. Manifesta-se ainda por intermédio da culinária, da jardinagem e do “bricolagem” efetuados em casa.	Cozinhar, costurar, cultivar hortaliças, fazer crochê, tricô, artesanato com materiais recicláveis.
Interesses sociais	Predomina o contato e o convívio social.	Encontros em bares, festas, clubes ou associações. Convívio doméstico, passeios com filhos, visitas a amigos e familiares.
Interesses turísticos	Caracterizados pela quebra da rotina temporal e espacial, que aguçam o interesse por conhecer novos lugares e novas culturas, viagens.	As viagens e os passeios que envolvem o deslocamento entre duas cidades.

Fonte: Adaptação: DUMAZEDIER (1979); MARCELLINO (2006).

Contudo, esses conteúdos de lazer divididos em áreas de interesses, não agem isoladamente, complementam-se, o que admite uma relação próxima ou

combinações entre os conteúdos. Como afirma Marcellino (2006, p.14), “não é possível entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica”. Dada essa possibilidade de opções, a escolha pela atividade envolve além das atitudes, o fator econômico, que pode contribuir ou dificultar seu acesso, fazendo com que se constitua um privilégio de poucos. Outros fatores como o sexo, a faixa etária, o tempo, o nível de instrução, os preconceitos e os espaços acabam interferindo nas atitudes e comportamentos de vivenciar o lazer.

Ao pensar o lazer como estilo de vida, nos remete as representações sociais a partir da dimensão atitude, no qual podemos atribuir significados de livre escolha pessoal, de satisfação e de prazer. Esses elementos constituem o que os autores denominam de teoria configuracional ou figuracional do lazer.

A proposta de Elias e Dunning (1992) corrobora à ideia de lazer como esfera da vida, em que:

[...]oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com outros e desfrutada com aprovação [...] (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 151).

Assim, os autores propõem que as atividades voltadas ao lazer procuram proporcionar uma excitação agradável ou um estímulo das emoções, através das escolhas e das vontades de cada indivíduo.

Conforme demonstrado por Elias e Dunning (1992) o lazer encontra-se em uma das esferas da vida, como uma necessidade humana que vai para além de reposição de energias, de atenuar as tensões oriundas das atividades consideradas rotineiras. Segundo os autores, as pessoas buscam atividades de lazer, não para se distraírem ou aliviarem as tensões estressantes e fatídicas após as obrigações profissionais, mas as procuram por causa das situações excitantes, dos momentos que instigam sensações prazerosas (ELIAS; DUNNING, 1992).

É nesse sentido, que a teoria configuracional ocupa seu espaço. Os autores não compartilham a ideia funcionalista de que o lazer venha representar uma válvula de escape do trabalhador, um simples atenuante das tensões oriundas do trabalho, onde as atividades consideradas de lazer são vistas como uma forma de relaxamento ou de recuperação física e mental deste trabalhador (ELIAS; DUNNING, 1992). Na realidade, o lazer representa momentos induzidos pela tensão-excitação, que

oferecem oportunidades às pessoas de sentirem e vivenciarem estímulos e emoções prazerosas. Assim, as atividades de lazer expressam o momento pelo qual podemos escapar das diversas atividades arraigadas em nosso cotidiano (a incluir as atividades laborativas, familiares, sociais, políticas e religiosas, as necessidades fisiológicas) e buscamos atividades que tragam excitação prazerosa e agradável presentes em diversos tipos de atividades lúdicas, jogos, passatempos, etc.

Além da tensão-excitação, Elias e Dunning (1992) examinam as atividades de lazer a partir de três componentes elementares de ativação emocional, a saber: sociabilidade, mobilidade e mimetismo.

A sociabilidade é um sentimento agradável que nos remete ao prazer desinteressado de estar em companhia com outras pessoas, ou seja,

As pessoas reúnem-se sem possuírem necessariamente qualquer competência técnica especializada, sem “actuação” para os outros ou para si próprias (embora isso possa acontecer acidentalmente), só para desfrutarem a companhia um dos outros, para terem prazer, isto é, um nível mais elevado de calor emocional, de integração social e de estimulação através da presença de outros – uma estimulação divertida, sem obrigações sérias e os riscos inerentes a elas – do que aquele que é possível experimentar em qualquer outra esfera da vida (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 180-181).

Sendo assim, na perspectiva da sociabilidade, o lazer prima por uma interação entre as pessoas e como consequência um despertar do prazer emocional de estar em contato e acompanhado de outras pessoas de forma voluntária, sem qualquer obrigação ou compromisso sérios. Assim, as atividades de lazer permitem trocas de estímulos e emoções intensas com outras pessoas, isto é, as pessoas tanto oferecem quanto recebem mensagens carregadas de emotividade e afetividade.

Quanto a mobilidade, aduz a ideia do simples prazer de nos movimentarmos, de experimentarmos emoções e sentimentos que em outras esferas da vida, que não seja a do lazer, podem causar danos a si mesmo ou a outras pessoas, ou seja, reside no fato de vivenciar práticas e experiências corporais cuja contemplação não seja autorizada nas outras esferas de não lazer.

O lazer sob o prisma mimetismo transmite a ideia de atividades que “despertam emoções de um tipo específico que estão intimamente relacionadas de uma forma específica, diferente, com aquelas que as pessoas experimentam no decurso da sua vida ordinária de não lazer” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 183). Assim, as atividades miméticas possibilitam vivenciar situações semelhantes às reais sem, contudo, pôr em risco a própria vida.

É importante ressaltar que as contribuições desses autores, a respeito da teoria configuracional do lazer, permitem compreender o lazer sob outra perspectiva, as atividades de lazer representam uma fonte de prazer para aqueles que as vivenciam, ou melhor, uma maneira pela qual podemos buscar excitação prazerosa em meio às atividades consideradas rotineiras da nossa vida e que tal excitação pode ter aprovação da sociedade quando a desfrutarmos, sem assim ser vista como infortunes, perigosas ou desagradáveis.

Em sua obra, Gutierrez (2001, p.13) centra o entendimento do lazer na busca incessante pelo prazer pessoal, sendo enfático ao dizer que “não existe lazer sem a expectativa de realizar alguma forma de prazer”, pois o prazer é uma categoria fundamental, capaz de garantir especificidade ao lazer e distingui-lo das demais atividades sociais. A colocação de Gutierrez (2001, p.07) a respeito da definição do lazer a partir da busca pelo prazer, permite compreender que “o lazer não pressupõe necessariamente a consumação do lazer. Seu compromisso é com a busca do prazer, com a luta por uma sensação de prazer que pode, ou não, vir a ocorrer”. Desse modo, o autor levanta que a busca pessoal pelo prazer remete a uma possível felicidade, ou seja, “uma sensação complexa, subjetiva e que varia em função de cada conjuntura [...], privilegiando única e exclusivamente a sua realização pessoal e egoísta” (GUTIERREZ, 2001, p. 13-14).

Assim, tanto Gutierrez (2001) quanto Elias e Dunning (1992) partem do pressuposto de que o lazer está relacionado à atitude e à escolha pessoal pela busca de atividades que traga excitação e prazer. Para os autores, a vida em si já é bastante sofrida, devido aos desgastes provocados pela sequência de fatos que acontecem em nossas vidas. Contudo, cabe a nós buscarmos alternativas para que esse sofrimento torne-se suportável a nossa existência. É nesse sentido, que os momentos de lazer podem representar os caminhos alternativos para atenuar esses sofrimentos, extraíndo assim momentos de felicidade, excitação e prazer³⁴.

³⁴ Como objetivo de encerramos temporariamente a discussão deste tópico, trago aqui a concepção freudiana de que o prazer rege toda a existência humana, uma vez que estamos sempre buscando a felicidade, nos esforçamos para obter a felicidade, queremos sempre ser felizes e assim permanecer nesse estado (FREUD, 1987).

3.3 LAZER E ESPAÇO

Para além de um mero espaço geográfico, o lugar assume várias representações a depender dos significados que lhe são atribuídos. O lugar pode ser visto como um espaço, enquanto o espaço, por sua vez, está usualmente ligado à ideia de tempo. Conforme Santos (2008), o indivíduo faz o espaço tornar lugar, a partir do momento em que o mesmo se apropria desse espaço e dentro dele manifesta suas ações, interesses, desejos e necessidades, reconhecendo-se ainda como parte integrante e construtor do lugar. Neste sentido, o autor conclama que:

O lazer expressa este ser precisamente pela sua associação a périplos de lugares, em que estes expressam valências diversas que hoje para além do ser integram, também, situações de parecer [...]. O lazer é, precisamente, uma expressão superlativa desta transformação do espaço em lugar (SANTOS, 2008, p. 147).

Todavia, precisamos de espaços para que essa realidade se concretize como um meio de relações sociais e oportunize as práticas de vivências do lazer. Dessa forma, os espaços assumem uma temporalidade perante a esfera de vida, onde faz-se necessário interpretá-lo para além do seu significado de suporte, ou seja, um espaço fora do trabalho, de reposição de energias. Contudo cabe salientar que lazer e espaços exercem influências significativas quando veiculados aos principais modos de afastamento das rotinas profissionais, ou quando estes materializam os modos de consumo, de bens de produção e apropriações de um determinado grupo social, ou ainda, quando representam uma identidade social, um lugar de vivências e trocas sociais.

Ao utilizar as orientações de Santos (2008), efetivamente os espaços de lazer assumem diferentes significados, principalmente quando conjugados ao trabalho, ao consumismo e à construção de uma identidade social.

É nesse sentido que começo enfatizando a relação de espaços de lazer, de espaços de trabalho e o lugar que cada espaço assume em nossas vidas. Como já explicitado, desde as sociedades modernas, o trabalho passou a reger as normas e condutas sociais dos homens, como forma de produção e reprodução desse ser. O lugar que o trabalho vem ocupando em nossas vidas pôs em questão a estruturação do tempo. Atualmente, temos tempo e lugar para tudo: para trabalhar, para descansar, para divertir-se, etc. A maioria das atividades que exercemos em nossas vidas, é

ritmada por períodos de tempo, onde, dentro dessa lógica, os espaços de lazer também se configuram de acordo com a variação do tempo. Dumazedier (1979) é enfático ao afirmar que o espaço de lazer, é um espaço temporal, pois a sua limitação, seu equipamento e sua utilização devem variar conforme o tempo. Dessa maneira, as atividades de lazer

[...] são ritmadas no tempo segundo períodos com caracteres específicos: assim o ritmo das estações combinado com o do trabalho provoca as migrações de fim de dia, de fim de semana, de fim de ano (férias), de fim de vida (aposentadoria) (DUMAZEDIER, 1979, p. 170).

Nessa lógica, trabalho e descanso continuam a marcar os ritmos do nosso cotidiano. O lugar que o lazer ocupa diante dessa discussão representa uma forma de afastamento ou de libertação das atividades profissionais.

A jornada de um trabalhador celetista dentro de um espaço empresarial, por exemplo, implica em 8 horas diárias de dedicação. Entretanto, os locais que este trabalhador frequenta fora do local de trabalho não são considerados exclusivamente espaços de lazer. Marcellino (1983), a esse respeito, menciona que o tempo que nos resta do trabalho não pode ser considerado tempo de lazer, uma vez que este faz parte do tempo liberado do trabalho, ou seja, do tempo livre. Logo, os espaços que ocupamos fora do trabalho também não remetem totalmente a lugares de lazer. A conjugação de tempos e espaços, para as práticas de lazer, devem assumir ao que Dumazedier (1979) explicita como uma entrega espontânea, de livre vontade, liberta de obrigações, sejam elas profissionais, sociais ou familiares. Dessa forma, o espaço de nossa casa pode ser (ou não) considerado espaços de lazer, a depender da forma como desenvolvemos uma atividade rotineira, como limpar a casa, lavar louça ou cozinhar. O ato de cozinhar, por exemplo, pode vir a ser (ou não) uma forma de lazer, consequentemente, o espaço no qual está sendo realizada esta atividade também. Marcellino (2007) contribui a esse respeito ao relatar que

O lar é o principal equipamento não específico de lazer, ou seja, um espaço não construído de modo particular para essa função, mas que eventualmente pode cumpri-la [...]. Quanto ao lar, ainda que possa oferecer condições satisfatórias para uma minoria de privilegiados, constitui um dos poucos equipamentos, disponíveis para grandes parcelas da população, “empurradas” para dentro de suas casas, no tempo disponível para o lazer. Exatamente essas pessoas são as que menos têm condições para o desenvolvimento de lazer nas suas habitações. O espaço é exíguo, quer se considere as áreas construídas, ou os quintais e áreas abertas coletivas, quando existem.

Quando o lazer é colocado pela sociedade capitalista como um momento de reparação das atividades de labor, surge a representação dos espaços de lazer como espaços de consumo, ou seja, espaços de lazer vistos como um espaço para o consumo da classe trabalhadora. Se a máxima tempo é dinheiro ainda continua viva em nossa sociedade, podemos inferir que o tempo também é poder de compra, sendo necessário ter espaços de lazer para despende desse poder.

De acordo com Santos (2008, 148), “a ideologia capitalista do lucro assenhoreou-se deste modo de relação socioeconômica”, transformando os espaços, em “lugares de alguns ou de muitos, conforme se procura democratizar ou elitizar processos”. Dessa forma, o lazer passa a ser tratado como mercadoria, conseqüentemente, gera-se equipamentos e espaços privados, destinados apenas àqueles que tenham o poder de compra. Neste caso, os espaços de lazer agregam o conceito de produto e impõe limites de acesso a partir dos preços, da localização e do público-alvo.

Se de um lado temos os indivíduos da classe elitizada, bem sucedida, que usufrui de condições favoráveis de frequentar espaços de lazer privados como shoppings, casas de festa, shows, bares, clubes, hotéis, parques temáticos e outros atrativos, por outro, observamos a população em massa, que desloca essa ‘estética do capital e do consumo’ e direciona os espaços de lazer como um direito social. Segundo Marcellino (1995), o lazer vivenciado pela massa populacional esbarra em diversos contratempos, como despesas com locomoção, alimentação e acesso aos locais, sendo que estas dificuldades têm como pano de fundo

[...] as limitações econômicas, formando um todo inibidor, quer em termos da quantidade e, principalmente, quer em termos de qualidade de participação. A classe, o nível de instrução, a faixa etária, e o sexo, entre outros fatores, limitam o verdadeiro lazer a uma minoria da população (MARCELLINO, 1995, p.55).

Diante disso, torna-se fundamental compreendermos também os espaços de lazer como um direito social. Pensar nesses espaços de lazer na perspectiva de um direito social é ter em mente que estes devem constituir em suas práticas a inclusão de todos e não ser um seleto grupo do qual poucos podem usufruir, uma vez que se trata de um bem essencial aos cidadãos e ao seu bem-estar.

Refletir sobre o lazer dessa forma implica ainda na responsabilidade do Estado em criar e implementar políticas públicas que possam concretizar para os cidadãos a vivência desse direito, de acordo com suas necessidades sociais, por ser

este um fator condicionante da cidadania. Ao compreendermos o lazer enquanto um fenômeno que apresenta aspectos múltiplos e contraditórios, tornamos necessária a busca de um olhar aprofundado sobre o mesmo, bem como um repensar acerca das visões que se estabeleceram em nossa sociedade nos dias atuais.

No Brasil, o lazer, como um direito social, vem tornando-se uma ferramenta capaz de contribuir para a inclusão e o exercício da cidadania no Brasil. As transformações históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais possibilitaram o reconhecimento do lazer como atividade componente e essencial para a manutenção da qualidade de vida das pessoas. Ao longo do século XX, destaca-se que os primeiros espaços de lazer destinados à população de trabalhadores em nosso país partiu de iniciativas do setor privado. O Serviço Social da Indústria (SESI), por exemplo, criado em 1946, tem seus princípios baseados na melhoria da qualidade de vida de seus operários, onde inclui no seu aparato atividades e serviços nas áreas de educação, lazer, saúde e cultura.

O marco legal que fundamenta as políticas públicas de lazer foi estabelecido pela Constituição da República Federativa Brasileira de 1988³⁵, em que o lazer se firmou com mais expressividade como um dos direitos sociais. Linhares *et al.* (2008, p 16-17) ao mencionarem a trajetória do lazer, juntamente com o esporte, afirmam que ambos estão presentes "em ações do Estado vinculadas às políticas de saúde, educação, segurança, previdência social dentre outras [...] passando a compor o desenho institucional do Estado e a sua agenda de responsabilidade".

A promoção do lazer está associada às diversas áreas de atuação do Estado - esporte, educação, assistência social, cultura, turismo, dentre outras. Embora seja considerado um direito social, percebe-se que não possui um setor com estrutura

³⁵ É na Constituição Federal de 1988 que o lazer ganha o aparato legal, tornando-se um direito social no país, citado em vários artigos da Constituição. A exemplos, o art. 6º diz que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2013, p. 20, grifo nosso)". No art. 7º, inciso IV, são considerados direitos do trabalhador "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, **lazer**, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim" (BRASIL, 2013, p. 29, grifo nosso). O art. 217, § 3º ressalta que "o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 2013, p. 151)". O Art. 227 ratifica ser "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, **ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 2013, p. 155, grifo nosso).

e institucionalidade próprias nas administrações públicas do país; vem sempre vinculado ou subordinado às secretarias, subsecretarias coordenações ou gerências de outros setores públicos.

A esse respeito, Melo (2003) destaca que as instituições governamentais após a Constituição de 1988 absorveram a compreensão de lazer dissociado da cultura e associado diretamente ao esporte. Essa percepção é fruto do próprio processo histórico-cultural da população brasileira em não compreender o lazer como área específica de atuação do Estado. Munhoz (2008) complementa ao enfatizar que os fatores relacionados às condições básicas de existência imprópria como falta de moradia, alimentação, saúde e educação levam as pessoas a priorizarem questões de sobrevivência essenciais à vida humana, ao invés de qualidade de vida. É inconcebível pensar em qualidade de vida através da efetivação do lazer, se há defasagem nas áreas de saúde, educação, segurança e residência, que impactam diretamente na vida do indivíduo.

A elaboração de políticas públicas voltada ao lazer ainda é incipiente comparada a outras políticas sociais no Brasil: primeiro, porque o lazer ainda é vislumbrado como uma mercadoria, voltado à população que detém recursos financeiros e que disponibiliza um lazer conexo ao turismo, à hotelaria e ao entretenimento elitizado; segundo, porque a população excluída, de baixa renda, não desfruta de espaços e lugares de acesso ao lazer na mesma proporção daqueles que dispõem de recursos para pagar, embora haja sim investimentos do Estado, mas tais iniciativas ainda são reduzidas, ínfimas (LINHARES ET AL, 2008).

Assim, o lazer desenvolve um papel secundário quanto às prioridades do Estado, embora o lazer tenha sido registrado como direito constitucional, ainda que não exista um setor específico que o regule. As políticas públicas de lazer são desenvolvidas e articuladas dentro de outras áreas públicas, em setores que tenham interfaces com a questão do lazer e que haja um consenso quanto às diretrizes das políticas públicas de outros setores com as dinâmicas propostas pelo lazer.

Os espaços de lazer também assumem a esfera de construção de identidade social, uma vez que estes estão carregados de implicações de ordem política, econômica, cultural e ideológica e se desdobram de acordo com as contribuições que cada agente social aplica na construção desse espaço, ou seja, “a identidade está intimamente relacionada com um espaço que a pessoa constrói ao mover-se nele” (SANTOS, 2008, p. 150).

A construção da identidade representa uma fonte de significados e experiências de uma sociedade e sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Castells (2000, p. 22) contribui ao dizer que tal processo de construção tem como base o “atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, do (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados. [...] Essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto da autorrepresentação quanto na ação social”.

Nesse sentido, os espaços de lazer se tornam espaços de disputas pelo poder, uma vez que este lazer e suas variações interpretativas são decorrentes das transformações no modo de viver das sociedades em momentos distintos da história, o que nos leva a compreendê-lo como um espaço de expressão de práticas de grupos e pessoas e implica o reconhecimento dos lugares frequentados, a valorização de itinerários, de rotinas, de familiaridades. Segundo Santos (2008, p. 147) a transformação do espaço em lugar depende de duas vertentes: “as percepções pessoais e as percepções do grupo, expressas estas através de normas, regras, reconhecimento, controlo”. Dessa maneira, a transformação dos espaços em lugar de práticas de lazer depende das contribuições pessoais e grupais que estes agregam como identidade, ou seja, à medida que as pessoas saem de suas casas para o convívio social, levam consigo experiências de vida carregadas de estímulos e emoções. Com isso, as atividades de lazer, desenvolvidas nesses espaços, permitem a troca de experiências e de sentimentos com outras pessoas, no qual Elias e Dunning (1992) conclamam de sociabilidade.

Assim, a percepção do espaço é de grande relevância quando se fala de lazer, já que o que determina um espaço como de lazer, não são os equipamentos que fazem parte da construção do lugar, ou sequer as atividades que ali estão dispostas a serem realizadas, mas a escolha de sermos livres para escolher, a forma como escolhemos e porque escolhemos. O local do trabalho, por exemplo, pode ser considerado um espaço de lazer. Os autores Melo e Alves Júnior (2003) relatam que o trabalho pode ser considerado uma forma de lazer, à medida que traga ao indivíduo prazer e satisfação pessoal. A concretização das atividades de lazer podem (ou não) ocorrer no tempo/ espaço inverso ao trabalho, em relação com o tempo das obrigações, sejam elas profissionais, sociais ou familiares, ou seja, uma complementariedade às atividades de obrigação. Ou ainda, ser um espaço de construção de identidade social, onde as pessoas se reúnem e trocam experiências.

Vale ressaltar que a construção da identidade social, dentro de um espaço, depende muito da maneira pela qual um grupo social se identifica como grupo, através das atitudes e comportamentos, dos valores, dos costumes e das tradições que os indivíduos apresentam e compartilham. Desta forma, as práticas sociais e as concepções atribuídas a elas por um grupo social, em um tempo-espaço determinado, são influenciadas pelas diferentes culturas estruturadas na e pela sociedade, ou seja, pelo conjunto de conhecimentos que os indivíduos ou o grupo acumulam ao longo do tempo.

Em síntese, recorro às contribuições de Marcellino (1996, p. 05) para explicitar a respeito do significado do lazer enquanto espaço de participação e de exercício da cidadania, sendo necessário levar em consideração:

[...] em termos de conteúdo, as atitudes que envolve, os valores que propicia, a consideração dos aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intraclasses como interclasses sociais.

O lazer, em sua dimensão cultural, possibilita vivenciar as manifestações humanas no tempo-espaço conquistado pelos indivíduos, tornando-se um momento de contemplação, de diversão, de relaxamento e de contribuição para o bem-estar físico, emocional e cognitivo (GOMES, 2008).

A cultura, portanto, pode ser compreendida aqui como o conjunto de manifestações que determina as particularidades de um grupo social, a identidade coletiva que, por sua vez, é produzida a partir das relações sociais e da interação dos indivíduos entre si e com o meio em que vivem. Marcellino (1996, p.03) ressalta que a cultura deve ser entendida em seu sentido amplo, ou seja, como um “conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve”.

A construção da identidade de grupo é um processo em constante movimento, capaz de fazer com que o indivíduo se reconheça e reconheça o outro como igual perante essa construção. Assim, a identidade social engloba a consciência de si mesmo e o reconhecimento do outro, isto quer dizer que, o espaço enquanto construção de uma identidade social é resultado do processo de produção da atividade humana, constituída pela identidade individual e coletiva. Assim, para a compreensão de lazer como dimensão cultural faz-se necessária também a compreensão das práticas sociais a partir do conceito de *habitus*. A esse respeito,

Bourdieu (2007) ressalta que o grande obstáculo para se compreender a concepção de cultura está no fato de privilegiar a cultura como estrutura estruturada, desprezando-a enquanto estrutura estruturante, ou seja, a cultura e os sistemas simbólicos tornam-se instrumentos de poder, cuja suas representações são legitimadas pelo coletivo como verdades puras, relegando a análise sob o indivíduo enquanto gerador e organizador das práticas e representações sociais.

Para Bourdieu (2007), a ideia de *habitus* permite identificar os grupos sociais que interagem em um determinado espaço social, o campo. As ações desses grupos são engendradas por intermédio das relações entre a estrutura e o indivíduo que, por conseguinte, são ‘ajustadas’ conforme as afinidades e as formas semelhantes de agir e pensar desses indivíduos dentro do espaço social. As afinidades de *habitus* vividas estão na origem de todas as formas de cooptação, sejam elas nas amizades, nos casamentos, no trabalho, etc.

Desta maneira, o espaço social está construído de tal modo que os agentes que ocupam posições semelhantes ou vizinhas estão colocados em condições semelhantes, submetidos a condicionamentos semelhantes, e tem toda a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, ou seja, de produzirem práticas sociais análogas (BOURDIEU, 2007). As práticas sociais são capazes de criar e recriar os significados dos espaços e lugares destinados ao lazer, configurando novas formas de estilo de vida e de sociabilidade. Por isso, falar em lazer, sob a égide da cultura, é conferi-lo a face de cidadania, de integração social e de livre acesso aos espaços e equipamentos destinados ao lazer.

Assim, cabe salientar, no próximo tópico, a relação do lazer e suas dimensões tempo, atitude e espaço com a velhice, a fim de aproximar as representações que vem sendo construídas para essa faixa etária, trazendo à tona a temática da aposentaria como um pressuposto de vivenciar o lazer na velhice.

3.4 LAZER E VELHICE: aposentadoria como tempo e etapa de mudança da vida

Este tópico aborda a temática da aposentadoria, com ênfase nas considerações sobre o significado deste processo para o indivíduo velho. Porém, a tentativa aqui proposta por mim não se trata em discorrer quem é velho ou não, ou

sequer determinar os tipos de lazer para a velhice, mas de buscar subsídios que relacionem a temática aposentadoria com o lazer na (para) velhice. Desta forma, a discussão da aposentadoria, como tempo e etapa de mudança da vida, ou enquanto benefício de subsistência do aposentado, necessita ser pensada e articulada com as discussões de velhice e lazer.

Ao tentar aproximar as categorias aposentadoria, velhice e lazer, acredito que exista uma ligação entre elas, já que uma das imagens produzidas no senso comum do aposentado é de uma pessoa que suspendeu suas atividades relacionadas ao trabalho.

O afastamento do trabalho ocasionado pela aposentadoria pode representar, desde um sentimento de perda, de início da velhice e de aproximação da finitude, até uma nova fase da vida, na qual as atividades de lazer são consideradas centrais pelo velho que se aposenta ocupam um lugar importante em sua vida e no uso do seu tempo (SANTOS, 1990).

Desta maneira, ao falar em aposentadoria, não podemos deixar de associá-la às mudanças (real e concreta) na vida do indivíduo velho, principalmente quando há ruptura com o mundo do trabalho. Segundo Zanelli, Silva e Soares (2010), a aposentadoria, nesta perspectiva, pode assumir várias interpretações, a depender das implicações que envolvem as interações das pessoas em seus contextos socioculturais. Assim, para alguns, a aposentadoria assume o significado de descanso, liberação de atividades rotineiras e desgastantes; e para outros, pode significar a perda do próprio sentido da vida, um tempo de vazio e de redução da capacidade produtiva (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Santos (1990) corrobora a ideia de que a aposentadoria não é vivenciada de forma análoga por todos os aposentados e nos atenta para a necessidade de compreendê-la a partir de aspectos sociais e profissionais que constituem a história de vida desses sujeitos, já que reflete, na sua identidade pessoal, e, conseqüentemente, incide no processo de aposentadoria (SANTOS, 1990). Desta maneira, a trajetória do trabalho e as relações socioprofissionais tendem a fazer parte do processo de construção da aposentadoria, uma vez que

É o trabalho que dá ao sujeito seu status, pois é através do papel profissional que o sujeito tem acesso à rede de comunicações. Quando o sujeito se aposenta, ele perde sua rede de comunicação, assim como seu status na sociedade (SANTOS, 1990, p.7).

Quando o trabalho assume centralidade na vida dos trabalhadores, ele se torna uma referência social, não apenas por subsidiar as condições financeiras, mas por ser um denominador de motivação, autorrealização e autoestima do trabalhador. O próprio Freud (1987, p.n) pondera que considera que não imaginaria sua vida sem trabalho. “Não posso imaginar que uma vida sem trabalho seja capaz de trazer qualquer espécie de conforto. A imaginação criadora e o trabalho para mim andam de mãos dadas; não retiro prazer de nenhuma outra coisa”.

Assim, a compreensão que se cria do trabalhador é de ser útil, de ter valor de uso. Quando as relações de trabalho são interrompidas pela aposentadoria, o indivíduo se vê diante de perdas não apenas financeira e social, mas psíquica e pessoal.

Entretanto, observa-se, que os conceitos associados à aposentadoria remetem bem mais ao simples término de carreira. Nesta lógica, Santos (1990) destaca que a definição de aposentadoria implica para além das perdas do papel profissional e do afastamento do sistema de produção e que deve ser analisada em suas diversas dimensões. Ao relacionar aposentadoria às dimensões como velhice, tempo e espaço, perda do papel profissional e as consequências desta sobre a identidade pessoal, Santos (1990) apresenta interpretações distintas a seu respeito.

A aposentadoria como sinônimo de velhice pode representar desvalorização, improdutividade, incapacidade e inatividade. Além disso, quando ligada ao termo inatividade, a aposentadoria pode conceber a ideia de atestado oficial da velhice e de aproximação com a finitude (SANTOS, 1990). Quando associada ao tempo livre, a aposentadoria pode assumir duas vertentes: a de depender da posição que o indivíduo ocupa (ocupou) no sistema de produção do modo; e da forma que vivenciou o mundo do trabalho e do lazer.

Assim, a aposentadoria pode ser vista como momento de repouso, de liberação do trabalho e de felicidade ou como tempo de solidão, de vazio e isolamento (SANTOS, 1990). Santos (1990) ainda destaca que a aposentadoria pode significar perdas e crises. O indivíduo ao se aposentar, perde seu papel profissional e seu poder social, o que pode levá-lo a desenvolver crises de aceitação e tornar sua vivência fora do mundo do trabalho mais difícil.

Em face ao exposto, a aposentadoria é considerada como um momento de reorganização espacial e temporal, de confrontação e reconhecimento da velhice e de reorganização da identidade pessoal. O aposentado deve repensar e redefinir seu

tempo e espaço que antes estavam circunscritos no mundo de trabalho, ao mesmo tempo em que se reconhece como velho e redefine sua identidade a partir das perdas socioprofissionais e pessoais. Contudo, o processo que culmina na eminência da aposentadoria deve ser planejado para que não perpetuem sentimentos de repulsa e negação, e sim, como uma fase de transição que seja enfrentada de maneira positiva e saudável. Para que isso ocorra, os trabalhadores devem planejar sua aposentadoria enquanto ainda executam suas atividades profissionais, a fim de torná-la menos dolorosa e sofrida.

No Brasil, muitas iniciativas, por parte de organizações públicas e privadas, têm sido postas em prática com a finalidade de preparar esses trabalhadores para a aposentadoria, incentivando-os a descobrir novas possibilidades de continuar a vida após o fim da carreira. Os Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA), segundo Stucchi (2007), buscam reverter os conceitos pejorativos que entrelaçam aposentadoria, velhice e trabalho e apresentam concepções positivas que potencialize o entendimento dessa nova fase da vida. Assim, o velho que se aposenta tem a oportunidade de vivenciar a velhice de forma positiva, bem sucedida e saudável, em que a aposentadoria não seja um empecilho, mas “o início de uma nova maneira de viver, na qual o sujeito pode se dedicar às atividades que lhe dão prazer” (SANTOS, 1990, p. 58).

Desta maneira, parte-se da hipótese que o velho, ao se aposentar, desloca seu tempo e espaço livres para aproveitar atividades que lhe traga prazer e satisfação. A maior disponibilidade de tempo na aposentadoria possibilita que o indivíduo desfrute de lazer ou realize atividades que durante longo tempo foram procrastinadas (KALACHE; VERAS; RAMOS, 1987). Conforme já referenciado anteriormente, a busca pelo lazer é decorrente de diversos acontecimentos histórico-político-sociais e culturais, em que ser humano teve a necessidade de ocupar seu tempo fora do trabalho com atividades que lhe proporcionasse prazer, distração, compensação e experiências novas. Para o velho que se aposenta, essa realidade não fora diferente, embora o lazer assuma uma nova conotação. Segundo Kalache, Veras e Ramos (1987), a aposentadoria propicia ao sujeito tempo livre ou desocupado das obrigações profissionais, oportunizando assim o desenvolvimento de novas atividades e a concretização de velhos sonhos.

Por conseguinte, as atividades de lazer estão para além do mero caráter de ‘preenchimento’ deixado pelo tempo e espaço da aposentadoria, é um tempo

dedicado para si mesmo, voltado para vivenciar atividades prazerosas que lhe traga satisfação, motivação e autorrealização, em lugares e espaços que promovam integração, socialização e o reconhecimento de sua condição como ser velho e aposentado. A esse respeito, Santos (1990) destaca que, em oposição a vivência da aposentadoria enquanto recusa, encontra-se o indivíduo cuja aposentadoria é vivida como um tempo de liberdade e de realização pessoal, onde, após vários anos consagrados a atividades profissionais, este indivíduo tem um momento dedicado a si e para as atividades preferidas.

Ainda, seguindo esta linha de raciocínio, Lima (2006) enfatiza que os velhos, ao se aposentarem, devem repensar o que fazer com o seu tempo livre e sinaliza que o lazer pode assumir um lugar de destaque na vida dessas pessoas, com momentos de opção e criatividade de escolha do que fazer. O autor ainda destaca que existem várias formas do velho que se aposenta vivenciar o lazer através de atividades, quais sejam:

Manuais – são práticas como o artesanato, o trabalho com agulhas, etc; intelectuais – ler, escrever, prender línguas, discutir novos assuntos, internet, cinema, et; artísticas – pintura, escultura, teatro, visitação de exposições, etc; físicas- atividades esportivas, caminhadas, ginastica, viagens (embora não seja possível para todos), et; e associativas – grupos de convivência (LIMA, 2006, p. 79).

Para alguns dos velhos que se aposentam, o lazer transforma-se em benefícios para a promoção da sua saúde e melhoria na qualidade de vida, cuja busca por atividades que lhes tragam prazer, interação com outros velhos e pessoas de outras faixas etárias, os levam não apenas   independência física e emocional, mas   recuperação de doenças que podem ser adquiridas pelo processo de envelhecimento.

Contudo, ao observar a realidade brasileira, muitos velhos aposentados ou pensionistas “nem sempre têm uma vida que pode ser considerada como um reino de tempo livre e do não-trabalho” (MELO, 2003, p. 61). Para este velho, o tempo livre muitas vezes é substituído pelas obrigações domésticas ou por trabalhos informais. Sem falar que muitos deles retornam ao mercado de trabalho. Segundo Camarano e Pasinato (2004), os velhos, que se aposentam do Brasil, têm papel de destaque na estrutura familiar, principalmente nas famílias mais pobres, sendo que a renda deles é uma fonte importante (se não a única) de provento familiar, pois consoante os autores:

As consequências perniciosas dos períodos cíclicos de crise econômica enfrentados pela população brasileira — concentração de renda, aumento do desemprego, expansão da pobreza, drogas, instabilidade das relações afetivas, violência — têm levado um número crescente de filhos adultos a se tornar, de alguma maneira, dependente dos recursos de seus pais idosos (CAMARANO; PASINATO, 2004, p.19).

Ainda, há situações em que a renda advinda da aposentadoria não cobre as necessidades de manutenção desta família, já que o valor correspondente à aposentadoria é inferior ao que se cogita ao salário dos trabalhadores ativos. Dessa forma, a ocupação informal vem garantindo a sobrevivência de uma parcela relevante da população velha, ainda que já aposentada.

Portanto, percebe-se que a associação entre velhice e aposentadoria, como uma fase final da vida, em que o velho não é mais uma pessoa produtiva, vem perdendo espaço no imaginário social, o que denota que nem todos aposentados são velhos e nem toda a velhice é aposentada. Em suas leituras, Simões (2004, p. 8) enfatiza que a representação de ‘velhice ativa’ e ‘aposentados ativos’ no Brasil tem favorecido para “desconstruir a representação dos mais velhos como um encargo para a família e para a sociedade”. Conforme o autor, o aposentado não se livra da competência de continuar a manter o sustento de sua família, pelo contrário, tende a aumentar em virtude dos gastos com remédios, planos de saúde ou no auxílio financeiros aos filhos e netos (SIMÕES, 2004).

Assim, a presença do velho no mercado de trabalho continua sendo marcante na conjuntura da economia do nosso país, onde o mesmo é ‘motivado’ a buscar novas atividades de complementação, ou até mesmo postergar a sua aposentadoria (CAMARANO; PASINATO, 2004). No Brasil, conforme cita Camarano e Pasinato (2004, p.20), os “idosos mais disponíveis para o trabalho são os mais dependentes do rendimento da atividade econômica: os homens, os negros, os chefes de família, os de menor renda familiar, os não-aposentados e os trabalhadores das ocupações manuais”.

Diante desse contexto, o que se percebe é que a aposentadoria no Brasil não deve ser generalizada como uma ruptura com o trabalho, uma vez que os velhos, mesmos aposentados, continuam a desenvolver atividades remuneradas, sejam elas formais ou não.

Ao questionar a ideia de trabalho na velhice, põem-se em foco outras maneiras de realização social. conforme explicita Minayo e Coimbra Jr (2002, p.22):

Os tempos atuais permitem aos idosos, como nunca antes, construir sua nova identidade sob uma ótica de trabalho não obrigatório, mas de utilidade e de sentido. Isso propicia outros espaços de expressão a serem inventados e desfrutados, contrapondo-se à pecha de descartáveis ou à própria referência de si mesmos como inúteis.

Quando a aposentadoria é vivida em sua plenitude como um tempo livre, desprendida das obrigações profissionais, ela se torna uma aliada para a contemplação do lazer. Autores como Debert (2004) e Barros (2004) relatam em seus estudos que a aposentadoria favorece o vivenciar do lazer na velhice, pois soma-se ao fato de que esses velhos dispõem de uma renda certa e de tempo livre para o lazer.

A partir das observações apresentadas, o que se percebe é que a aposentadoria não é a causa dos problemas associados às perdas e crises que a maioria dos velhos apresentam ao se aposentarem, mas é a consequência de toda uma vida de trabalho, de lazer e de relações sociais. Por isso, o vivenciar a aposentadoria na velhice remete repensar a construção de relação temporal e espacial dos aposentados. A temporalidade para os aposentados pode revelar momentos de continuidade da vida ou não, à medida que o indivíduo se afasta do que considerava central na vida: o mundo do trabalho. Segundo Santos (1990), ao se aposentar, o velho pode se deparar com um misto de sentimentos –solidão, angústia, alívio, felicidade, tristeza, desespero, dentre outros. Nesse processo cabe ao velho reconstruir sua identidade no novo momento da vida e atribuir novos significados para o tempo que irá ocupar e aos espaços que irá frequentar.

Volta-se então para a importância de pensar o tempo e espaço de lazer que vem sendo construídos para os velhos e de que forma contribuem para sua qualidade de vida e o seu bem-estar pessoal.

4 ANÁLISE DOS LAZERES NA VELHICE E PARA VELHICE NO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO – PAI

Neste tópico desenvolvo a análise do lazer a partir das interpretações que velhas e velhos do PAI expuseram em seus depoimentos. Dispus as falas conforme os quadros temáticos que foram criados em torno das questões centrais velhice e lazer. É importante ressaltar que a discussão sobre velhice foi inserida para fornecer subsídios e entendimento de como as pessoas vivenciam o lazer. Por isso foi necessário saber o que eles entendem de velhice e o que faz uma pessoa ser considerada velha. Ao inserir essas questões, o objetivo era saber o que eles entendiam sobre velhice e lazer, a fim de conhecer as representações que este grupo social expressava a respeito dessas categorias.

Assim, levando em consideração a estrutura do roteiro de entrevistas, as falas foram organizadas, classificadas e analisadas de acordo com as interpretações que velhas e velhos apresentaram sobre as categorias lazer na (para) velhice. A fim de facilitar a articulação entre teoria e empiria, segue a exposição das análises e discussões:

a) A velhice no PAI: a representação de si. Serão discutidos, através dos depoimentos extraídos das entrevistas com os velhos, as interpretações apresentadas a respeito da categoria velhice. Nesse sentido, as respostas seguiram os seguintes questionamentos: Como o sr (sra) se autodenomina? Velho, idoso, da terceira idade ou outros? E por quê? Para o sr (sra), o que faz uma pessoa ser velha? Quando começa a velhice?

b) O lazer no PAI: a percepção de quem o vivencia. A intenção é identificar pelo prisma temporal, pelas manifestações humanas e pelo espaço, as representações de lazer a partir do tempo que dedicam às atividades de lazer do PAI (e fora dele); descobrir como é a rotina de cada entrevistado, o que faziam de lazer quando jovens, o que motivam a procurar as atividades do PAI e as atividades que desenvolvem de lazer fora e dentro do Programa. Assim, os questionamentos direcionados a eles foram: O que significa lazer para o sr (sra)? Como é a sua rotina? O que faz durante o dia e noite? O lazer sempre esteve presente na sua vida? de que forma? O que motiva o sr (sra) a praticar as atividades do PAI? E fora do PAI (caso o faça)? Desde quando o sr (sra) frequenta o PAI? como soube do Programa? Qual a

importância do lazer para velhice? Qual a importância dessas atividades? Quais atividades de lazer o sr (sra) pratica no PAI? com que frequência? E fora do PAI, realiza alguma atividade de lazer?

Estes dois eixos estruturam esta seção e permitem revelar as experiências de ser velho, de viver o lazer no PAI e de vivenciar as atividades de lazer na velhice dentro e fora do espaço do PAI. Através das dimensões tempo, atitude e espaço de (para) o lazer, as análises serão realizadas levando em consideração as falas, os gestos, os comportamentos e as atitudes dos sujeitos envolvidos nesse processo, ou melhor, o lugar “de onde eles estão falando”.

Contudo, antes de iniciarmos as discussões propriamente aferidas aos velhas e velhos, trago à tona as representações que as cinco funcionárias entrevistadas apresentaram a respeito das categorias velhice e lazer, como forma de complementar a pesquisa documental, uma vez que não fora possível detectar as representações dessas categorias nos documentos oficiais do PAI.

Como já referenciado, o PAI foi instituído no ano de 1992 para atender os aposentados do serviço público estadual. Inicialmente fora feito uma pesquisa na pretensão de desvendar as expectativas dos aposentados a respeito deste Programa, que já existira em funcionamento no Estado do Ceará. Diante disso, a equipe formada por assistentes sociais, administradores e gestores públicos criaram o Programa de Ação Integrada ao Aposentado no Estado do Maranhão. O Programa, conforme ressalta a funcionária II, que participou desde do processo de implementação, “nasceu numa perspectiva de direitos do idoso”.

“Não é que o Estado seja bonzinho, não! Na Constituição diz que é dever do Estado cuidar da questão do envelhecimento”. (Funcionária II).

A funcionária I explicita os motivos de implementação de um programa dessa natureza no Maranhão, resgatando a situação dos aposentados anterior ao programa e após a sua criação.

“Antigamente os aposentados iam pra casa, ficavam sem rotina, sem expectativa. O PAI desenvolve o trabalho, resgatando a cidadania desse aposentado. Ao invés de ficar em casa cuidando de neto, assistindo televisão, fazendo crochê, ele tá aqui, revendo suas amizades, fazendo suas atividades, recriando sua vida”. (Funcionária I).

Ao serem questionadas como denominam os participantes do PAI, houve unanimidade em denominá-los de aposentados. Contudo, tentei instigar se elas, ao se referirem a esses aposentados, assumiam algum termo além do aposentado e que

critérios elas utilizavam para classificá-los. Cada entrevistada apresentou sua versão, conforme se constata nos depoimentos a seguir:

“Funcionária I: Idoso! A questão do respeito.

Pesquisadora: Mas para a senhora o que determina uma pessoa idosa?

Funcionária I: Espiritual. Essa senhora aí (referindo-se a uma senhora sentada próximo de nós duas) tem 92 anos, mas a mentalidade de 70 anos. Quem faz o idoso é a cabeça da pessoa”. (Funcionária I).

Na fala desta funcionária, observa-se que o termo que ela utiliza está associado a questão do respeito, em que o termo idoso contrapõem à negatividade da velhice. Com relação ao critério de classificação, ela acredita que a velhice perpassa pelo critério espiritual, ou seja, a idade pessoal da pessoa aflora do seu interior, independentemente da idade cronológica ou de qualquer ruga na face (COSTA, 1998).

O discurso da funcionária II demonstra a sua atitude de tentar não despersonalizar o aposentado, tratando-o como idoso ou velho.

“A gente não tem isso! O velho e o idoso não perde a identidade. Quem chega aqui eu chamo pelo nome”. (Funcionária II).

Neste sentido, o que a funcionária II prioriza são os nomes dos aposentados. Ela acredita que esses termos são uma forma de descaracterizar e massificar as pessoas. “A massificação transforma o velho em um todo, e quem é um todo não é nada” (ZIMERMAN, 2000, p. 41), isto significa dizer que, os velhos são padronizados pela sua condição física, idade, atitudes, papéis sociais ou comportamentos e esquecem que são seres humanos “com gostos, preferências e hábitos” (ZIMERMAN, 2000, p. 41). Dessa forma, entende-se que a concepção que a funcionária II considera é que antes de ser velho, ele é um ser humano com sua identidade formada, com uma história de vida específica.

Contudo, as funcionárias IV e V, apesar de considerarem outros critérios para demarcar a velhice, fica explícito em seus depoimentos que a representação de velho é uma pessoa idosa com idade de 60 anos. Elas até justificam suas escolhas por adotarem o Estatuto do Idoso.

“A gente tem como respaldo o Estatuto do idoso. Estatuto do idoso reza que a partir dos 60 anos a pessoa é considerada idosa. Mas a velhice depende...(pausa). Tem pessoas com 50 anos que já tão velhinhas de cabeça e de corpo. Tem gente com 70, 80 que ainda tá jovial. Aqui no PAI é o seguinte, como a nossa clientela é aposentada, às vezes tem menos de 60 anos. Mas a nossa clientela, a maioria, está na faixa etária de idoso”. (Funcionária IV).

Nesse sentido, ressalta também outra informante:

“A gente considera o Estatuto do Idoso. O estatuto preconiza que é a idade. Mas a gente vê algumas características físicas, em algumas a gente pode atestar algumas doenças degenerativas”. (Funcionária V).

Diante do exposto, a percepção de ser velho é representada pelo termo idoso com idade estabelecida com 60 anos ou mais. Ao utilizar o Estatuto do Idoso como demarcação da velhice, as entrevistadas preconizam a idade, ou seja, o critério cronológico, em que mensura a passagem do tempo em função dias, meses e anos vividos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Contudo, elas também apontam demarcadores biológicos- doenças degenerativas – e demarcadores pessoais – velhos jovens e jovens velhos.

Acredito que as funcionárias ao desenvolverem as atividades propostas pelo PAI, consideram essa diversidade que engloba a velhice dos aposentados, o que pode ser demonstrado no discurso a seguir.

“A gente considera a característica própria do aposentado, alguns já são idosos. A questão física deles, a questão de possibilidades para desenvolver as atividades. As atividades físicas, por exemplo, são elaboradas de forma que possam ser realizadas por uma pessoa que é aposentada”. (Funcionária V).

Na visão da funcionária II, as atividades desenvolvidas no PAI são terapêuticas, voltadas para a qualidade de vida deste velho, conseqüentemente, o lazer também remete a esta representação.

“O lazer para o aposentado é terapêutico. Todas as atividades desenvolvidas pelo PAI é para melhoria da qualidade de vida. O lazer atrai idoso pra cá e através dele discute-se questões de interesse desse idoso, questão de direitos, de saúde” (Funcionária II).

O lazer ainda assume o aspecto de atrativo, já que é o mote do trabalho com o velho para atraí-lo através das atividades. No relato da funcionária IV, o lazer está relacionado ao entretenimento, distração e socialização.

“O lazer é tudo que proporciona momentos de entretenimento, de prazer, de participação de atividades lúdicas, físicas, que promovem a sua socialização e entrosamento com outras pessoas”. (Funcionária IV).

Desta maneira, o lazer para a velhice, no PAI, admite classificações distintas como diversão, entretenimento, terapia, qualidade de vida, socialização e entrosamento com outras pessoas. Nas atividades consideradas de lazer, as funcionárias I, II, III e IV enumeram todas as atividades desenvolvidas no Programa

como de lazer. Para ilustrar, no depoimento da funcionária IV, é visível que as atividades físicas são apenas uma das formas de lazer do PAI, sendo assim, o lazer perpassa por todas as atividades a saber:

“As viagens, os passeios, o cinema...(pausa). Na verdade tudo que proporciona saída da rotina, de casa, que faz o aposentado sair pra se confraternizar, fazer uma atividade física. Tudo isso é lazer! Até vim pra cá pra participar de uma palestra”. (Funcionária IV).

A funcionária V foi a única que não relacionou o lazer a todas as atividades.

“Pra mim apenas o cinema, as atividade físicas, o artesanato e os passeios são de lazer. São essas atividades de entretenimento e distração”. (Funcionária V).

Diante do exposto, os depoimentos das funcionárias possibilitaram compreender como as atividades desenvolvidas pelo PAI são elaboradas e remetem às representações de lazer para a velhice dessas entrevistadas. Seguindo essas indicações, conclui-se que as atividades físicas, o canto coral, oficinas da memória, de artesanato, as sessões de terapia, de acupuntura, os passeios, as viagens, as palestras, as reuniões mensais são perpassadas pelas concepções de lazer: fuga da rotina, ocupação do tempo livre, distração, felicidade, cidadania, direito, dentre outras.

Desta forma, nesse universo de atividades, busquei entrevistar os aposentados do serviço público estadual nas mais diversas atividades que o Programa oferecia no momento da pesquisa de campo.

4.1 A VELHICE NO PAI: A REPRESENTAÇÃO DE SI

Na tentativa de entender as vivências do lazer na velhice, procurei investigar as concepções que velhas e velhos entrevistados apresentaram sobre sua velhice. Diante disso, ao serem questionados sobre o que pensam de velhice, como se autodenominam e como vivenciam sua velhice no PAI, alguns entrevistados negaram a denominação de velhice, por acreditarem estar carregada de sentidos pejorativos e depreciativos. O depoimento transcrito a seguir revela essa realidade:

“Sou um idoso experiente pelo tempo. Não gosto de ser chamado de velho. Velho é mais cansativo, dá ideia de não poder mais fazer as coisas”. (Sr. Achnar).

A negação ou recusa da ideia de velhice está relacionada aos preconceitos, discriminação e estereótipos gerados acerca da velhice nas sociedades no decorrer dos tempos, as quais tendem a massificar a negação da velhice. A visão negativa associada à velhice nos remete a ideia de um ser improdutivo, incapaz de trabalhar e de realizar suas tarefas, semelhante ao que se produzira na Revolução Industrial, quando a velhice representara a perda da força de trabalho, o velho já não era produtor, nem reprodutor (BOSI, 2001).

A ideia do indivíduo velho, que passa a ser tratado como um objeto, algo sem valor, também foi identificada no depoimento da Sra. *Canopus*:

“Não gosto de ser chamada de velha. É como se eu vivesse relaxada, que não me cuidasse”. Sou uma pessoa idosa”. (Sra. Canopus).

Neste relato, a concepção de velho remete à pessoa que não se cuida, relaxada. Essa imagem tornou-se comum nas sociedades atuais, onde a “cultura que se tem que é da velhice infeliz” (ZIMERMAN, 2000, p. 28). Para muitas pessoas, quando se fala em velho a imagem que vem à mente é a “de um sapato gasto, furado, que não serve para mais nada” (ZIMERMAN, 2000, p. 28). A velhice, neste caso, cabe também à imagem de decrepitude e ridicularização semeada no Período Renascentista, onde os velhos eram comparados a cadáveres e farrapos humanos (BEAUVOIR, 1990).

A própria instituição onde a pesquisa foi realizada retrata essa negação do termo velho, subsistindo a expressão velho pelo termo idoso. Ao visitar o centro terapêutico, me deparei com um cartaz que faz a distinção entre velho e idoso (Figura 6).



Figura 6 - Cartaz sobre velho e idoso

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ser velho, conforme destacado, está associado à tristeza, à infelicidade e representa uma pessoa que “reclama de tudo”, “amargurada”, “apagado da vida”, “fica esperando a morte”, “vive com saudades do passado”. Esses modos de pensar refletem o estereótipo negativo, criado sobre velhice e velhos e a valorização do ser idoso, como uma pessoa que “curte a vida”, “adora viver”, “tem sonhos, objetivos” e “busca sempre a felicidade”. No Brasil, a partir dos anos de 1960, os termos velhice e velho foram paulatinamente substituídos pelo termo idoso (PEIXOTO, 2007), tornando-se legítimos na visão estereotipada. Essa substituição deu em virtude do termo velho está relacionado à ideia daquele sem status social, sem trabalho e desassistido pelo Estado (PEIXOTO, 2007). Já a imagem criada da velhice, a partir do termo idoso, expressa uma visão positiva, respeitosa e ativa, contrapondo-se à de velho.

A esse respeito, o Sr. *Alfa Centauri* é emblemático na sua afirmação ao dizer que já passou da condição de ser velho e explica o motivo, fazendo uma distinção entre ser velho e ser idoso.

“Velho é aquele que perdeu o prazer de viver, que espera apenas pela morte. [...] Hoje eu não sou velho, eu sou idoso! Sou aquele que quer continuar vivendo a cada minuto das 24 horas do dia. A pior coisa é ficar pensando na morte, porque não adianta pensa na morte, porque ela naturalmente vem no dia certo. Se ficar pensando vai perder muito tempo da vida que lhe resta”. (Sr. Alfa Centauri).

No trecho extraído da entrevista com esse participante, pude inferir as termologias velhice e velho à negatividade, pois ao se autodenominar como não velho, busca desvencilhar a sua condição - de velho - dos marcadores estigmatizantes. Os preconceitos associados ao envelhecer se constituem como um conjunto de representações formado e atribuído a esse envelhecer, os quais exercem papel significativo na configuração da velhice (DEBERT, 2004).

Contudo, nem todo velho entrevistado elabora a imagem da velhice de forma negativa. Os resultados da pesquisa demonstram que os termos velhice e velho são também percebidos positivamente e aceitos, conforme explicita a fala a seguir:

“Eu sou velha! eu visto a camisa e digo que sou velha!”. (Sra. Capela).

O reconhecimento de si, da sua condição de velho, já é o primeiro passo para desnaturalizar essas ideias preconcebidas e estereotipadas acerca da velhice. *“A pior coisa é renegar o que você é”*, conforme palavras do entrevistado Sr. Spica. Não existe defeito em ser o que é, ser velho é uma forma de empoderamento, de resistência às mudanças impostas pela sociedade arraigada por concepções pejorativas e preconceituosas. A velhice, como autoaceitação de uma fase da vida, fica evidente na fala do Sr. Spica:

“Medo da velhice não tenho, porque já sou velho! Como é que eu sou uma coisa e não engolir!” (Sr. Spica).

Vale ressaltar que a velhice ainda assume posição contrária a juventude. O depoimento transcrito a seguir, condiz com essa realidade:

“Não me incomoda não. Eu não me considero velha, velha, velha não! Eu ainda me considero uma pessoa bem... capaz de exercer minhas funções, graças a Deus. Não tem problema nenhum. Acho até bonito quando me chamam de velha. Eu acho lindo. Sou uma velha nova. 70 anos pra mim tá muito jovem”. (Sra. Rigel).

A velhice, manifesta-se como oposto de vida e sinônimo de finitude, ocupando campo contrário à juventude. Essa dualidade, conforme destacado por Sobrinho (2007), é reflexo das práticas divisórias que atribui ao velho que deseja ser sempre jovem, ou por ter receio de ser discriminado pela sua aparência, pela sua condição física ou intelectual, ou por associar a velhice à proximidade da morte.

A Sra. Rigel, apesar de se reconhecer como uma pessoa velha, considera-se uma velha nova, por acreditar que ainda exerce suas atividades conforme fazia quando era mais jovem. Contudo, cabe salientar que a visão da velhice como

contraponto da juventude não é difundida apenas pelas pessoas consideradas “mais jovens”, mas pelos próprios velhos, que naturalizam a ideia de que ser jovem é melhor e mais fácil, jovem pode fazer tudo por não ter limitações físicas.

Os relatos apresentados nos levam a considerar que os termos velhice e velhos possuem tanto aceitação quanto negação no imaginário das pessoas envelhecidas. Nas entrevistas com alguns integrantes do grupo AAGEN, soube que estes participavam do Boi “Estrela do AAGEN” e que compuseram uma canção a respeito da valorização do ser velho, conforme apresento a seguir.

*Ser velho não é defeito,
É resistência, é poder.
Deixe esse preconceito
E vem gerenciar teu envelhecer.
Faz tua história bonita para teu neto sorrir.
Na estrada da tua vida,
As tuas pegadas alguém há de seguir.
Você me chamou de velho para me discriminar
O que você,
Eu já fui.
O que eu sou você será!
Será? Que será?*

(Compositor - Lobato / Boi “Estrela do AAGEN”)

A essência desta canção já revela a necessidade do auto reconhecimento de ser velho, da sua condição de velho, já é o primeiro passo para desnaturalizar essas ideias preconcebidas e estereotipadas acerca da velhice. Não existe defeito em ser o que é, ser velho é uma forma de empoderamento, de resistência às mudanças imposta pela sociedade ainda arraigada por concepções pejorativas e preconceituosas. A trajetória que se faz até a velhice também é um motivo de orgulho, que merece ser seguido por outras gerações. As pessoas mais jovens que discriminam os velhos, esquecem que um dia elas serão também. Implicitamente, o discurso imbuído na canção nos revela que a velhice pode ser vivida e vivenciada de maneira prazerosa, alegre, com histórias de vida bonita dignas de serem reconhecidas, assumidas e seguidas. Além disso, na canção, o compositor desafia as pessoas a chegarem a ser velhos um dia. Será que elas conseguem?

É de forma sarcástica, que o compositor contrapõe velhice e juventude, enaltecendo a velhice como uma fase importante da vida, que merece ser vivenciada como as demais faixas etárias. Por isso, alerta as pessoas mais jovens (e para os próprios velhos) de que chegar até a velhice é um desafio que nem todos são capazes de enfrentar e conquistar.

Para alguns entrevistados, a concepção de velhice e ser velho não interfere no seu cotidiano e no seu modo de vida, já que o que prevalece é a sua identidade pessoal. Fica claro, no trecho a seguir, que os julgamentos que permeiam as categorias velho e idoso não definem o que realmente essas pessoas são.

“Tanto faz! Eu prefiro ser chamada pelo meu nome (Risadas)”. (Sra. Arcturus).

Através desse discurso, a negação e a afirmação de uma definição depende muito da filosofia de vida de cada um, dos valores pessoais e sociais, construídos durante toda a vida. Conforme destacou Mercadante (2004), a velhice é uma condição heterogênea, o que torna o processo de envelhecimento, o envelhecer, diferente para cada indivíduo.

Outro aspecto relevante diz respeito aos eufemismos da velhice e do ser velho. No depoimento da Sra. Vega, observa-se que a divisão supostamente existente entre ser velho e ser idoso é desconsiderada, superando os eufemismos criados para mascarar a velhice:

“Essa história de ser idoso, ser velho... me dê um sinônimo de idoso de que não seja velho?” (Sra. Vega).

Nesse sentido, os termos *idoso*, *melhor idade*, *terceira idade* são representações sociais criadas para naturalizar a velhice e o ser velho. Conforme já referenciado, as representações sociais da velhice surgem como expressões classificatórias do ser velho, ou seja, o que faz uma pessoa ser considerada velha, são as várias interpretações associadas à velhice.

As representações sociais da velhice tornam-se abstratas à medida que estes são compreendidas com uma massa homogênea, com as mesmas qualidades e atributos. A velhice não pode ser tratada como única, cada pessoa envelhece a sua maneira e por isso devemos considerar os fatores influenciadores que envolvem toda a trajetória de vida desse indivíduo (MERCADANTE, 2004), bem como os critérios de distinção que determinam a velhice.

Os critérios que determinam o ser velho são apontados nos discursos de velhos e velhas entrevistados nesta pesquisa, sendo mais visualizados os critérios cronológicos, biológicos, psicológicos e pessoais. Assim, quando questionados acerca do que é velhice e quais critérios são determinantes para considerar uma pessoa velha, muitos explicitam através de suas próprias histórias de vida.

É o caso do Sr. *Spica*, que explicita a representação que tem de velhice a partir da sua própria vivência, acionando o critério da idade cronológica para defini-la:

“A velhice é determinada pela idade. No dia que completei 65 anos, no dia do meu aniversário, eu dei entrada na minha carteira. Hoje eu sou oficialmente idoso”. (Sr. Spica).

Na concepção do Sr. *Spica* a idade em que se percebeu como velho foi quando completou 65 anos de idade, já que esta data ficou marcada com a retirada da carteira de idoso, permitindo assim que o entrevistado tirasse sua carteira de passe-livre, que possibilita gratuidade nos transportes públicos de São Luís. Dessa forma, o critério utilizado pelo entrevistado Sr. *Spica* é o cronológico: que caracteriza a idade da pessoa a partir dos dias, meses e anos de vida que possui (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Na maioria dos casos, as instituições governamentais elaboraram políticas públicas levando em consideração este critério. No Brasil, por exemplo, o Estatuto do Idoso estabelece a idade de 60 anos como um marco cronológico para a velhice. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelece como critério de garantia para esse benefício a idade mínima de 65 anos.

Contudo, o critério idade não é visto por todos os entrevistados como marcador da velhice. O Sr. *Antares* não se reconhecia como velho, ainda que apresentasse a idade de 69 anos, ou seja, negava que a sua idade não o fazia ser velho. Somente ao ser reconhecido na condição de velho, aos olhos de outra pessoa, o fez perceber-se como alguém que estaria em processo de envelhecimento, conforme explicita:

“Eu estava em uma fila do banco, quando uma pessoa chegou perto de mim, pegou na minha mão e me levou pra fila de idosos. Eu já tinha 69 anos. Foi aí que eu disse: eu já ‘tô’ ficando velho mesmo”. (Sr. Antares).

O depoimento dele nega e ao mesmo tempo afirma a idade que o seu corpo assume em função do tempo. Nega porque ele, mesmo com 69 anos, até então não se sentia velho, tanto que não estava na fila para o atendimento preferencial; porém, só se deu conta quando alguém o conduziu para a fila, o que fez com que se reconhecesse como alguém velho através da idade que lembrou ter. Diante deste episódio, observamos que o critério biológico fora acionado a partir do momento que a idade é determinada pela aparência física que o corpo demonstra. Os aspectos físicos e biológicos como critérios de identificação da velhice é ressaltado pelo

entrevistado Sr. *Antares*, ao mencionar que a sua aparência despertou na atendente de uma agência bancária a noção de que estava velho. O envelhecimento celular, à medida que a idade avança, pode trazer limitações que afetam a saúde e fazer diminuir as probabilidades de sobrevivência. É o caso da Sra. *Hadar*, que explicita a representação que tem da velhice a partir das suas limitações ocasionadas pela velhice:

*“Hoje eu vou aonde eu quero. Mas eu tenho minhas limitações. Eu não tenho mais capacidade de ir ao show, de ir a uma festa. Só vou se tiver alguém”.
(Sra. Hadar).*

A idade biológica aparece de forma reiterada no relato da entrevistada, em que aborda o desgaste físico como marcador da velhice, ou seja, a sua velhice perpassa por limitações corporais ocasionadas pelo processo de envelhecimento. As limitações da Sra. *Hadar* em se deslocar de um local para outro pressupõem que perturbações associadas ao envelhecimento celular surgiram com a idade. Como já defendido por Silva (2006), o envelhecimento celular, à medida que a idade avança, pode ocasionar complicações referentes a mobilidade física. Contudo, diante da complexidade do envelhecimento humano, envelhecer não é um processo idêntico para todos, o que nos leva a refletir que a velhice é uma consequência do processo de envelhecimento e assim como qualquer outra fase da vida, pode ou não ser acometida por limitações ou doenças. Cabe destacar, que com o avanço da idade, as transformações internas e externas ocorridas no corpo podem gerar interpretações dúbias, o que dificulta distinguir entre os aspectos biológicos da velhice e das doenças.

Assim, alguns estabelecem relação velhice e doença, conforme enfatizada no depoimento a seguir:

“Velhice está relacionada à doença. Quanto mais você está doente, mais velha fica”. (Sra. Rigel).

As doenças, como reflexo da velhice, emergem da visão generalizada das áreas da saúde, que homogeneíza a velhice ao se preocuparem em curar as doenças que os velhos venham a desenvolver nesta fase da vida, bem como manter a saúde destes. Em nosso imaginário, tal associação contribui para disseminar imagens negativas e preconceituosas da velhice e do ser velho, como por exemplo: velho doente, dependente, inútil e isolado; a velhice se vê como dependência, abandono, decadência física e pobreza. Porém, como já salientei anteriormente, a velhice não é uma doença, e sim, uma consequência do tempo.

Outro critério observado para determinar as pessoas velhas é o critério psicológico. A entrevistada, Sra. *Aldebaran*, ressaltou que a velhice começa no momento em a pessoa desiste de viver:

“Acredito que é quando uma pessoa desiste de viver a vida, de viver os momentos e se enclausura na sua própria solidão”. (Sra. Aldebaran).

A solidão, conforme explicitado na fala anterior, pode vir a ser um fator desencadeador para várias alterações psicológicas, como lapso de memória, diminuição de rendimento intelectual, depressões, obsessões e um possível quadro de demência (COSTA, 1998; GATTO, 2005; HALES; YUDOFISKY; GABBARD, 2012). As alterações psicológicas podem vir a aparecer por uma série de eventos ocorridos em momentos anteriores a vida do velho. A exemplos, a perda de um ente querido, a condição financeira ou conflitos familiares, tudo isso acaba impactando no modo como esse indivíduo vive sua velhice.

Entretanto, não existe uma forma exata de determinar quando começa a velhice, através de aspectos psicológicos, pois tais “marcadores” são ineficazes para delimitar o processo de envelhecimento. Há ainda de se considerar a influência da subjetividade do velho e sua relação com a velhice, ou seja, a avaliação que cada um faz de seu envelhecimento em comparação a outros indivíduos de mesma idade (NETTO; BORGONOV, 2005).

A Sra. *Aldebaran*, ressalta, em sua fala, que a idade que tem, assim como o fato de ser denominada de velha ou idosa, não a incomoda, pois o importante é o que ela sente:

“Eu não me incomodo de ser chamada de velha, idosa ou da terceira idade, o que é importante é o que eu sinto”. (Sra. Aldebaran).

Neste caso, a idade da Sra. *Aldebaran* está ligada às suas vivências internas, isto é, refere-se à idade que a pessoa sente no seu interior, é a sensação íntima de ser e estar com menos ou mais idade do que a real, ou seja, “é aquela que a própria pessoa determina, que o seu espírito sente, em que a sensação de estar com idade respectiva é mais forte do que qualquer ruga na face” (COSTA, 1998, p. 33).

Para além das dimensões cronológica, biológica, psicológica e pessoal, a velhice deve ser também entendida a partir da dimensão sociocultural. A idade social diz respeito à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos

papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade, num dado momento da história de cada sociedade (NERI, 2001). Os papéis sociais adotados pelo indivíduo (e em algumas situações, impostos pela sociedade em que vive) direcionam seu lugar na sociedade de acordo com o dado momento histórico. Com isso, tornam-se mutáveis à medida que se envelhece.

É na velhice, por exemplo, que muitas velhos assumem os papéis de aposentados. Para os velhos, a aposentadoria pode representar desde um sentimento de perda, de início da velhice e de aproximação da finitude, até uma nova fase da vida, na qual as atividades de lazer são consideradas centrais pelo velho aposentado e ocupam um lugar importante em sua vida e no uso do seu tempo (SANTOS, 1990). Na fala do Sr. *Antares* é possível observar que a aposentadoria não foi considerada uma conquista e sim uma perda, consoante ressalta:

“Me obrigaram a aposentar. Perdi muito do meu salário. A idade chegou e o tempo de trabalho ficou para trás. Eu não ganhava mal, mas dava pra viver. Eu acho ruim essa palavra aposentado!”. (Sr. *Antares*).

Esse depoimento também nos remete à aposentadoria como um critério socialmente reconhecido da velhice, apontada assim por mudanças de papéis sociais e sendo o marco da velhice. Os papéis sociais na vida de uma pessoa são mutáveis, à medida que se envelhece. Rodrigues, Rauth e Terra (2010) enfatizaram que é na velhice que as perdas tornam-se significativas sejam elas por fatores econômicos com o advento da aposentadoria ou efetivos, com a morte do cônjuge ou de um familiar.

Desta maneira, ao falar em aposentadoria, não podemos deixar de associá-la às mudanças (real e concreta) na vida do indivíduo velho, principalmente quando há ruptura com o mundo do trabalho. Segundo Santos (1990), ao se aposentar, o velho pode se deparar com um misto de sentimentos –solidão, angústia, alívio, felicidade, tristeza, desespero, dentre outros. Nesse processo cabe ao velho reconstruir sua identidade no novo momento da vida e atribuir novos significados para o tempo que irá ocupar e aos espaços que irá frequentar.

No intuito de encontrar respostas para as inquietações iniciais sobre vivenciar a velhice no PAI, acredito que compreender com esse velho (ou idoso para os que preferem esse termo) se reconhece e reconhece o seu próximo, foi um dos grandes desafios. Os relatos demonstram que os termos velhice, velho, idoso e terceira idade referem-se a certos valores sociais pelos quais são legitimados e consequentemente percebidos nas práticas dos entrevistados. Os velhos tornam-se

produto e produtores das classificações da velhice no PAI. Nesse caso, o que se percebe é que, embora não se busque explicitamente a distinção, ela existe, a partir do momento que o aposentado se dirige ao que Bourdieu (2007, p. 164) denomina de estilo de vida. Conforme o autor destaca:

Os estilos são assim os produtos sistemáticos dos hábitos que, percebidos em sua relação mutua segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se esqueça de signos totalmente qualificados (como distintos, lugares, etc).

É pertinente ressaltar ainda que os estilos de vida são fruto das escolhas do indivíduo, conseqüentemente, tais escolhas influenciam no seu modo de pensar, de agir e de ser. Neste sentido, o estilo de vida significa possuir um conjunto de práticas mais ou menos integrado, capaz de dar forma material a uma narrativa particular de auto identidade. No caso específico dos velhos do PAI, os mesmos se classificam e são classificados como um indicativo do que são, do que fazem, porque fazem, como fazem e quando fazem.

4.2 O LAZER NO PAI NA PERCEPÇÃO DE QUEM VIVENCIA

A relação estabelecida entre o PAI e os velhos através das atividades desenvolvidas pelo Programa, geram valores sociais às categorias velhice e lazer, representações comuns, legitimadas e compartilhadas pelas pessoas e pelo coletivo. Neste sentido se faz necessário, para desvelar a relação de posse, de apropriação dessas representações por seus possuidores (BOURDIEU, 2010), explicitar as diferentes concepções de lazer que as velhas integrantes do PAI apresentam, seja nas práticas de suas atividades ou não.

Desta forma, ao serem questionados sobre como concebem o lazer, os entrevistados apresentaram várias interpretações. O depoimento do Sr. *Alfa Centauri* consubstancia essa realidade, sendo que, na sua concepção, o lazer assume vários pontos de vista. Conforme destaca:

“Existe várias maneiras de se ver o lazer. É aquilo que foge do cotidiano que a gente faz naturalmente. Dar a si mesmo o prazer de algo diferente. É aquilo que a gente faz como se tivesse fazendo uma terapia”. (Sr. Alfa Centauri).

Neste caso, o lazer está associado a ideia de fuga do cotidiano, a busca pelo prazer e a qualidade de vida, o que retrata bem as dimensões do tempo, da

atitude e do espaço de lazer que foram discutidas anteriormente. São essas dimensões que revelam o entendimento do lazer em sua totalidade (MARCELLINO, 2006; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Quando o lazer é examinado pelo prisma temporal, muitas vezes, seu significado remete às representações tempo liberado do trabalho, tempo de não-trabalho e tempo livre. Na fala do Sr. *Alfa Centauri*, ao mencionar que o lazer é aquilo que foge do cotidiano, observa-se a alusão ao tempo liberado das obrigações rotineiras. As atividades voltadas ao lazer aparecem apenas depois das obrigações trabalhistas, das familiares, das necessidades básicas, entre outras.

A noção de lazer, como contrapondo ao tempo de trabalho, tomou essa configuração no período industrial, em meio às tensões do sistema capitalista. De um lado, a classe trabalhadora, que reivindicava seus direitos, do outro, a classe burguesa, que não via com bons olhos essas mobilizações (MELO; ALVES JUNIOR, 2003). Assim, diante de conflitos e lutas trabalhistas, vislumbramos o que conhecemos hoje como concepção de lazer, como um tempo de descanso, de compensação e reposição de energias, liberado de obrigações familiares, sociais, religiosas ou políticas (DUMAZEDIER, 1979). A função de descanso refere à liberação da fadiga provocada pelo trabalho ou pela rotina, e sendo o lazer o intento de reparação (DUMAZEDIER, 1979). É nessa perspectiva, que lazer e trabalho ocupam espaços antagônicos: lazer situado como “tempo liberado” do trabalho (MARCELLINO, 2006). Há autores que consideram essa concepção de lazer como uma forma de compensação e de reposição das energias, proveniente do período antigo, especificamente do povo romano. Esta sociedade acreditava que o tempo livre serviria como momento de reposição de energias e de descanso do trabalho (GOMES, 2004; GOMES, 2008). Dessa forma, a diversão e o entretenimento eram necessários para manter a preservação das condições de trabalho.

O lazer, quando observado como um tempo de distração, de diversão, de entrega, incide na representação de manifestação humana, ou seja, traz a ideia de mudanças de atitudes, suficientes para alterar os padrões de comportamento do indivíduo e a sua maneira de viver em um espaço, em uma determinada *região*, consoante destacado na fala a seguir:

“Significa se divertir, você se entregar a alguma atividade, ficar esquecido das preocupações do mundo, você ficar concentrado em se divertir”. (Sra. Vega).

Para a Sra. *Vega*, o lazer é o momento em que as pessoas podem relaxar, descontraír e se divertir. Os elementos que surgem desta fala indicam que o lazer teria a função de compensar certas experiências vividas no cotidiano. As atividades vivenciadas também proporcionam uma excitação agradável ou um estímulo das emoções por meio das escolhas e vontade de cada um, ou seja, oferece oportunidades de experimentar uma estimulação agradável de suas emoções, uma divertida excitação que pode ser compartilhada em grupo e desfrutada com aprovação (ELIAS; DUNNING, 1992). Ao destacar o aspecto diversão, a Sra. *Vega* expressa a questão de um tempo dedicado para si, de contemplação, no qual se faz aquilo que se gosta a partir das atitudes tomadas para sua escolha.

Quando um sujeito escolhe uma determinada atividade de lazer para contemplar, suas atitudes estão dotadas de cargas afetivas, cognitivas e comportamentais (CAVAZZA, 2008), o que reflete naquilo que ele pensa, sente e tem a intenção de fazer com relação à atividade escolhida. Assim, o aspecto atitude, no lazer, caracteriza-se pela relação entre o sujeito e a experiência vivida na atividade, considerando as especificidades como a possibilidade de escolher, dentre vários motivos, a atividade que vai de encontro ao seus interesses, a livre adesão desse sujeito e a satisfação provocada por esta atividade.

Do mesmo modo, o lazer se difere pelos conteúdos apresentados em cada atividade e os interesses de cada participante. O depoimento da Sra. *Canopus*, que frequenta as aulas de alongamento e hidroginástica, apresenta a seguinte concepção de lazer:

“Lazer é o seguinte: é fazer os meus movimentos. O lazer é o que traz de bom para a saúde”. (Sra. Canopus).

Nesse depoimento, a escolha pelas atividades de alongamento e hidroginástica da entrevistada reflete a distinção dos conteúdos das atividades de lazer, sendo estabelecida pelo que o autor Marcellino (2006) denomina de opção, ou seja, a escolha de uma determinada atividade de lazer é estabelecida em termos de predominância, representado pelas escolhas subjetivas de cada participante e seus interesses em relação aos conteúdos dessas atividades.

Nesse sentido, ressalta também o Sr. *Betelgeuse*, que pratica o futsal e descreve o lazer como:

“Lazer é esporte, terapia”. (Sr. Betelgeuse).

A classificação dos conteúdos das atividades de lazer podem ser agrupadas de acordo com o predomínio destes nas atividades, conforme ressalta Dumazedier (1979). Assim, o que motiva a Sra. *Canopus* e o Sr. *Betelgeuse* a participar das atividades do PAI são os seus interesses pelo conteúdo das aulas, os interesses físico-esportivos, em prol da melhoria da qualidade de vida, do bem-estar físico e mental. Os interesses físico-esportivos são caracterizados por Dumazedier (1979) como predomínio das modalidades esportivas e físicas, em prol da melhoria da qualidade de vida. O lazer é relacionado à busca da saúde, do bem-estar físico e mental.

Nas falas dos entrevistados sobre suas vivências de lazer, pude apreender outros elementos que estão presentes nas suas concepções. Nesse aspecto, conforme o Sr. *Alfa Centuri*:

“O pescar é um lazer muito gostoso”. (Sr. Alfa Centauri)

O lazer do Sr. *Alfa Centauri* é pescar, é ter contato com a natureza, com o meio ambiente, com a tranquilidade e o sossego do local onde pesca. Para ele, esses momentos são de lazer porque se diverte e se distrai.

Outros aspectos observados nas entrevistas reflete o que Elias e Dunning (1992) denominam de componentes essenciais para as práticas de lazer: a sociabilidade (caracteriza-se como um sentimento agradável que transmite um prazer desinteressado de estar em companhia de outras pessoas), a mobilidade (aduz a ideia de movimento através das atividades de lazer) e o mimetismo (remete a vivenciar as atividades de lazer de maneira singular, diferentemente do que já fora experimentado em outros momentos da vida). Esses componentes perpassam por todos os entrevistados. O valor aferido ao componente sociabilidade, por exemplo, é referenciado pela Sra. *Prócion*, ao relatar o seu vivenciar de lazer nas oficinas da memória.

“O meu lazer é o grupo” (Sra. Prócion).

As motivações dizem respeito, muitas vezes, à ideia de prazer e entretenimento, de relaxamento, de convívio com outras pessoas da mesma idade ou com outras gerações, sendo estes considerados fatores integrais do lazer (ELIAS; DUNNING, 1992). Neste caso, a Sra. *Prócion* caracteriza seu lazer a partir da interação que mantém com outras pessoas e que lhe proporciona uma sensação agradável de estar com essas companhias.

A questão da mobilidade está expressa principalmente no depoimento da Sra. *Canopus*, ao mencionar que o lazer é fazer seus movimentos na aula de hidroginástica e alongamento. Esta entrevistada relaciona as escolhas pelas atividades que pratica as suas necessidades de se manter sempre em movimento.

Contudo, vale ressaltar que as escolhas por uma atividade específica de lazer nos remonta também à construção da história de vida desses aposentados. Ao serem questionados sobre o que faziam de lazer quando mais jovens e os motivos que os levaram procurar o PAI, observei que alguns aposentados já praticavam as atividades anteriormente ou possuíam alguma afinidade com a atividade que viera a participar no PAI. A esse respeito, o depoimento a seguir ilustra tal afirmação:

“Jogo futebol desde novo”. (Sr. Betelgeuse).

Ao se aposentar, o Sr. *Betelgeuse* optou por futsal no PAI, uma vez que jogava futebol desde novo. O Sr. *Antares*, por sua vez, explicita em seu depoimento que:

“Quando mais jovem eu era artista (referindo-se a sua paixão pela alfaiataria). Era o que eu gostava de fazer!”. (Sr. Antares).

Em sua fala, fica evidente que Sr. *Antares*, durante a prática da alfaiataria, teve afinidades com a música e o vocal, muito antes de se aposentar e de frequentar o PAI. Por gostar de cantar e ouvir música enquanto costurava, justifica sua escolha pela atividade no canto coral no PAI, conforme explícito neste trecho: *“era minha paixão, o que gostava de fazer”*. (Sr. *Antares*).

Outras motivações identificadas nos depoimentos foram a busca do lazer como uma forma de compensar alguma perda sofrida, ou ainda por não poder usufruir desses lazes quando ainda trabalhavam. A perda familiar da entrevistada Sra. *Vega* a fez frequentar o grupo GEN, quando ainda funcionava no Hospital Dr. Carlos Macieira e que integra atualmente o PAI. Em sua fala a informante ressalta que:

“Por um problema pessoal, a perda da minha irmã, me levou a frequentar o grupo. A solidão dói muito”. (Sra. Vega).

A Sra. *Vega* relatou que sempre viveu com a irmã e que as duas nunca casaram e não tiveram filhos. Com a perda da irmã, mergulhou de cabeça na solidão e depressão. E assim:

“O grupo foi uma solução, um remédio para sair dessa situação, me dedico integralmente a ele”. (Sra. Vega).

As perdas familiares também se estenderam à Sra. *Capela*, conforme exposto no depoimento a seguir:

“Eu entrei no GEN, depois que mataram meu filho, eu morri com ele e não queria mais viver; foi aí que conheci a Dra. Jacira e estou aqui no PAI”. (Sra. Capela).

A fala da Sra. *Capela* expressa o processo do luto vivenciado pela morte do filho e que diante de imensa perda, buscou ajuda profissional ainda quando o AAGEN fazia parte do Projeto GEN, no Antigo Hospital Carlos Macieira. A partir daí, passou a frequentar as reuniões do Grupo, e atualmente integra o grupo do bumba-meu-boi Estrela do AAGEN como cantadora e participa das aulas de canto coral e oficina da memória.

As atividades de lazer, além de preenchimento deixado por uma perda familiar ou por motivos que antecederam a aposentadoria, podem ser concebidas como um tempo dedicado para si, como um momento de vivenciar uma atividade prazerosa, que até então não poderiam ser realizadas por conta das atividades profissionais e rotineiras. A Sra. *Aldebaran* expôs em sua entrevista que trabalhou muito na sua vida, não tinha tempo para o lazer. Agora que já está aposentada, não se vê mais no mundo do trabalho, além de aproveitar a vida, conforme relata no depoimento a seguir:

“Eu trabalhei muito na minha vida e quando era jovem não podia ter lazer. Essa é que é a verdade! Aí trabalhava de manhã, de tarde e de noite, cuidava de filho, tomava conta de casa. Agora eu estou descontando o velho e o novo”. (Sra. Aldebaran).

Percebo em seu depoimento que o lazer, atualmente, ocupa função importante na sua vida. Ao ser questionada o que faz em seu tempo livre, a informante fala de sua rotina e ratifica, através das atividades que considera como lazer e o tempo diário que dedica para o lazer, consoante destaca:

“Gosto de ir ao shopping, ir no cinema, teatro, gosto de música clássica e popular brasileira. Fora os afazeres de casa, eu saio com as amigas, tomamos chá”. (Sra. Aldebaran).

O lazer, em sua plenitude, direciona as pessoas a utilizarem seu tempo livre em busca de atividades ligadas à cultura, à interação social e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal. A visão do trabalho, como um tempo de produção e reprodução, perde seu espaço para um lazer emancipatório, ligado às atividades culturais e ao desenvolvimento pessoal. Consoante Santos (1990), o lazer na vida dos

aposentados pode ser vivenciado de forma mais concreta, pois para alguns, suas atividades laborais foram suspensas com a aposentadoria. É nesta fase da vida que as atividades de lazer podem ser consideradas centrais para a maioria do aposentado e ocupam um papel importante na vida, na questão de preenchimento do tempo e espaço deixados pelo afastamento do trabalho (SANTOS, 1990).

Embora esteja se falando de aposentados, que possuem tempo livre para dedicar-se integralmente ao lazer, muitas vezes, esse tempo é substituído por obrigações domésticas, trabalhos informais ou por uma nova profissão.

A Sra. *Sirius*, por exemplo, que é aposentada e vive com uma renda de um salário mínimo, descreve que faz bonecos e tapetes para vender, sendo uma forma de complementar a sua renda. Diariamente, antes e depois de suas atividades, a Sra. *Sirius* passa pelas salas dos funcionários e de alunos oferecendo seus produtos. O Sr. *Betelgeuse* relata que mesmo aposentado do Estado, continuou a dar suas aulas nas universidades particulares como professor de matemática. O Sr. *Spica* conta que continuou a trabalhar mesmo depois de aposentado, como instrutor de trânsito e palestrante.

“Tenho alunos que dou treinamento para dirigir e faço palestras para idosos a respeito de trânsito”. (Sr. Spica).

Diante do exposto, observo que há situações em que a renda da aposentadoria não garante a subsistência dos velhos. No Brasil, a velhice, como uma fase improdutiva, vem sendo desconstruída e isso tem sido constatado nos últimos censos demográficos. Na estrutura familiar, principalmente as mais pobres, a renda dos velhos é a fonte principal de provento, ou senão a única (CAMARANO; PASINATO, 2004). Desta forma, o aposentado não se isenta de continuar a sustentar sua família, pelo contrário, suas despesas tendem a aumentar cada vez mais, com os gastos de medicamentos e tratamentos com saúde, e auxílio financeiro dos filhos e netos (SIMÕES, 2004).

Contudo, o rompimento com o trabalho, por meio da aposentadoria, não pode ser generalizado, assim como o lazer não pode ser tratado apenas como uma compensação nesta fase da vida. Há casos em que os velhos, mesmos aposentados continuam a desempenhar outras atividades remuneradas, sendo elas ou não informais. Há situações em que, diante da estabilidade financeira que detêm, os aposentados podem viver somente da renda da aposentadoria e usufruir das atividades de lazer em sua plenitude, tornando-as centrais para sua vida. A meu

entender, quando a aposentadoria é vivida em sua plenitude, ela se torna uma aliada para a contemplação do lazer.

Ao serem questionados sobre a importância do lazer e do PAI, exponho a fala do Sr. *Spica* que retrata a relevância do PAI para sua vida:

“(PAI) É importante para orientação”. (Sr. Spica).

Diante desse questionamento, o entrevistado relata sua opinião de aceitação, como forma de orientação para os velhos, seja para as práticas de atividades ou para os demais serviços que o PAI oferece. Nessa mesma direção, a Sra. *Capela* expõe a sua visão sobre a importância do lazer para a velhice:

“O lazer é de fundamental importância para o idoso e oferece tudo para o idoso ter qualidade de vida”. (Sra. Capela)

O lazer oferecido pelo PAI, através das atividades físicas e culturais e dos eventos socioculturais, não assume apenas o aspecto de espaço físico-geográfico, mas um espaço social, construído por proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades (BOURDIEU, 2010).

É nesse sentido, que se coloca o espaço onde são realizadas as atividades, como uma forma de espaço culturalmente construído, com sistemas de valores que têm levado os velhos a procurarem e a buscarem o seu lugar: o lugar de identidade pessoal e coletiva. Os velhos afirmam a natureza de suas identidades por meio de suas atitudes, pelas escolhas que fazem quanto à atividade frequentada e de que forma as realizam.

É pertinente assimilar que, ao caracterizarem a importância do lazer no espaço social onde acontecem as atividades, o PAI é reconhecido como um lugar de identidade. As pessoas conseguem se ver nele, conforme fragmento apresentado abaixo:

“O PAI é importante para os idosos. Muitos elogiam a atitude do PAI em oferecer essas atividades. Tem gente que vem pra cá e passa o dia inteiro”. (Sra. Aldebaran).

Ao que tudo indica, as diferentes manifestações e práticas de lazer que cada velha e velho possui, bem como as preferências, os gostos e estilos de vida que mantém, revelam que o espaço destinado ao lazer está para além do consumismo ou como um lugar de fuga das obrigações rotineiras. O lazer torna-se um direito social, à medida que o PAI, um lugar de construção de identidade, de direito e de exercício da

cidadania; um programa público estadual, que inclui cidadãos velhos, já aposentados, que dedicaram suas vidas ao serviço público do Estado, a gozarem de serviços e atividades que promovem atividades de lazer. Assim, a importância de se refletir políticas públicas de lazer voltadas aos velhos de nosso país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas apresentadas, penso que a melhor maneira de concluir este trabalho é apontando o que apreendi sobre as concepções de lazer na velhice e para velhice, acionadas nas práticas de lazer (ou não) por velhas e velhos aposentados do serviço público estadual do Maranhão, trazendo à tona a articulação entre as categorias lazer e velhice. A partir do referencial bibliográfico que norteou a construção das categorias lazer e velhice, bem como o referencial teórico-metodológico de Bourdieu, a pesquisa ganhou formato, permitindo-me olhar para dentro de um programa público estadual voltado ao atendimento do segmento velho que vivencia o lazer na velhice.

Estar imersa no cotidiano dessas pessoas, durante o período de quase dois anos ajudou-me a delinear as temáticas em discussão nesse processo, sendo elas enumeradas da seguinte forma:

1. As concepções de velhice e lazer;
2. Os critérios que determinam uma pessoa velha a partir das dimensões do tempo e do corpo, das dimensões emocionais, afetivos e pessoais, e das dimensões socioculturais; e
3. Os critérios que determinam uma atividade ser considerada de lazer a partir de quem o vivencia, identificando pelo prisma do tempo, das atitudes e do espaço destinado às atividades de lazer.

Desta forma, procurei compreender, dentro de um universo particular, o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI), no município de São Luís/MA, como a temática lazer na velhice e para a velhice se materializa, sendo assim encontrados pontos que se relativizaram, se aproximaram e se contrapuseram ao meu conhecimento prévio.

A partir das análises sob as experiências vividas e vivenciadas com esse grupo social, pude compreender que o lazer na velhice é entendido como um conceito abstrato e subjetivo, vivido e vivenciado de forma individual e complexa, permeado por múltiplas dimensões.

A velhice, como critério de distinção social, surge por meio de representações que os indivíduos ou um grupo social adotam para classificar uma pessoa como velha, o que nos leva a considerar que tais critérios de classificação são,

na verdade, imposições sobre uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade. Criam-se identidades para classificar e agrupar os indivíduos pela faixa etária, gênero, classe social, impondo-lhes limites, muitas vezes arbitrários, e produzindo “uma ordem onde cada um deve se manter em relação a qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p.121).

Nesse sentido, retomo à posição que assumi a favor da utilização da categoria velho nesta pesquisa, enfatizando que esta categoria é legitimada – positiva ou negativamente – conforme as (in) definições de velhice, já que a velhice é uma construção social e histórica: socialmente manipulada e manipulável e em constante transformação (BOURDIEU, 1983). Assim, o uso desse termo, na minha percepção, não acrescenta a imagem da pessoa ‘envelhecida’ valores depreciativos e discriminatórios. Pelo contrário, assim como Zimerman (2000, p. X), acredito que “depreciativo é substituir a palavra velho por eufemismos, como se ser velho fosse um defeito que devesse ser escondido”.

Contudo, na pesquisa realizada no PAI, percebi que o termo velho não é apreciado por todos os sujeitos, sejam eles funcionárias e os próprios velhos. Na tentativa de identificar as concepções de velhice pela Instituição investigada, busquei, através das funcionárias responsáveis diretamente pelo planejamento e organização das atividades do PAI, as definições que o Programa utiliza para classificar a velhice. Como já referenciado, a opção de inseri-las na pesquisa se deu pelos percalços que tive em identificar, nos documentos oficiais, quais as concepções de velhice e lazer utilizadas pelo Programa.

Pude observar, então, que os conflitos e divergências de opiniões entre as funcionárias são presentes no cotidiano do Programa. Em todas as falas houve a unanimidade em denominar todos os frequentadores como aposentados, em decorrência do Programa ter em seu regulamento o atendimento ao público aposentado. Porém, ao instigar como elas se referiam a esses aposentados, a maioria foi a favor do termo idoso, justificando que a sua utilização está associada a questão de respeito. Assim, cheguei a constatação que o Programa, que trabalha o envelhecimento humano, define a velhice a partir do aposentado idoso, sendo largamente difundida a negação da expressão velho entre os integrantes, por meio de palestras, reuniões, de informativos e de cartazes.

Outro ponto que observei diz respeito aos critérios de distinção, em que as funcionárias utilizam a idade cronológica para demarcar a velhice. As mesmas utilizam

a idade de 60 anos para identificar o velho e sustentam suas justificativas com base no Estatuto do Idoso. Vale destacar ainda, em alguns depoimentos, as funcionárias consideram além do critério idade, também a diversidade que engloba a velhice dos aposentados, como os marcadores biológicos, psicológicos, pessoais e sociais.

Diante do exposto, acredito que a representação da velhice e do ser velho pelo PAI, através do ponto de vista das funcionárias, é definida, a priori, como aposentado idoso com idade de 60 anos ou mais.

Quando nos referimos à palavra velho, trazemos à tona referências positivas e negativas dela, que produzem efeitos de afastamentos e aproximações entre sujeitos sociais. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, o *habitus*, como um sistema de disposições interiorizado e incorporado pelas práticas sociais, fundamenta as condutas regulares, que por conseguinte, levam a distintos estilos de vida. São essas disposições que guiam o ser, o estar e o agir de cada indivíduo no mundo, conforme revela Bourdieu (2007). O *habitus* tem sua origem no comportamento, nas preferências e gostos das pessoas, e portanto refletem nas suas práticas. Por sua vez, essas práticas são transferidas para o campo e compartilhadas por todo o grupo, constituindo assim os estilos de vida. Diante dessa exposição e levando em consideração as falas, os gestos, os comportamentos e as atitudes dos velhos envolvidos no processo de construção da velhice, ou melhor, o lugar “de onde eles estão falando”, procurei transpor o meu olhar investigativo para as velhas e velhos aposentados da Administração Pública do Estado do Maranhão, com o propósito de demonstrar que não existe uma única e verdadeira interpretação de velhice, e sim, que é uma representação dentre tantas outras que, dependendo da familiaridade ou do conhecimento, gera várias representações possíveis.

O conceito de velhice acionado pelos entrevistados está carregado de sentidos positivos e negativos, a depender das condições que essas velhas e esses velhos vivem e vivenciam sua velhice. Neste sentido, os relatos demonstraram que os termos velhice, velho e idoso referem-se a certos valores sociais dos quais são incorporados no decorrer de vida dos entrevistados. O *habitus* das velhas e velhos entrevistados torna-se princípios geradores e organizadores das representações que expressam a respeito da velhice, conseqüentemente, reflete o modo como eles vivenciam suas velhices no PAI e como se percebem (ou não) na condição de velhos.

Ao assumirem a categoria idoso como representação da velhice, muitos associaram a ideia de respeito em oposição a imagem negativa do velho. O velho,

para eles, representa um ser improdutivo, incapaz de trabalhar, cansado, relaxado, sem prazer de viver e que está à espera da morte. Cumpre ressaltar que a visão negativa, compartilhada por esse grupo social, justifica-se no comportamento das pessoas em repudiarem a categoria velho.

Quando um determinado grupo toma para si uma verdade, tende-se a justificá-la pela afirmação de suas preferências e gostos e pela negação e recusa de outros gostos, ao gosto dos outros (BOURDIEU, 2007). Assim, nos trechos extraídos das entrevistas com os aposentados, pude inferir que nos termos velho e velhice há negatividade, e que os mesmos buscam desvencilhar sua condição de velho dos marcadores estigmatizantes. Isso revela que, a concepção que esses entrevistados apresentam vão de encontro ao que o próprio Programa concebe sobre velhice e ser velho.

Contudo, nem todo velho entrevistado assume essa postura. Os resultados mostraram que a concepção de velhice e ser velho também são aceitas positivamente no imaginário das pessoas velhas. No ponto de vista desses entrevistados, a velhice é um motivo de orgulho, uma forma de empoderamento e de reconhecimento da sua condição de velho. São essas visões que se aproximam do que eu propus em toda a tessitura do trabalho: o reconhecimento de si como velho como o primeiro passo para desnaturalizar e desmistificar as ideias preconceituosas e estereotipadas da velhice.

É neste embate de e pela legitimação de um ponto de vista, de uma visão de mundo entre aqueles que buscam impor um novo sistema de classificação e os defensores do antigo, que as representações de velhice trazem consigo a classificação dos indivíduos.

Assim, a concepção de velhice deve ser estudada e entendida na ótica da pluralidade, tomando para análise os vários conceitos produzidos a partir dos critérios cronológicos, biológicos, psicológicos, pessoais e socioculturais. Esses critérios foram acionados pelos entrevistados, em certos momentos, com a exemplificação de suas próprias histórias de vida. Dessa forma, os entrevistados relataram a questão de sua aparência, das limitações e dos desgastes físicos, das doenças, da solidão, do afastamento do trabalho com o advento da aposentadoria e da idade, como marcadores da velhice, ou seja, o que determinaram para eles o início da sua velhice ou quando se perceberam como velhos. Um dos relatos que mais se aproximou do que elaborei como conhecimento prévio para determinar o critério de distinção da velhice foi o da Sra. *Aldebaran* que acredita que ser velhos está ligado às suas

vivências internas, isto é, refere-se à idade que o seu espírito sente, independente de idade, de aparência e de papel social que por ventura venha a desempenhar.

É pertinente ressaltar que os relatos demonstraram que o modo como cada entrevistado se reconhece e reconhece o outro como velho (ou idoso) influencia no modo de vivenciar a sua velhice. Assim, os velhos, são produtos e reprodutores das classificações de velhice no PAI, isso significa dizer, a *grosso modo*, que eles mesmos se classificam e são classificados como indicativo do que são, do que fazem, como fazem, porque fazem e quando fazem.

As discussões que se desenvolveram sobre a velhice e os critérios de classificação para determinar uma pessoa como velha serviram de fundamento para analisar como esses sujeitos concebem o lazer na velhice e para os velhos, à medida que se reconhecem e reconhecem o outro por meio das atividades que praticam no PAI. Entendo que o objeto de estudo deve se relacionar com o que está ao seu redor, uma vez que ele não representa nada fora de sua interação com o todo. Assim, o lazer na velhice e para velhice foi investigado a partir das dimensões tempo, atitude e espaço, relacionando-o com os critérios que determinam o ser velho dentro do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA.

A rigor, o lazer vivenciado na velhice acontece nos mais diversos tempo-espacos em que velhos e velhas vivem e convivem. Porém, o acesso às atividades encontram obstáculos para sua contemplação, sejam eles econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos (MARCELLINO, 2006).

O lazer oferecido pelo PAI, através das atividades físicas e culturais e dos eventos socioculturais, assume várias significações a depender do tempo destinado a essas atividades, as motivações dos entrevistados em escolhê-las, bem como os espaços destinados a essas atividades. O PAI caracteriza as atividades de lazer como terapêuticas, em prol da melhoria da qualidade de vida dos velhos. O lazer, também no ponto de vista das funcionárias, está relacionado a diversão, entretenimento, distração e socialização. Dessa forma, o lazer perpassa por todas as atividades desenvolvidas pelo PAI, já que retira o velho da sua rotina, de sua casa para ir se confraternizar, ver amigos, praticar atividades. Os depoimentos das funcionárias possibilitaram-me compreender a visão que o PAI adota para representar o lazer através do desenvolvimento das atividades, sendo as atividades de canto coral, as oficinas da memória, de macramê e de artesanato, as sessões de terapia, de acupuntura, as viagens, as tardes de cinema, as reuniões e palestras mensais

perpassadas pelas concepções de lazer: ocupação do tempo livre, tempo liberado das obrigações profissionais e rotineiras, busca pelo prazer, distração e diversão, um espaço de direito e cidadania, um lugar de construção de uma identidade.

Assim, imersa na realidade dos velhos através das atividades de lazer, identifiquei pelo prisma temporal, pelas manifestações humanas e pelo espaço, que as representações de lazer dos entrevistados remetem ao tempo liberado das obrigações rotineiras, das motivações pessoais associadas a práticas anteriores à aposentadoria, a perdas familiares ou por não usufruírem do lazer quando mais jovens. As atividades de lazer para os velhos entrevistados, em certos momentos, são apreciadas como um preenchimento do espaço deixado pela aposentadoria ou apenas uma válvula de escape das obrigações rotineiras. Outrora, o lazer era observado como um tempo de distração, de diversão, de entrega pessoal e espontânea. Ao destacarem esses aspectos, os entrevistados acionam o lazer como um tempo dedicado para si, para suas realizações pessoais, gostos e preferências.

Entendo que o tempo e a atividade são elementos necessários para a constituição do lazer, porém, é preciso destacar que há também um fator de ordem subjetiva. Os gostos e preferências manifestadas pelos entrevistados remetem à distinção que os mesmos fazem a respeito das características que cada atividade apresenta, o que leva cada entrevistado a acionar interesses distintos perante os conteúdos dessas atividades e a optarem pela sua escolha (ou não). Assim, a escolha em praticar uma atividade física, cultural, artística, turística, artesanal vai de encontro as motivações que os velhos e velhas acionam em função de seus conteúdos.

As falas dos velhos entrevistados sobre motivações principais que os levam a optarem ou não por uma determinada atividade estão relacionadas as atividades que tinham afinidade antes de se aposentarem ou que já praticavam há muito tempo. Há também de se ressaltar que outras motivações, como a perda de um ente familiar e a falta de tempo de usufruir do lazer em outros momentos da vida, foram identificados nos depoimentos dos entrevistados.

Contudo, vale destacar que o lazer e as atividades são motivadores que direcionam os velhos entrevistados a procurar o PAI, seja pelo seu componente de sociabilidade (caracteriza-se como um sentimento agradável que transmite um prazer desinteressado de estar em companhia com outras pessoas), de mobilidade (aduz a ideia de movimento através das atividades de lazer) e de mimetismo (remete a vivenciar as atividades de lazer de maneira singular, diferentemente do que já fora

experimentado em outros momentos da vida). Esses componentes perpassam por todas as falas dos entrevistados.

Quando se coloca a questão do espaço onde são realizadas as atividades, observou-se que o lazer assume forma de espaço culturalmente construído, com sistemas de valores que têm levado os velhos a procurarem e a buscarem o seu lugar: o lugar de identidade pessoal e coletiva. Os velhos afirmam a natureza de suas identidades por meio de suas atitudes, pelas escolhas que fazem quanto à atividade frequentada e de que forma as realizam. É pertinente assimilar que ao caracterizarem a importância do lazer no espaço social onde acontecem as atividades, o PAI é reconhecido como um lugar de identidade, em que as pessoas conseguem se ver nele.

À luz dessas exposições, espero que esta pesquisa possa contribuir para a realização de futuros estudos científicos sobre lazer na velhice e para a velhice, no intuito de ampliar o conhecimento que permeia a construção social de políticas públicas de lazer para o segmento velho, bem como possa auxiliar os profissionais e as instituições públicas governamentais a melhor planejarem e implementarem as atividades de lazer ofertadas, incluindo o velho (e a sua condição de velho) como protagonista de todo esse processo. E ainda, 'almejo' (se possível) que tanto os profissionais envolvidos quanto as instituições que trabalham o lazer para a velhice reflitam sobre a necessidade e a importância de se ter e de fornecer ações e programas para o segmento velho.

É também intuito do presente estudo incentivar àqueles profissionais que trabalham diretamente com o segmento velho, em conjunto com a instituição onde o grupo se insere, a cogitarem a ideia de que envelhecimento humano deve-se fazer a partir do reconhecimento da condição de ser velho, desassociando a velhice das ideias negativas e preconceituosas. Outra intenção é, também, a possibilidade de associar o lazer oferecido para a velhice à sua condição de velho, ou seja, fazer-se reconhecer enquanto velha ou velho a partir das mais diferenciadas formas de lazer, levando em consideração o tempo que destina a essas atividades, as motivações que levam em escolhê-las, bem como os espaços destinados a essas atividades.

Finalmente, cabe aqui instigar nos pesquisadores, leitores, crianças, jovens, adultos, velhos, homens e mulheres que a velhice não é uma doença, nem sequer uma maldição para ser renegada e escondida. É importante lembrarmos que a velhice é uma fase da vida como qualquer outra e que não se deixa de ser humano

com desejos, anseios e vontades de viver só porque está velho. A velhice é uma consequência da nossa história de vida e não a causa para se deixar de viver.

Contudo, este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema proposto, até porque não é minha intenção contrariar tudo o que veio sendo aqui construído, o que leva a compreender que este tema tem como natureza a incompletude que mobiliza o sentido de continuidade perante as pesquisas sobre categorias velhice e lazer. Dessa forma, o meu intuito foi apenas instigar ou desencadear questões que mereçam ser (re)pensadas pelas sociedades a respeito do lazer na velhice e para os velhos, ampliando as discussões e incentivando pesquisadores a realizarem novas pesquisas com esses eixos temáticos, mas com sujeitos diferentes (como por exemplo, os velhos asilados, os velhos quilombolas, a velhice feminina, os velhos de diferentes classes socioeconômicas, entre velhos saudáveis e doentes, entre homens e mulheres velhos, etc) e outras modalidades de lazer (como o lazer turístico, o cultural, o lazer entre jovens, o lazer entre crianças, o trabalho como modalidade de lazer). Enfim, existe uma gama de sujeitos velhos e de modalidades relacionadas ao lazer a serem entrevistados, além dos apresentados aqui nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Geraldo José de. As Representações Sociais, o Imaginário e a Construção Social da realidade. *In*: SANTOS, Maria de Fátima Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. (Orgs.). **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed. Universitária, p. 39-76, 2005.

ARAÚJO, Tereza Cristina Nascimento; ALVES, Maria Isabel Coelho. **Perfil da população idosa no Brasil**. Textos Envelhecimento, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, fev. 2000. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282000000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 21.09.2015.

ARRUDA, Eduardo de Abreu. **O perfil das universidades da terceira idade no Estado de São Paulo**. Revista A terceira Idade: estudos sobre envelhecimento. São Paulo, v. 21, n. 47, p. 7-19, mar. 2010. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/cde270d8-9008-43f5-9706-2749a1add84c.pdf. Acesso em: 10.02.2016.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTHES, Roland. **Aula**: Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de franca-pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 1978.

BARTHES, Roland. **O Prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. Disponível em: <<https://social.stoa.usp.br/articles/0037/3107/BARTHES-Roland-O-Prazer-Do-Texto.pdf>>. Acesso em: 21. 09.2015.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção**. São Paulo: Respectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 14. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Disponível em: <http://www.defensoria.to.gov.br/Nudecon/Documentos/Legislacao/estatuto_idoso_4_ed.pdf>. Acesso em: 08.08.15.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO: Lei nº 8.842, de janeiro de 1994**. 1ª ed. Reimp. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-do-idoso/Politica%20Nacional%20do%20Idoso.pdf/download>>. Acesso em: 14.02.2015

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Vida Saudável**. Brasília: Ministério do esporte, 2014. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/vida-saudavel-vs>>. Acesso em: 12.08.2014.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. *In*: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf>. Acesso em: 22.02.2015.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *In*: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf>. Acesso em: 22.02.2015.

CAMPOS, Terezinha de Jesus. **Lazer e terceira idade**: contributos do turismo no âmbito do Programa Clube da melhor idade. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000316912>. Acesso em: 08.08.2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVAZZA, Nicoletta. **Psicologia das atitudes e das opiniões**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

CEARA. **Decreto n. 210 de novembro de 1988**. Da Secretaria de Administração. Cria o Programa de Ação Integrada para o aposentado – PAI. Diário oficial do Estado do Ceará, Fortaleza: Secretaria de Administração, 1988.

COSTA, Elisabeth Maria Sene. **Gerontodrama**: A velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade. São Paulo: Ágora, 1998.

COUTO, Edvaldo Souza. Uma Estética para Corpos Mutantes. *In*: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpos Mutantes**: Ensaio sobre Novas (D) eficiências Corporais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: Socialização e Processos de reprivatização do envelhecimento. 1ªed. São Paulo: FAPESP, 2004.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. *In*: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEBERT, Guita Grin. **Velhice e o curso da vida pós-moderno**. *In*: REVISTA USP, São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto 1999. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/42/06-guitagrins.pdf>>. Acesso em: 22.01.2015.

DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Júlio Assis. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. *In*: DEBERT, Guita Grin (Org.). **Antropologia e velhice**. p. 31-48. (Textos Didáticos, 13). Campinas: Unicamp, 1994.

DUARTE, Lúcia Regina Severo. **Idade Cronológica**: mera questão referencial no processo de envelhecimento. Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v.2, p.35-47, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/5473/3109>>. Acesso em: 21.02.2015.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FARIA, Carina. **Representações sociais de velhice em contexto da prestação formal de cuidados**, 2012. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Universidade da Madeira, Funchal, Portugal, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.13/341>>. Acesso em: 22-12-2015.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, Rocío. **Gerontología Social**. Madrid: Editorial Pirámide, 2000.

FERREIRA, Camila Lopes. **Trabalho, tempo livre e lazer**: uma reflexão sobre o uso do tempo da população brasileira. 2010. 80f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade

Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/154/Dissertacao.pdf>>. Acesso em 04.08.2014.

FILIZZOLA, Mário. **A velhice no Brasil: etarismo e civilização**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes e Cultura, 1972.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GAMA, António; SANTOS, Norberto Pinto dos. Tempo livre, lazer e terciário. *In*: SANTOS, Norberto Pinto dos; GAMA, António (Orgs.). **Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

GATTO, Izilda de Barros. Aspectos psicológicos do envelhecimento. *In*: NETTO, Matheus Papaléo. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFARB, Délia Catullo. **Corpo, tempo e envelhecimento**. São Paulo: Editora do Psicólogo, 1998.

GOMES, Christianne L. Verbete Lazer – Ocorrência histórica. *In*: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.133-141.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.

GROISMAN, Daniel. **Asilos de Velhos: passado e presente**. Estud. interdiscip. envelhec. Porto Alegre, v.2, p.67-87, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/5476/3111..>>. Acesso em: 22.01.2015.

GUTIERREZ, Gustavo Luís. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GUTZ, Luiza. **Envelhecimento e espiritualidade: um estudo sobre as representações sociais de idosos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107223/317818.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22.06.2015.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil**. Prisma Jurídico, n. 2, Universidade Nove de Julho São Paulo, p. 107-118, 2003.

HALES, Robert E.; YUDOFKY, Stuart C.; GABBARD, Glen O. **Tratado de Psiquiatria Clínica**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HILLMAN, James. **A força do caráter e a poética de uma vida longa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Governança Metropolitana no Brasil**: Região Metropolitana da Grande São Luís. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel1_1_rmgs_l.pdf>. Acesso em: 21. 09.2015.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. **O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo**. In: Rev. Saúde públ., São Paulo, 1987. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0188.pdf>. Acesso em: 21.09.2015.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LAZZARESCHI, Noemia. **Sociologia do trabalho**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

LEME, Luiz Eugênio Garcez; SILVA, Paulo Sérgio Carvalho Pereira da. O idoso e a família. In: NETTO, Matheus Papaléo (Org.). **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2005.

LIMA, Leda Hecker Pereira. **Com-vivências e envelhecimento**. Porto Alegre, RS: Ed. Age, 2000.

LIMA, Leda Hecker Pereira. **Eu e o envelhecimento**. Porto Alegre, RS: Ed. Age, 2006.

LINHARES, Meily Assbú; LOPES, Tarcila Bretas; COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues; LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias; PEREIRA, Thiago Marques. Esporte e lazer na Grande - BH: por onde caminham as gestões públicas? In: **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARANHÃO. **Decreto nº 125260/92**. Institui o Programa de Ação Integrada para o Aposentado, e dá outras providências. Maranhão: Assembleia Legislativa, 1992. Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/ged/decreto/1992/DEC_12526.pdf>. Acesso em: 22.02.2015.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Algumas aproximações entre lazer e sociedade**. In: Revista Iberoamericana, v.01, n.02, mai.2007/set.2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac201.pdf>. Acesso em 28.05.2015.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papirus, 1983.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, KARL. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas). Disponível em: <<http://averdade.org.br/novo/Karl%20Marx%20-%20O%20Capital%20%28Economistas%29.pdf>>. Acesso em: 08.05.2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro 1, v. 1, t. 2. (Os economistas). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf>. Acesso em: 08.05.2015.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

MELO, Vitor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Malone, 2003.

MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. **A contrageneralização**. Revista Kairós, São Paulo, v.7, n.1,p.197-199, jun.2004.

MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. Velhice: uma questão complexa. *In*: CORTE, Beltrina; MERCADANTE, Elizabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). **Velhice envelhecimento complex(idade)**. São Paulo: Vetor, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DELANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. introdução. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MINOIS, George. **Historia de la vejez**: De la Antigüedad al renacimiento. Madrid, Espanha: Nerea, 1987.

MORAGAS, Ricardo Moranga. **Gerontologia social**: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo, 1997.

MUCIDA, Angela. **O Sujeito não Envelhece – psicanálise e velhice**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNHOZ, Virna Carolina Carvalho. O lazer como direito social na Prefeitura de Belo Horizonte. *In: Avaliação de políticas e políticas de avaliação*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papirus, 2001.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas, SP: Alínea, 2005.

NETTO, Matheus Papaléo; BORGONOV, Nelson. Biologia e Teorias do Envelhecimento. *In: NETTO, Matheus Papaléo. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu, 2005.

NETTO, Matheus Papaléo; PONTE, Jose Ribeiro. Envelhecimento: desafio em transição. *In: NETTO, Matheus Papaléo (Org.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu, 2005.

NOVAES, Maria Helena. **As gerações e suas lições de vida**: aprender em tempo de viver. São Paulo: Loyola, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Innovative Care for Chronic Conditions**. Meeting Report, 30-31 Maio 2001, OMS/MNC/CCH/ 01.01. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Saúde, Banco de Dados**. Genebra, Suíça: Organização Mundial de Saúde, 1999.

PASCHOAL, Sérgio Marcio Pacheco. Epidemiologia do Envelhecimento. *In: NETTO, Matheus Papaléo. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu, 2005.

PAULINO, Luciana Fernandes. **Representações sociais de velhice, cegueira e direitos sociais em instituições especializadas em deficiência visual**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-ppgss>>. Acesso em: 22.01.2015.

PAZ, Serafim Fortes. Espelho... espelho meu! Ou das imagens que povoam o imaginário social sobre a velhice e o idoso. *In: GOLDMAN, S.N.; PAZ, S.F. et al (Orgs.). Envelhecer com cidadania*: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: CBCISS - ANG/ RJ, 2000.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade. *In: BARROS, Miriam Moraes Lins de (Org.). Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REZENDE, Cristiane Barbosa **A velhice na família**: estratégias de sobrevivência. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. Franca, SP: UNESP, 2008. Disponível em:

<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/Cristiane_Barbosa.pdf>. Acesso em: 22.01.2015.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Ruth Rocha**. São Paulo: Scipione, 2001.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Nara Costa; RAUTH, Jussara; TERRA, Newton Luiz. **Gerontologia social para leigos**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPURS, 2010.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Sextante, Rio de Janeiro [tradução por Daniel Cunha, do original "In praise of idleness"], 2002. Disponível em: <<http://www.ic.unicamp.br/~campos/ElogioOcio.pdf>>. Acesso em: 22.01.2015.

RYBCZYNSKI, Witold. **Esperando o fim de semana**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. **Mulher idosa**: a feminização da velhice. *In*: Estud. interdiscip. envelhec. Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642>>. Acesso em: 15.05.2015.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, Norberto Pinto dos. Lazer, espaço e lugares. *In*: SANTOS, Norberto Pinto dos; GAMA, António (Orgs). **Lazer**: da libertação do tempo à conquista das práticas. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SARTORI, Adriana C. R.; ZILBERMAN, Monica L. **Revisitando o conceito de síndrome do ninho vazio**. Rev. psiquiatr. clín. [online], vol.36, n.3, pp.112-121, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832009000300005>. Acesso em: 20.04.2014.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Estudos de Psicologia, Campinas, 25(4), pag. 585-593. Outubro – dezembro, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 21.02.2015.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. **Além da idade da razão**: longevidade e saber na ficção brasileira. Rio de Janeiro: Grafia, 1994.

SERRA, Jacira do Nascimento. **“Eu Não Tenho Mais Querer”**: Violência Simbólica Contra Idosos. 136f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão/UFMA, São Luís, 2005.

SERRA, Jacira do Nascimento. **A violência contra a pessoa idosa: um olhar sobre a violência estrutural-social em distintos cenários de vida**. 236f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão/UFMA, São Luís, 2014.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. **Da velhice à terceira idade**: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. Hist. cienc. saude-Manguinhos

[online]. 2008, vol.15, n.1, pp.155-168. ISSN 1678-4758. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000100009>. Acesso em: 28.02.2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **"Velhice e Sobrevivência, As mulheres na Capitania de São Paulo no fim do período colonial.** Anais da X Reunião da SBPH, Curitiba, p. 139-145, 1991.

SILVA, Maria Ester Vaz da. **"Se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar!" Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice - um estudo no Norte de Portugal.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, 2006.

SIMÕES, Júlio de Assis. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. *In*: PEIXOTO, Clarice; CLAVAIOLLE, Françoise (Orgs.). **Família e envelhecimento.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. **Discurso, velhice e classes sociais:** a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: EDUFAL, 2007.

SOUSA, Maria do Socorro Alves de. **A antiética do trabalho e a representação da identidade do 'maranhense' – o que faz ser preguiçoso.** Série Políticas Públicas em Debate/ Universidade Federal do Maranhão, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v.1, n. 1, 2001. – São Luís: EDUFMA, 2001a.

SOUSA, Maria do Socorro Alves de. **A pobreza como representação:** o que faz um agente social ser considerado pobre no Programa Comunidade Solidária. 2001. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2001b.

STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. *In*: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia de Letras, 2004.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho:** construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice:** Aspectos Biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante,

Sou estudante do Programa de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Estou realizando a pesquisa intitulada “**VELHICE(S) E LAZER(ES):** a representação do lazer por velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA”, sob supervisão da professora Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo, cujo objetivo é analisar as representações sociais de lazer através das vivências de velhos e velhas integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís - MA.

O(A) Sr.(a) está convidado à participar da referida pesquisa na condição de informante, através da concessão de entrevista, que deverá ser gravada se assim o permitir.

A participação nesse estudo é voluntária e se o(a) Sr.(a) decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, sendo assim omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Ao participar, o(a) Sr.(a) estará contribuindo para a compreensão do objeto de estudo e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone (98) 987072447 ou pela entidade responsável – Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, telefone: (98)3272-8666.

Atenciosamente,

Ângela Roberta Lucas Leite
Matrícula: 2014101090

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo
Matrícula: 2175119

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO B – TOTAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA ADJUNTA DE SEGURIDADE SOCIAL
SUPERVISÃO DE APOIO AO APOSENTADO

Pag.: 1
Data.: 12/11/2015
Hora.: 09:49:35
Rel.: Pai_Quant_Participa

TOTAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTA

TIPO DE CADASTRO

Aposentado	16.093
Pensionista	210
Pensionista	2.242
Total Geral:	18.545

ANEXO C - RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES MENSAS

 ESTADO DO MARANHÃO Secretaria de Estado da Gestão e Previdência Secretaria Adjunta de Seguridade do Servidor Público Supervisão de Apoio ao Aposentado		
RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES SETEMBRO – 2015		
Nº	PROJETO / ATIVIDADES / PRINCIPAIS METAS	QUANTIDADE
01	ÁREA ADMINISTRATIVA	
1.1.	Cadastro de Novos Aposentados	93
1.2.	Contracheques Enviados pelo Correio	9.473
1.3.	Contracheques Entregues no PAI	5.438
	TOTAL	15.004
02	ÁREA SOCIAL	
2.1.	Atendimento Individual	430
2.2.	Reunião Grupal	69
2.3.	Viabilização de Passe Livre	39
2.4	PLANEJAMENTO/COORDENAÇÃO DE EVENTOS SÓCIO CULTURAL, COMEMORATIVO E DE LAZER	
2.4.1.	Oficina da Memória	35
2.4.2.	Oficina de Pintura em Tela	15
2.4.3.	Oficina de Artesanato	23
2.4.4.	Oficina de Macramê	15
2.4.5.	Passeio a Parnaíba / PI	50
0.3	CURSO BÍBLICO	25
	TOTAL	701
0.4	ÁREA DE SAÚDE	
4.1.	Atendimento de Psicologia	58
4.2.	Atendimento de Enfermagem	88
4.3.	Atendimento Oftalmológico	40
4.4.	Atendimento Acupuntura	89
4.5.	Atendimento de Reabilitação	225
4.6.	Atendimento Clínico Geral	45
	TOTAL	545
0.5	OFICINAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E CULTURAIS	
5.1.	Aeróbica	26
5.2.	Alongamento	80
5.3.	Tambor de Crioula	20
5.4.	Pilates de Solo	45
5.5.	Dança Livre	83
5.6.	Coral	40
5.7.	Hidroginástica	158
	TOTAL	452



ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
Secretaria Adjunta de Seguridade do Servidor Público
Supervisão de Apoio ao Aposentado

**RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES
OUTUBRO – 2015**

Nº	PROJETO / ATIVIDADES / PRINCIPAIS METAS	QUANTIDADE
01	ÁREA ADMINISTRATIVA	
1.1.	Cadastro de Novos Aposentados	93
1.2.	Contracheques Enviados pelo Correio	9.473
1.3.	Contracheques Entregues no PAI	5.438
TOTAL		15.004
02	ÁREA SOCIAL	
2.1.	Atendimento Individual	430
2.2.	Reunião Grupal	51
2.3.	Palestra: "Comportamento Seguro na 3ª Idade	51
2.4.	Viabilização de Passe Livre	25
2.4	PLANEJAMENTO/COORDENAÇÃO DE EVENTOS SÓCIO CULTURAL, COMEMORATIVO E DE LAZER	
2.4.1.	Oficina da Memória	32
2.4.2.	Oficina de Pintura em Tela	16
2.4.3.	Oficina de Artesanato	24
2.4.4.	Oficina de Macramê	15
2.4.5.	Passeio a Tutóia / MA	50
2.4.6.	Passeio a Raposa / MA	50
2.4.7.	Tarde no Cinema	10
TOTAL		754
0.4	ÁREA DE SAÚDE	
4.1.	Atendimento de Psicologia	76
4.2.	Atendimento de Enfermagem	55
4.3.	Atendimento Oftalmológico	35
4.4.	Atendimento Acupuntura	87
4.5.	Atendimento de Reabilitação	278
4.6.	Atendimento Clínico Geral	50
4.7.	Atendimento com Nutricionista	10
TOTAL		591
0.5	OFICINAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E CULTURAIS	
5.1.	Aeróbica	26
5.2.	Alongamento	80
5.3.	Tambor de Crioula	20
5.4.	Pilates de Solo	45
5.5.	Dança Livre	79
5.6.	Coral	40
5.7.	Hidroginástica	158
TOTAL		452



ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
Secretaria Adjunta de Seguridade do Servidor Público
Supervisão de Apoio ao Aposentado

**RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES
NOVEMBRO – 2015**

Nº	PROJETO / ATIVIDADES / PRINCIPAIS METAS	QUANTIDADE
01	ÁREA ADMINISTRATIVA	
1.1.	Cadastro de Novos Aposentados	93
1.2.	Contrachequês Enviados pelo Correio	-
1.3.	Contracheques Entregues no PAI	93
TOTAL		
02	ÁREA SOCIAL	
2.1.	Atendimento Individual	451
2.2.	Reunião Grupal	78
2.3.	Viabilização de Passe Livre	52
2.4	PLANEJAMENTO/COORDENAÇÃO DE EVENTOS SÓCIO CULTURAL, COMEMORATIVO E DE LAZER	
2.4.1.	Oficina da Memória	42
2.4.2.	Oficina de Pintura em Tela	19
2.4.3.	Oficina de Artesanato	29
2.4.4.	Oficina de Macramê	21
2.4.5.	Passeio a Raposa / MA	50
2.4.6.	Passeio ao Enzo Park – Pinheiro / MA	50
2.4.7.	Tarde no Cinema	17
TOTAL		228
0.4	ÁREA DE SAÚDE	
4.1.	Atendimento de Psicologia	65
4.2.	Atendimento de Enfermagem	83
4.3.	Atendimento Oftalmológico	47
4.4.	Atendimento Acupuntura	80
4.5.	Atendimento de Reabilitação	223
4.6.	Atendimento Clínico Geral	43
TOTAL		541
0.5	OFICINAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E CULTURAIS	
5.1.	Aeróbica	31
5.2.	Alongamento	86
5.3.	Tambor de Crioula	25
5.4.	Pilates de Solo	46
5.5.	Dança Livre	74
5.6.	Coral	45
TOTAL		307



ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
Secretaria Adjunta de Seguridade do Servidor Público
Supervisão de Apoio ao Aposentado

RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES

DEZEMBRO – 2015

Nº	PROJETO / ATIVIDADES / PRINCIPAIS METAS	QUANTIDADE
01	ÁREA ADMINISTRATIVA	
1.1.	Cadastro de Novos Aposentados	85
1.2.	Contracheques Enviados pelo Correio	-
1.3.	Contracheques Entregues no PAI	-
TOTAL		85
02	ÁREA SOCIAL	
2.1.	Atendimento Individual	380
2.2.	Reunião Grupal	35
2.3.	Viabilização de Passe Livre	30
2.4	PLANEJAMENTO/COORDENAÇÃO DE EVENTOS SÓCIO CULTURAL, COMEMORATIVO E DE LAZER	
2.4.1.	Oficina da Memória	35
2.4.2.	Oficina de Pintura em Tela	15
2.4.3.	Oficina de Artesanato	23
2.4.4.	Oficina de Macramê	18
2.4.5.	Passeio a Raposa / MA	105
TOTAL		641
0.4	ÁREA DE SAÚDE	
4.1.	Atendimento de Psicologia	55
4.2.	Atendimento de Enfermagem	70
4.3.	Atendimento Oftalmológico	40
4.4.	Atendimento Acupuntura	80
4.5.	Atendimento de Reabilitação	100
4.6.	Atendimento Clínico Geral	40
TOTAL		542
0.5	OFICINAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E CULTURAIS	
5.1.	Aeróbica	25
5.2.	Alongamento	85
5.3.	Tambor de Crioula	27
5.4.	Pilates de Solo	48
5.5.	Dança Livre	70
5.6.	Coral	47
5.7.	Hidroginástica	-
TOTAL		302